

Universidade Católica de Goiás – UCG
Departamento de História
Mestrado em História

Fé e Política: A Ação da Igreja Católica na Cidade de Jataí

Samuel da Costa

Orientadora: Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante
Linha de Pesquisa: Cultura e Poder

Goiânia, 2009

Fé e Política: A Ação da Igreja Católica na Cidade de Jataí

Dissertação apresentada pelo mestrando Samuel da Costa
ao Programa de Mestrado em História Cultural da
Universidade Católica de Goiás – UCG.

Orientadora: Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante

Goiânia, 2009

Samuel da Costa

Fé e Política: A Ação da Igreja Católica na Cidade de Jataí

Universidade Católica de Goiás

12 de Fevereiro de 2009.

Banca:

Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante / UCG (Orientadora)

Dra. Maria Cristina N. Ferreira Neto / Fac.Araguaia (Membro)

Dr. Eduardo Gusmão de Quadros / UCG (Membro)

À minha amada esposa, Vanessa Christina Alves Miguel, aos meus pais, João Joaquim da Costa e Cyrce Maria da Costa, aos meus segundos pais, Amador Miguel Pinto e Abigail Alves Pinto, aos meus irmãos, irmãs, cunhados, cunhadas e sobrinhos, pelo carinho incondicional.

Agradecimento

Agradecer não é tarefa fácil, dado o risco que se corre de se esquecer de alguém que foi importante na construção desse trabalho. Porém é praxe e prazeroso ter contado com pessoas que me foram tão especiais e atenciosas no momento da construção desta dissertação. Assim sendo, agradeço em especial a Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante, por apontamentos tão acertados, sugestões tão precisas, paciência, generosidade e profissionalismo. À amiga Telma, que viabilizou contatos de sinequanon relevância, sem os quais não teria chegado a este desfecho. A todos os professores, coordenadores, colaboradores e colegas do curso de mestrado que, de uma forma ou de outra, deram seu apoio necessário nesta caminhada acadêmica. Enfim, agradeço de uma forma geral e muito especial aos entrevistados, às pessoas que me permitiram acesso ao material que fundamentou o presente trabalho e, sobretudo, a minha família e, maiormente ao trino Deus, a quem devo minha eterna devoção.

“Não há ciência isolada e integral, nenhuma pode ser manejada com maestria pelo que ignora a outra. Quando aqui se faltam elementos, é ali que se encontram. Quando falham elementos filológicos é força recorrer aos filosóficos e aos históricos, às ciências morais, políticas e religiosas.”

Carlos Maximiliano.

Fé e Política: A Ação da Igreja Católica na Cidade de Jataí

Resumo:

Este trabalho estabelece um diálogo entre fé e política, a partir de posicionamentos e confrontamentos de teóricos sobre o que entendem ser o papel primordial da Igreja na sociedade, não apenas deste tempo. Tem a pretensão de deslindar conceitualmente o que vem a ser política, suas nuances; bem como religião e suas vertentes, que culmina no Catolicismo, foco maior do ensejo. Intenta reconstruir o cenário de Jataí, palco de acontecimentos, dos quais, a maioria respaldada pela religiosidade de seu povo, enfocando sua gênese; processos por que passou para elevar-se de freguesia à cidade; seus pioneiros, destacando as famílias de José Manoel Vilela e de José Carvalho Bastos. Percebe-se indissociável o nascimento, crescimento e desenvolvimento de Jataí da presença marcante da Igreja Católica com suas congregações que para lá foram e se engendraram no contexto histórico em que se dá essa associação. Apresenta e debruça-se sobre aspectos gerais, como: a economia, a política, a sociedade e a cultura, dando especial enfoque sobre a influência da Igreja Católica na construção e na formação da identidade e dos costumes jataienses. Explicitando, dentre as várias ações da Igreja, seu engajamento, indispensável na ocasião da fundação; a construção de uma consciência cristã; seu comprometimento com a causa do evangelho na Terra, bem como suas ações sociais, quais sejam: assistência aos portadores de Hanseníase, construção do Hospital Padre Tiago, construção de casas e apoio a famílias carentes, criação de escolas seculares entre elas a escola Nossa Senhora do Bom Conselho, entre outras realizações.

Palavras Chave: Igreja Católica, Ação Social, Política.

Abstract:

This work portrays a dialog between faith and politics, from placements and discussion of theoretical about what they understand about the primary paper of the Church in society, not only in this time. There is a claim to show conceptually what are politics, its roles; the religion and its strands, which ends in Catholicism, its biggest point of the intent. Trying to remake the scenario of Jataí, stage of happenings, the bigger part accompanied for the religiosity of their people, focusing it geneses; process that passed to rise to parish a city; its pioneers, which highlights the families of José Manuel Vilela and of José de Carvalho Bastos. Notice inseparable the born, grow and development of Jataí of the strong presence and striking of the Catholic Church with its congregations that for there went and went in the historical context that happen this association. It presents and deals about general aspects, as: economy, politics, society and culture, giving special attention about the influence of the Catholic Church in the construction and formation of the identify and jataiense habits. Explaining, in all the actions of the Church, its engagement, indispensable in the foundation occasion; the construction of a Christian conscientiousness; its commitment with the evangelic cause on Earth, as well the social actions, as: help for people with leprosy, construction of Padre Tiago Hospital, construction of houses and help for poor families, creation of seculars school as Nossa Senhora do Bom Conselho, between another realizations.

Key Words: Catholic Church, Social Action, Politic.

Sumário

INTRODUÇÃO	09
1 - UM DIÁLOGO ENTRE FÉ E POLÍTICA	14
1.1 – O Político e a Religião	18
1.2 – Religião sem moldura	24
1.3 – Religião como parte formadora da Cultura	26
1.4 – Pluralismo, diversidade e tolerância como ação afirmativa	29
1.5 – A Força das Mudanças	33
1.6 – Corpo Sano, Alma Sana	35
2 – E ASSIM NASCE UMA CIDADE	44
2.1 – A chegada dos pioneiros	44
2.2 – O início do povoamento	46
2.3 – Critério para emancipação	47
2.4 – Comarca de Jataí	54
2.4.1 – Conceito histórico de Comarca, Freguesia e Paróquia	54
2.5 – Administradores de Jataí	59
2.6 – Inferências Econômicas	70
3 – UMA SOCIEDADE, UMA IGREJA, UM COMPROMISSO	75
3.1 – Congregações Missionárias	82
3.2 – Ação Eclesial Comunitária	87
3.3 – Diocese Jovem	97
3.4 – O Arraial do Amparo	99
3.5 – Paisagismo Sacro	103
3.5.1 – Catedral Divino Espírito Santo	105
3.5.2 – Paróquia São Judas Tadeu	108
3.5.3 – Paróquia São Sebastião	109
3.5.4 – Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
ANEXOS	123

Introdução

O presente trabalho propõe, mediante um diálogo entre fé e política, fazer abordagens conceituais, bem como apresentar posicionamentos teóricos sobre o que seria o papel primordial da Igreja Católica na comunidade em que está inserida.

Num olhar mais específico ou voltado para a realidade da comunidade jataiense desde sua gênese, propõe-se evidenciar a relação da Igreja Católica com a política local e as acepções sociais frente ao paradigma político vigente desde o início do povoamento até o momento em que a Igreja eleva-se de Prelazia à Diocese.

“A Bíblia é um livro religioso antes de ser um texto político. Mas ela possui também uma dimensão política, no sentido maiúsculo, que pode inspirar o compromisso político dos que a aceitam como texto de revelação.” (BOFF. 1993, p. 07).

É inegável que, desde os primórdios, se funde uma sólida fronteira entre política e religião e muito comumente as histórias das civilizações de todo o globo estão intimamente ligadas ao tema política e religião. Seja política utilizada como forma de se criar uma sociedade mais justa e atenta aos anseios dos menos favorecidos, seja mostrando-se como aliada da supremacia dos líderes políticos ou como a equilibradora do sistema.

Propõe-se também reconstruir o cenário de Jataí, palco de acontecimentos, a maioria respaldada pela religiosidade de seu povo. Enfocando sua formação, seus pioneiros dos quais se destacam as famílias de José Manoel Vilela e de José Carvalho Bastos.

É indissociável o nascimento, crescimento e desenvolvimento de Jataí da presença marcante da Igreja Católica e de suas congregações. Daí a importância de abordar o contexto histórico em que se dá sua ida para a região, bem como sua influência em vários aspectos, quais sejam: econômicos, políticos, sociais e culturais, lançando um olhar especial sobre a influência da Igreja Católica na construção e na formação da identidade e dos costumes jataienses.

Talvez pelo fato de os fundadores da comunidade jataiense terem empreendido sua fundação em data coincidente com a Bula “Quanta Cura”, expedida pelo o Papa Pio IX e que apresentava, proposições sobre o que considerava erros do mundo moderno, dentre eles a

separação da Igreja do Estado, é que a Igreja tenha sido tão zelosa e atuante junto à comunidade local, pois, ao julgar ímpia e escandalosa a proposta de separar a política da religião, o chefe da Igreja Católica Romana, em 1864, ordenou aos bispos que atuassem, junto aos governantes.

Assim sendo, pautado na ética e na fronteira invisível que se estabelece entre religião e política, o presente trabalho pretende mostrar a relevante atuação que a Igreja Católica desempenhou e ainda desempenha na política de Jataí através de realizações de obras assistenciais, como as várias iniciativas no ramo da educação, inclusão social, ressocialização.

Em síntese, tem a pretensão de analisar a formação sociopolítica ministrada pela Diocese de Jataí, a partir de uma observação de alguns de seus efeitos na vida e no engajamento de seus agentes, bem como demonstrar o posicionamento da Igreja que transcende o da tarefa de evangelizar e não se conforma com a condição de mera espectadora dos acontecimentos a sua volta.

O tema proposto e trabalhado nesta Dissertação traz em si um paradoxo que tem atravessado os tempos e, mesmo hoje quando se fala em política e religião, é inevitável ponderar a postura da Igreja desde os idos do século XIX e atualmente, ou seja, como mudou a postura dos chefes da Igreja frente às questões políticas e sociais e como explicar essa reviravolta.

Numa análise de movimento em construção, de alargamento de horizontes e da formação, tanto religioso quanto identitária de uma comunidade, obsta fazer circular experiências e saberes, colocando em relevo iniciativas criadas pelas próprias pessoas que vivem determinadas situações, independentes de vanguardas e assessorias passageiras.

O engajamento desejado pela Diocese de Jataí não diz respeito propriamente em intervir em políticas públicas de Estado/governo. A própria formação da Diocese não aponta com profusão para uma intervenção direta na dimensão macropolítica, mas no “acompanhamento” às políticas públicas, sendo apoiada na crença do Estado Democrático de Direito.

A Diocese de Jataí busca, desde seu início, dar uma formação sociopolítica a seus membros, centrada na perspectiva de um engajamento social. Em outras palavras, uma formação que ajude seus participantes a compreenderem a importância das ações dos cristãos no mundo do trabalho, da saúde, da educação; enfim, da vida social e política ou do que hoje se compreende por exercício da cidadania.

Percebe-se, que os caminhos que vêm sendo tomados pela Diocese na comunidade jataiense, ainda que de forma sutil, intervindo em políticas públicas, seja pela via do Estado,

ou fora dela, não se distancia dos ideais franciscanos, em que se valorizam as pequenas coisas, a vida dos mais pobres e o que eles podem produzir por si mesmos.

Dessa forma, deseja-se pôr em análise práticas instituintes, que, a partir da formação oferecida pela Diocese, suscitaram movimentos novos. Daí analisar de forma um pouco mais minuciosa algumas ações que sempre serão realizáveis se contarem com o apoio da “mãe” Igreja e de seus “filhos” mais atentos ao clamor de seus “irmãos” mais sofridos.

Dado o grau de sua complexidade e de elementos não menos complexos a ela ligados, a questão sobre a política e religião é suscetível de um tratamento monográfico. Não se pode negar a influência que a religião exerce na política, bem como na definição da estrutura da sociedade.

Este trabalho tem a finalidade, pois, de resgatar a história de Jataí e evidenciar a atuação da Igreja Católica nesta cidade, buscando entender sua saga, tendo como ponto alto o momento em que evolui de prelazia para Diocese 1956.

Dentro de uma visão de História Cultural, propõe-se problematizar a relação que se estabelece entre religião, práticas sociais e a formação identitária de um povo de um lugar, no caso em voga, Jataí, enfocando desde sua gênese até momentos mais recentes, numa perspectiva de abordagens gerais.

Entre as fontes selecionadas, a oral terá um destaque especial, pois se acredita que, por meio do registro da história de vida do indivíduo, focalizando suas memórias pessoais, constrói-se, também uma visão mais concreta da dinâmica do funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual ele está inserido.

Se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros de um grupo [...] a lembrança aparece pelo efeito de várias séries de pensamentos coletivos em emaranhadas. (HALBWACHS, 2004, p. 55-56)

Na perspectiva de Paul Thompson (1992, p. 334), a importância da história oral reside no fato de que a voz consegue, como nenhum outro meio, trazer o passado até o presente. E ainda que seu legado seja uma consciência mais generalizada de como toda a evidência

histórica é moldada pela percepção individual e selecionada por vieses sociais, transmite mensagens de preconceito e poder.

Quanto aos cuidados com a veracidade das informações fornecida pela fonte oral, Thompson (1992, p. 307) afirma “sua autenticidade pode ser avaliada. Não pode ser confirmada, mas pode ser julgada”.

Capta-se assim, a visão de mundo de um grupo social, por meio da visão dos indivíduos que dele fazem parte. Pois a história oral enquanto estudo da memória coletiva é reveladora de mentalidades, não sendo utilizada isoladamente, mas complementada por outras fontes.

Segundo Halbwachs (2004, p. 58), a memória individual a ser resgatada pela entrevista,

[...] não está inteiramente isolada e fechada. Um homem para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelos às lembranças dos outros. Ele reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio.

As fontes orais serão captadas especialmente por meio de entrevistas e questionários, que seguem os cuidados e as técnicas explicitadas nas obras de Haguette (2000, P. 135-150) e Thompson (1992, p. 315)

A entrevista, como todo testemunho, contém afirmações que podem ser avaliadas. Entrelaçam símbolos e mitos com informação, e podem fornecer-nos informações tão válidas quanto as que podemos obter de qualquer outra fonte humana (THOMPSON,1992, p. 315)

A análise metodológica qualitativa torna-se necessária, pois o estudo proposto trabalha com fenômenos subjetivos como identidades, sensibilidades e imaginário. Como afirma Lazarsfeld:

“A evidência qualitativa é usada para captar dados psicológicos que são reprimidos ou não facilmente articulado como atitudes, motivos, pressupostos, quadros de referências, etc. e em situações nas quais simples observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento complexo de estruturas e organizações complexas que são difíceis de submeter à observação direta.” (apud HAGUETTE, 2000, p. 64).

Quanto às fontes textuais, além de vasta bibliografia que serve de referencial teórico sobre o tema em voga, lança-se mão de documentos e literatura local (periódicos).

O trabalho está estruturado em três capítulos sendo que no primeiro capítulo é abordado um diálogo entre fé e política, seus conceitos e posicionamentos norteados principalmente pelos autores Chantal Mouffe, Leonardo Boff e Joanildo Burity, entre outros.

O segundo capítulo traz em seu bojo abordagens sobre a vinda dos pioneiros, a formação da cidade de Jataí, sua evolução política, desenvolvimento econômico e projeção no cenário nacional.

O terceiro capítulo aborda a atuação da Igreja Católica local e sua relação no processo de formação sociopolítica, o engajamento de seus fiéis e por fim, as considerações finais sugerem esta Diocese como uma Igreja, que a despeito de ter os olhos voltados para o alto de onde espera a Páscoa eterna, mantém os pés firmes, plantados no chão, onde está sua missão.

Capítulo I - Um Diálogo entre Fé e Política

À medida que o Estado se firma e com ele a necessidade de controle de espaço, insurge nessa realidade inusitada uma série de fatores contundentes e essenciais para sua consumação, a saber, a contribuição de identidades pré-concebidas por suas tradições, que para se firmarem partem, se necessário, e na maioria das vezes o é, para disputas pela hegemonia do pretense território em formação.

Dessa forma, a instituição de uma estrutura política torna-se imprescindível para evitar conflitos limítrofes. Porém, a consolidação e a legitimação política encerram em si mesmas uma profunda ambigüidade, pois, se de um lado pretende se afirmar a “identidade nacional” e, portanto, recusa a dissemelhança com relação a qualquer outra noção, de “outro”, rejeita eventuais minorias que se mostram como risco à unidade e integridade nacionais, firmando assim a superposição de uma cultura a outra, bem como o choque interno por encontrar num mesmo lugar grupos sociais divergentes, dado o apego e o desprezo de certos valores culturais. (MARTIN, 1992, p. 39)

Logo, percebe-se que os fatores determinantes da instituição e consolidação do poder político vão além do simples processo do governo e ocupação de um determinado lugar, levando em conta para sua legitimação elementos culturais, volitivos, bem como a atuação de forças antagônicas numa mesma sociedade, vez que o interesse da legitimação política de um pretense líder, mesmo com respaldo de parte da sociedade, na maioria das vezes irá de encontro aos interesses políticos de grupos divergentes, tornando, em alguns casos, o apêndice do litígio entre ambos para a legitimação do poder político.

Num olhar mais específico ou voltado para a realidade da sociedade jataiense desde sua formação, perceber-se-á a relação da Igreja Católica com a política local e as acepções sociais frente ao paradigma político vigente à época, porém pelo que se percebe em relação a qualquer assunto, o posicionamento das pessoas quanto à atitude do cristão diante dos problemas sociais, econômicos e políticos é divergente.

Alguns seguem o entendimento de Watchman Nee (1994) expresso no seu livro “O Sentido da Vida”, segundo o qual os cristãos não devem ter atitudes políticas nem se envolver nos problemas sociais, pois seu papel é o de Jesus Cristo, de resolver somente a questão espiritual.

Para outro grupo, a Bíblia é um livro religioso com dimensões políticas e o ministério de Jesus Cristo teve práticas políticas. A esse respeito escrevem os religiosos Boff e Miranda no artigo “Fé e Política: Suas Articulações”

A Bíblia é um livro religioso antes de ser um texto político. Mas ela possui também uma dimensão política, no sentido maiúsculo, que pode inspirar o compromisso político dos que a aceitam como texto de revelação. (Boff e Miranda, 1993, p. 7)

Em vários livros da Bíblia Sagrada, está revelado como Deus escuta o grito dos oprimidos e se mostra como libertador do povo. Essa libertação mostra-se como integral e total. Libertação da morte e completa realização da pessoa e do cosmos através da ressurreição.

Anunciam a Deus como Deus da Justiça, especialmente dos mais fracos e indefesos. Denunciam a religião-ópio, separada da vida e sem preocupação com o direito, a justiça e o perdão. Mantém sempre vivo o horizonte utópico de uma sociedade de justiça, bem-querença e fidelidade.

O Reino de Deus, a grande pregação de Cristo, significa a grande política de Deus sobre a sua criação. Expressa sua vontade de completa libertação de tudo o que diminui e oprime o ser humano e a plena realização dos sonhos de um mundo resgatado e completamente aberto para Deus. É a revolução absoluta que inclui uma dimensão pessoal, social e final.

Quanto à prática da Igreja, Jesus concretamente pretende que ela continue em defesa dos pequenos; que liberte o povo dos males concretos e que tenha coragem de gritar: felizes os pobres porque de vocês é o Reino e ai dos ricos porque já têm a sua consolação aqui na Terra. (BOFF, 1991, p. 16).

Esta prática de Jesus Cristo é política. Nasce da fé e tem conseqüências na esfera política. A perseguição, a tortura, a crucificação foram conseqüências de suas atitudes em favor dos perdidos deste mundo, pois anunciava que Deus é bom para aqueles que se consideravam pecadores e excluídos da comunidade dos “justos”.

É inegável a existência de uma sólida fronteira entre política e religião e muito comumente as histórias das civilizações de todo o globo estão intimamente ligadas ao tema

política e religião. Seja política utilizada como forma de se criar uma sociedade mais justa e atenta aos anseios dos menos favorecidos, seja mostrando-se como aliada da supremacia dos líderes políticos ou como a equilibradora do sistema.

Houve fases da história em que a religião superou a política, deixando esta em segundo plano. Fato que culminou com o fenômeno denominado Cesaropapismo.

Em fins de 1864, alarmado com os progressos do liberalismo na política européia e assediado pelo movimento de unificação da Itália, liderado pelo rei da Sardenha e do Piemonte, o Papa Pio IX dirigiu aos bispos do mundo inteiro a carta encíclica “Quanta Cura”. Ela apresentava, como anexo, um sumário do que concebia ser os erros do mundo moderno, composto de 80 proposições condenáveis. Uma delas era justamente a afirmação da necessidade de se separar doravante a Igreja do Estado.

Ao julgar ímpia e escandalosa a proposta de separar a política da religião, o chefe da Igreja Católica Romana, em 1864, ordenou aos bispos que atuassem junto aos governantes dos países onde oficiavam, a fim de fazerem cumprir as diretrizes emanadas de Roma, não só nos assuntos de Estado, mas também em matéria de economia, educação e vida familiar. Inicia-se a partir daí, oficialmente, a busca de todos os bispos no sentido de recuperar sua autoridade nas dioceses, a fim de tornar preponderante a Cúria Romana em relação ao todo da Igreja, a ação da Igreja caracteriza-se portanto, como um sinal de partida de um movimento disciplinador do clero e dos fiéis. Propõe-se conseguir, contra o Estado liberal, a autonomia da instituição ou no mínimo a conservação de sua liberdade que se encontrava ameaçada. A ação dos bispos fez-se no sentido de restaurar a disciplina e organizar o instituto católico romano em termos burocráticos de poder. Como salienta Weber(1983, p.78), precisamente:

Na Igreja, não foi, por exemplo, o tão alardeado dogma da infalibilidade, mas o episcopado universal que elaborou a conclusão, importante do ponto de vista do princípio de 1870. Este foi, com efeito, o que criou a capelanocracia e, em contraste com a Idade Média, converteu o bispo e o capelão em funcionário do poder curial central.

Engendra-se um aspecto relevante do “antimodernismo” eclesiástico. Este, na realidade, em vez de se postar contra os traços modernos de dominação, volta-se, sobretudo contra o laicismo no domínio da coisa pública e no pensamento. Mais uma vez, o argumento decisivo encontra-se na fala de Pio IX. Para o Syllabus, com efeito, é erro anticatólico afirmar que o Estado, sendo a origem e a fonte de todos os direitos, goza de um direito sem limites. A

partir daí, vê-se apresentar contra o liberalismo uma ideologia internacionalista, acusada de ser antimoderna, à medida que a nacionalidade e o laicismo eram faces da modernidade e, portanto, conservadora aos olhos dos doutrinadores progressistas que imperam na ciência e política burguesas e também no já forte movimento operário mundial.

Em suma: o liberalismo, em sua radicalidade, negou de direito e de fato a existência pública da Igreja; ao mesmo tempo, procurou reduzi-la à invisibilidade das consciências individuais. Uma interpretação apressada veria na crítica liberal da religião maior radicalidade que a dos positivistas. É verdade que o liberalismo, em seu limite, se define como negação do privilégio ontológico do todo sobre a parte, defendido pela Igreja. Nesta medida, esta última, embora admitida no foro íntimo e nos assuntos classificados de “espirituais”, não é aceita como participante nos negócios públicos. Certo, o liberalismo levou ao máximo a separação entre o mundo da consciência individual e a materialidade do mundo social; (ROMANO, 1979, p.128)

Reside aí o cerne da luta ideológica entre o liberalismo e o catolicismo. Nem todos os segmentos da Igreja têm ambições ou pretensões político-partidárias, mas ela sabe que sua palavra encontra hoje grande ressonância no povo, nem só pela natureza essencialmente religiosa de sua missão. Embora não em sua totalidade, não tem intenção de prevalecer-se da força de sua palavra para a promoção de seus líderes nem para a defesa de interesses ou privilégios. Por isso mesmo, ela não estabelece como prioridade a militância político-partidária de membros do clero, mas se lança no cenário político na pessoa de seus fiéis, que podem ser concebidos como sua extensão e atalhias de seus designos, ainda que de forma implícita, pois a ação social ou mesmo política da Igreja católica caracteriza-se pela política do tempo oportuno, desenvolvendo seus motivos numa economia da salvação (soteriologia), que revelaria progressivamente o plano divino na consciência e na história dos homens. (ROMANO, 1979, p.63)

Nem sempre a Igreja mostrou-se intérprete de aspirações partidárias, ou mediadora de facções políticas. Isto não significa, porém, que ela seja apolítica. Ela sabe que um pretenso apoliticismo significa, na prática, uma atitude política de anuência tácita a uma determinada configuração do poder político, qualquer que seja.

A tomada de consciência por via religiosa seria capaz de inspirar a participação mais ampla da população no delineamento de soluções econômicas, sociais e políticas do país. Ao

longo dos anos, um deslocamento do papel da Igreja Católica no âmbito da sociedade brasileira, tirou-a de uma visibilidade pública de natureza política para um retorno aos templos.

À Igreja coube o papel de voltar-se para dentro de si mesma, seja em decorrência de um cenário nacional que mudou, seja por causa da guinada política e teológica proposta pelo pontificado de João Paulo II.

Esse deslocamento gerou, como principal consequência, o “aparecimento” de questões que antes não constituíam uma preocupação tão acentuada dentro da Igreja, uma vez que havia uma harmonia política entre uma cultura cristã, humanista e tradicional, característica da sociedade brasileira.

É preciso encarar os novos desafios e as novas fronteiras do social em que o político se apresenta de forma diferente do que se esperaria normalmente. Os estudos sobre os chamados “novos movimentos sociais”, presentes entre nós, já apontavam para essa necessidade. No entanto, a realidade social sempre nos traz algo novo, e novos desafios teóricos acabam impondo-se.

A política, em seu sentido tradicional, tem sido alvo de questionamentos. Nem mesmo a histórica afirmação da limitação do poder do Estado na vida privada, na qual está, em princípio, a liberdade de crer e de exercer plenamente seu culto, ou expressar a sua fé através do uso de símbolos visuais e públicos, encontra-se isenta de questionamentos. Este, também, é hoje um espaço afetado por demandas da subjetividade, podendo-se encontrar nos jornais conflitos sociais que apontam nessa direção.

Assim, há também um questionamento da política na sua forma tradicional, uma suspeição de que as abordagens analíticas que a privilegiam não dêem conta das novas demandas. Daí a necessidade de reflexão sobre “o político” como categoria de análise.

1.1 - O Político e a Religião

“O político” e a “religião”. Dois autores são centrais para o desenvolvimento desse conceito e sua aplicabilidade ao campo religioso. Mouffe (1996) e Burity (2002). Mouffe propõem a distinção entre “a política” e “o político”.

Embora a autora, aparentemente, faça uso aleatório das duas expressões em muitas ocasiões, ela estabelece uma distinção entre essas duas categorias. Para Mouffe, no projeto liberal, “a política” caracteriza-se por um sentido de consenso, isto é, a meta é encontrar uma

situação de paz pela atenuação do conflito, imposta pela maioria, e fechar os olhos para pontos nodais de conflito no interior da sociedade.

Para o que ela entende por “o político”, ao contrário, o pressuposto é o dissenso, e o reconhecimento da legitimidade do dissenso como parte essencial à democracia. Isto porque “o político” pressupõe a existência de discursos alternativos concorrentes que se articulam, fazendo assim efetuar-se um processo propriamente político que se insere no espaço da cultura (MOUFFE, 1996, p.69).

Mouffe ainda fala de um modelo de democracia (política), que chama de “pluralismo agonístico”, entendendo-se por essa expressão “um modelo alternativo de democracia, mas apropriado às tarefas que nos confrontam hoje” (MOUFFE, 2003, p.15).

Para uma compreensão adequada desse conceito, é necessária uma breve exposição sobre alguns pressupostos da autora. O que Mouffe chama de inerradicabilidade do poder e do antagonismo, isto é, todo ato de poder consiste na existência de antagonismo. Isso implica negar a possibilidade de que a sociedade democrática possa ser concebida como uma sociedade capaz de realizar o sonho “de uma perfeita harmonia e transparência” (MOUFFE, 2003, p. 14).

Para Mouffe, “a objetividade social é constituída através de atos de poder” (MOUFFE, 2003, p. 140). Sendo a objetividade social assim constituída, qualquer objetividade social é definitivamente política e implica que se tem de mostrar os traços da exclusão que governa sua constituição.

O poder político não pode ser entendido como uma relação externa que acontece entre duas identidades pré-constituídas(governo/governado), como pressupõe a proposta liberal de democracia, mas antes como constituintes das próprias identidades. Assim a tarefa de uma sociedade democrática não é a defesa do direito de identidades pré-constituídas e sim o direito à construção das próprias identidades em si, ainda que “num terreno precário e sempre vulnerável” (MOUFFE, 2003, p. 14).

Finalmente, outro pressuposto que merece ser salientado é o da “desuniversalização dos sujeitos políticos” (MOUFFE, 2003, p. 14). Essa desuniversalização tem para Mouffe dois alvos: o rompimento com toda forma de essencialismo, que na visão da autora está na base de toda a sociologia moderna e no pensamento liberal, e a crítica ao pós-modernismo fragmentário.

Partindo da percepção de que o político constitui uma referência ao conflito inerente ao convívio dos seres humanos e conseqüentemente a formas de antagonismos que se encontram por toda parte no interior das sociedades, de outro lado que a política é uma

referência ao conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre conflituosas, porque afetadas pela condição do político, entende-se que existe aí uma relação de causalidade, na medida em que a segunda deve a sua razão de ser à primeira. Isso reforça a idéia de que toda ação social ou toda identidade social é em qualquer nível, uma relação política que se constrói na própria feitura da referida identidade. É com base nesse paradigma que se apresenta a questão da problemática central da política na contemporaneidade.

A política tem como tarefa primordial a construção de uma identidade coletiva que se expressa, por exemplo, através de um partido político ou de uma representação sindical, ou seja, a construção de um todo. A questão central da política é a busca da superação da distinção nós/eles, devendo levar em conta, sobretudo, o direito do outro à sua própria existência em um campo de significação que resulta de uma diversidade de posições de sujeitos, discursos e identidades em construção, que procuram disputar entre si um ponto de convergência entre objetividade e poder, o qual pode ser chamado de hegemonia, implicando, também, uma maneira distinta de ver, no campo da política, a relação com o outro.

Apesar do antagonismo, o “outro” deve ser visto não como inimigo, mas como adversário. Esse modo de enxergar o conflito confere um sentido de legitimidade democrática e de realismo não presentes nas formas tradicionais de percepção do conflito político, pois a tarefa primária da política não é eliminar as paixões, nem relegá-las à esfera privada para tornar possível o consenso racional, mas para mobilizar aquelas paixões em direção à promoção do desígnio democrático. (MOUFFE, 2003, p. 17).

Embora de modo incompleto, pois o conceito de política e religião é imensamente abrangente, o que até aqui foi dito sobre “político” é suficiente para entrar nas questões de natureza mais específica no que se refere ao religioso. O enfoque da religião, no contexto dessa perspectiva da política, leva em conta a noção de que não se faz qualquer distinção entre cultura e religião, tomando-se sempre a segunda como parte inerente a primeira e concluindo-se, desde já, que tudo o que seja possível dizer sobre a politização da religião ou de aspectos da subjetividade que tenha na religião o seu espaço social também se diria com relação à cultura.

Um enfoque sociológico da religião no âmbito desse referencial teórico leva também em conta que o atual quadro do papel da religião no Brasil e no mundo diferencia-se do que se observa em tempos passados, na medida em que hoje, como sintetiza Burity, se desenha um processo de desprivatização e publicização do religioso (BURITY, 2001, p. 100). Isto significa um deslocamento de fronteiras, no qual o que antes não era alvo das ações e leis do

Estado passam a ser, como no caso da legislação sobre os símbolos de fé em lugares públicos, como ocorre em vários lugares, e o que antes constituía um assunto totalmente privado é publicizado, como as questões da legitimação religiosa das relações homo-eróticas, por exemplo.

Outro ponto importante é a tendência contemporânea à “desinstitucionalização” dos espaços religiosos. Não se valorizam mais as amarras das estruturas eclesiais. Esse fato leva a uma ressignificação do religioso, do sentimento de pertencimento religioso, que passa a ser entendido como uma atitude de espírito, um sentimento de liberdade para expressão de júbilos irracionais, “não mais uma herança, mas uma opção” (PRANDI, 1999, p. 135), e não mais o lógico da confessionalidade formal e do sentimento de pertencimento exclusivo, inclusive burocrático. Ainda mais se levando em conta o seu emprego para outras dimensões do social, como ocorre com o movimento Nova Era, assim como a apropriação dessa identidade por agentes que, em princípio, não deveriam mostrar qualquer interesse em utilizá-la. Reconhecendo-se tal flexibilização, é relevante, procurar entender por que a religião acabou tornando-se um espaço de real importância em questões de saúde, socialização, educação ambiental e tantas outras relativas à vida, abrigando, em seu interior, posições aparentemente inesperadas, o que para muitos, como já mencionado, parece não combinar com a finalidade primeira da Igreja.

Movimento Nova Era.

O movimento nova era se propõe a fazer oposição à Igreja Católica, enfrentando o que, segundo eles, seria o monopólio da visão espiritual do Ocidente. Dessa forma, alguns new agers sentem-se ameaçados por esta religião, dado o histórico de perseguição e morte dessa crença. Não existem líderes no sentido institucional do termo, mas existem traços comuns que identificam os new agers. Políticamente, o new age não se manifesta em uma visão específica, mas acredita que, com a evolução espiritual, algumas mudanças surgirão automaticamente na Terra, não por imposição, mas como consequência natural de uma sociedade composta por pessoas espiritualmente mais evoluídas. Algumas dessas mudanças serão:

- * Fim das guerras, conflitos, ausência de necessidade de polícias, exércitos, ou qualquer forma de belicismo e violência.
- * Pessoas ligadas por afeto, proximidade e amor.
- * Fim das agressões à natureza.
- * Uso dos avanços tecnológicos para a automatização de muitos trabalhos.

* Evolução espiritual consciente.

* Maior contato com a natureza. (ALMEIDA, 2003, p. 79)

No bojo da discussão sobre até que ponto ou de que forma expressões religiosas deveriam influenciar ou não em processos ou ações seculares, ou políticas, não é de se esperar um consenso, embora, na atual conjuntura, a religião tende a se tornar uma extensão do cotidiano da sociedade.

As profundas mudanças no campo religioso tornam possível a percepção de que a religião vem se tornando um espaço da cultura onde novas demandas da subjetividade têm se manifestado, fazendo com que velhas posições e velhos valores, que antes adormeciam no ambiente mais amplo de uma cultura católica, humanista e tradicional, fossem chamados à ordem do dia pela emergência de movimentos sociais. Ou seja, a própria Igreja Católica, frente a necessidades que surgem no seio social onde opera, tornou-se mais ativa e voluntariosa para resolver questões que antes, estariam reservadas ao poder político.

Espera-se, contudo, que as duas forças “política e religião” devam trilhar, no âmbito da ética, o caminho da subjetividade, sem deixar de lembrar que a politização pressupõe o político como constitutivo do social, o que, nas referências empíricas, acaba por apontar para novos significados em disputa do próprio sentido do religioso.

Ainda no contexto do impasse do que seria missão da “política e da religião”, se impõe a noção de deslocamento, desprivatização e publicização do religioso. As duas últimas noções são o próprio deslocamento em si, pois como sugere Foucault, essa categoria possibilita a compreensão do novo lugar que a religião, ou mais apropriadamente o religioso, passa a exercer na sociedade. A compreensão dessa noção de deslocamento é, portanto, a chave para entender o que se quer dizer por desprivatização ou publicização do religioso, na medida em que só através desse processo é que o religioso passa a se apresentar como o lugar do social em relação às questões aqui expostas. (FOUCAULT, 1998, p. 43).

Em função desse processo acima descrito, é possível entender como se passou de um momento em que as questões relativas à ética e à política no espaço eclesial contemplavam aspectos do político, que remetia à conquista de garantias sociais mediante ações junto a categoria leiga, bem como no seu envolvimento com a política, representada na pessoa de seus fiéis, que pautados nos ensinamentos recebidos no seio da Igreja, passariam a utilizar sua razão para criar uma sociedade mais humanitária, participativa e engajada, atributos próprios de um Estado democrático de direito e de justiça social.

Tanto no campo da ética como no da política, que se encontra marcado, também, pela interferência, ou maior envolvimento da Igreja Católica nos assuntos seculares, que “deveriam” restringir a esfera de atuação do político, a Igreja tem se mostrado como cumpridora do propósito maior e primordial do evangelho, mas um ponto nodal seria o envolvimento da igreja na luta por institutos modernizadores de regiões em atraso e neutralizadores das diferenças socioeconômicas do país. O apoio da Igreja a estes institutos teria a função de maximizar a eficiência de recursos que seriam utilizados no esforço contra o subdesenvolvimento, assim cumprindo seu papel de promotora da unidade. (ROMANO, 1979, P. 31)

A idéia de que um conceito tradicional da política, aquela que a limita às expressões de poder e de domínio do Estado, não se mostra suficientemente adequada para a compreensão da realidade contemporânea, na análise dos conflitos inerentes ao social, sendo necessário recorrer a uma compreensão do que seja “política” como categoria analítica dos conflitos sociais, exatamente por privilegiar as dimensões da sociedade civil, das posições de sujeito e dos discursos a eles inerentes, criando, assim, um ambiente teórico que abrigue o conceito de democracia.

Por fim, procurando estabelecer um diálogo com uma leitura da contemporaneidade da Igreja Católica, é necessário recorrer às categorias analíticas e à percepção da democracia como um fenômeno inerente a uma sociedade realmente democrática, não só em seu sentido tradicional, mas também, e, sobretudo, no sentido de garantir aos diversos atores sociais a exposição de suas demandas e de seus discursos em um processo conflituoso, mas, ao mesmo tempo, contido em um princípio de regras a serem observadas por todos os participantes e implicados no confronto e na fronteira entre o político e o religioso.

A Igreja não aceita a opinião dos que pretendem reduzir sua missão à formulação de princípios atemporais, pelo contrário, ela acompanha os homens no concreto das situações da vida individual e social para explicitar as exigências do Reino de Deus nas condições particulares, em cada momento e em cada lugar: ela lhes revela que a adesão a Cristo exige atitudes de conversão, de abertura e de diálogo, exige mudanças no comportamento de pessoas e grupos, que se dizem cristãos, mas que toleram situações de injustiça e impiedade incompatíveis com a consciência cristã.

Assim sendo, pautada na ética e na fronteira invisível que se estabelece entre religião e política, percebe-se que a Igreja Católica desempenhou e ainda desempenha na política, e em um caso mais específico, com foco em Jataí; um papel de sinequanon relevância.

Em síntese, o posicionamento da Igreja transcende o da tarefa de pastorear. E mesmo não cabendo a ela intervir diretamente na construção política e na organização da vida social, essa tarefa é desempenhada com mediação e pela vocação dos seus fiéis, pois a ação social implica numa pluralidade de caminhos concretos e terá sempre em vista o bem comum e não se conformará com a condição de mera espectadora dos acontecimentos a sua volta.

1.2 – Religião sem moldura

Se até o momento foi discutido no pretense diálogo estabelecido: “política e religião”, de forma não tão sucinta, o conceito de política, importa doravante conceituar o que vem a ser religião, não pretendendo estudar a história dos fenômenos religiosos, mas torna-se, portanto, necessária a atenção aos usos e sentidos do termo “religião”, que, em determinada situação, geram crenças, ações, instituições, condutas, mitos, ritos, etc. Além disso, o pensar religioso também pode ser colocado no domínio da História Cultural que tem, na definição básica do historiador Chartier (1990, p. 38), o objetivo central de identificar a maneira através da qual, em diferentes tempos e lugares, uma determinada realidade social é construída, pensada e lida.

“Representações do mundo que aspiram à universalidade são determinadas por aqueles que as elaboram e não são neutras, pois impõem, justificam e procuram legitimar projetos, regras, condutas, etc.” (CHARTIER, 1990. p. 38).

Dessa forma, uma abordagem teórica preliminar para o estudo das religiões, do pensamento religioso, das formas de religiosidade em geral, e do próprio conceito de religião, deve levar em conta a historicidade dos fenômenos religiosos construídos em variados aspectos e matizados na sua complexidade histórico-cultural.

A maioria das pessoas tem alguma idéia do que seja “religião”. Costuma-se pensar essa definição como crença em Deus, espíritos, seres sobrenaturais ou na vida após a morte. É possível pensar, ainda, esse conceito como o nome de algumas das grandes religiões mundiais: Cristianismo, Judaísmo, Hinduísmo, Budismo ou Islamismo. Embora parta do

senso comum sobre o conceito de “religião” aplicados aos estudos dos fenômenos e sistemas religiosos, eles são insuficientes para estudos científicos. (BURITY, 2001, p. 107)

O próprio termo “religião” originou-se da palavra latina *religio*, cujo sentido primeiro indicava um conjunto de regras, observâncias, advertências e interdições, sem fazer referência a divindades, rituais, mitos ou quaisquer outros tipos de manifestação que, contemporaneamente, entendemos como religiosas.

Assim, o conceito “religião” foi construído histórica e culturalmente no Ocidente adquirindo um sentido ligado à tradição cristã. O vocábulo “religião” - nascido como produto histórico de nossa cultura ocidental e sujeito a alterações ao longo do tempo – não possui um significado original ou absoluto que poderíamos reencontrar. Ao contrário, somos nós, com finalidades científicas, que conferimos sentido ao conceito. Tal conceituação não é arbitrária: deve poder ser aplicada a conjuntos reais de fenômenos históricos suscetíveis de corresponder ao vocábulo “religião”, extraído da linguagem corrente e introduzido como termo técnico.

Uma definição para uso acadêmico e científico não pode atender a compromissos religiosos específicos nem ter definições vagas ou ambíguas, como, por exemplo, definir “religião” como “visão de mundo”, o que pressuporia que todas as “visões de mundo” fossem religiosas. Do mesmo modo, se “religião” é definida como “sagrado”, a questão torna-se saber o que é “sagrado” e o seu oposto, o “profano”.

Outras definições são muito restritivas: a definição “acreditar em Deus” deixa de fora todos os politeísmos e o Budismo, enquanto a crença numa realidade sobrenatural ou transcendental também não satisfaz por não ser comum a todas as culturas religiosas. Uma definição que parece suprir a expectativa do senso comum, mas talvez não tão contundente para efeitos de organização e análise, tem sido a seguinte: “Religião é um sistema comum de crenças e práticas relativas a seres sobre-humanos dentro de universos históricos e culturais específicos: (BURITY, 2001, p. 108).

Aqui, é necessário fazer duas observações: de um lado, é importante ressaltar que, nas línguas de outras civilizações e culturas distintas do Ocidente pós-clássico, não existe um termo para designar “religião” (no caso da tradição hindu, por exemplo); de outro, que todas as culturas conhecidas possuem manifestações que costumamos chamar de “religião”. Isto significa pressupor que pode existir uma religião sem essa conceituação, ou que o nosso conceito de “religião” é válido para determinados conjuntos de fenômenos nas culturas onde aparecem, mas não se distinguem como “religiosos” no interior de outros universos histórico-culturais.

Assim, o conceito de “religião” deve levar em conta a variedade dos fenômenos que costumamos chamar de “religiosos”. Assim sendo, o problema fundamental a ser colocado no estudo dos fenômenos religiosos deve ser o seguinte: Como determinada cultura constrói, historicamente, seus sistemas religiosos, uma vez que para estudar os fenômenos religiosos deve-se estar atento aos usos e sentidos dos termos que, em determinada situação histórica, geram crenças, ações, instituições, livros, condutas, ritos, teologias, etc.?

1.3 - Religião como parte formadora da Cultura

Estudar os fenômenos e sistemas religiosos como parte elementar na formação da cultura significa apreender um fator identificável da experiência humana, que se apresenta como imagens que passaram através de milhares de pessoas, ao longo de diferentes tradições, algumas modeladas nos santuários, outras nas universidades. Entretanto, muito desse universo permanece inclassificável.

Essa constatação, contudo, não deve ser impedimento para se pensar o tema. Ao contrário, o reconhecimento de que, em termos de religiões, a variedade é, acima de tudo, humana, significa compreender o nosso lugar no panorama religioso, reconhecendo os “outros” menos como concorrentes e mais como companheiros de aventura existencial.

Religiões, religiosidades, experiências religiosas se expressam em linguagem e formas simbólicas. Saber o que foi experimentado, vivido e como isso pode ser compreendido exige a capacidade de identificar coisas, pessoas, acontecimentos, através da nomeação, descrição e interpretação, envolvendo conceitos apropriados e linguagem.

Atualmente, os estudos sobre religião e religiosidade valorizam os fenômenos religiosos de forma diversificada. Há o reconhecimento de que as questões religiosas permeiam a vida cotidiana como religiosidade popular, sob formas de espiritualidade que fornecem elementos para construção de identidades, de memórias coletivas, de experiências místicas e correntes culturais e intelectuais que não se restringem ao domínio das igrejas organizadas e institucionais.

Muitos movimentos religiosos procuram repensar os papéis de gênero, as opções sexuais, a participação política engajada, os conflitos em nome da fé, as novas práticas espirituais, as liturgias alternativas e as revisões teológicas, de acordo com as necessidades da modernidade, destacando-se aí o papel das mulheres e das minorias dentro da sociedade e suas expressões culturais. (SPENGLER, 2003) / (WALZER, 1999).

Trata-se, portanto, de privilegiar, como objeto central de pesquisas, correntes de pensamento, movimentos, tendências até então considerados marginais à cultura religiosa “oficial”: movimentos religiosos dos povos indígenas latino-americanos e africanos; religiões orientais; as centenas de igrejas evangélicas, pentecostais, neopentecostais e avivadas; o espiritualismo, a constituição de identidades religiosas nacionais e supranacionais; a “Nova Era”; as religiões afro-brasileiras como a umbanda e o candomblé. Desta forma, impõe-se a necessidade de ampliar os limites, desmontando preconceitos, revendo cronologias e desenvolvendo análises comparativas, numa área de estudos nova e emergente.

Nenhuma tradição religiosa é “total”, nem existe um status de favoritismo de religiões. Conhecer o lugar onde estamos e onde os outros estão em relação à fé e às crenças leva-nos a desenvolver um sentido de proporção no amplo campo das religiões, religiosidades, experiências religiosas - onde todos devem ser ouvidos e respeitados. A diversidade se faz riqueza e deve conduzir à compreensão, respeito, admiração e atitudes pacificadoras.

Religião sempre foi um assunto de vida e morte, não somente em termos de suas próprias funções (batismos e funerais), mas também um assunto existencial decisivo para milhões de pessoas. O espaço crescente na mídia dos assuntos envolvendo religião não tem sido acompanhado pelo conhecimento histórico e cultural sobre o tema.

Atualmente se escolhe ser cristão ou não. No século XVI, não havia escolha. Era-se cristão de fato. Podia-se divagar em pensamento longe do Cristo: jogos de imaginação, sem suporte vivo na realidade. Todavia, não se podia sequer dispensar a prática. Mesmo não querendo, mesmo não entendendo claramente, todos, desde o nascimento, se encontravam imersos num banho de cristianismo, do qual não se escaparia nem na hora da morte: já que esta morte era, necessariamente, socialmente, cristã, devido aos ritos que ninguém podia subtrair-se, ainda que estivesse revoltado em face da morte, ainda que fizesse gracejos e se mostrasse brincalhão nos últimos momentos. Do nascimento até a morte, estabelecia-se uma imensa cadeia de cerimônias, de tradições, de costumes e práticas que, sendo todas cristãs ou cristianizadas, amarravam o homem, mesmo contra sua vontade, escravizando-o apesar de suas pretensões de tornar-se livre. E, acima de tudo, cercavam sua vida privada. (FEBVRE, 1978. p.38)

Concluindo a afirmação de Febvre (1978, p. 38), a única opção religiosa no século

XVI era o Cristianismo, já que a reforma protestante fez surgir novas religiões baseadas nos princípios cristãos. Assim, com frequência, julgamentos apressados e preconceituosos são feitos baseados em pouco ou nenhum conhecimento. Por isso, é necessário construir e divulgar informações objetivas e críticas de forma a garantir um conhecimento que conduza à compreensão e respeito do que vem a ser verdadeiramente religião, manifestação religiosa ou religiosidade. Nunca pretendendo prevalecer mediante imposições a razão de nossa fé, mas que se faça mediante a utilização da razão, da persuasão e das obras. Jamais esquecendo é claro, do “ide”; a ordem maior do sumo representante do Cristianismo. E se existe e é certo que existe, um poder superior que tende a universalizar a fé, ele encarregará de fazer germinar a semente da anunciação nos mais variados solos.

É necessário saber não apenas quantos são os muçulmanos ou cristãos no mundo, mas quais as diferentes formas e maneiras possíveis de ser cristão ou muçulmano, as diferentes crenças e grupos existentes como possibilidades de experiências religiosas que conferem sentido à vida e à morte.

Em quase todas as religiões, as experiências religiosas transcendentais ou divinas estão relacionadas diretamente ao sentido vida-morte, e sobre isso podem ser encontradas definições, tanto nos monoteísmos quanto nos politeísmos, procurando combater a desesperança e ocupando um grande espaço na realidade cotidiana de nosso tempo.

Qual é o sentido da vida? De onde viemos? Para onde vamos depois da morte? Questões ainda e sempre fundamentais, para as quais, livros foram escritos, esculturas e pinturas produzidas, poesias e músicas compostas formando, nos últimos cinco mil anos, um patrimônio cultural que pertence a todos e à história de cada um. (WATCHMAN NEE, 1994, p.52).

A idéia de que necessitamos saber não apenas quantos são os muçulmanos ou cristãos no mundo, mas quais as diferentes formas e maneiras possíveis de ser cristão ou muçulmano, as diferentes crenças e grupos existentes como possibilidades de experiências religiosas que conferem sentido à vida e à morte continuará a produzir questionamentos como os já pensados por Cruz (2007 p. 11), que diz:

“O que aceitar? O que anunciar? Ao tratar de ecumenismo e diálogo inter religioso dentro da Igreja, assessorando encontros ou reflexões de grupo. Percebe-se muitas vezes uma hesitação no olhar das pessoas. Elas entendem que o diálogo e a busca da reconciliação são coisas bonitas, necessárias, até

indispensáveis. Mas fica no ar uma inquietação: como vou fazer isso, se tenho que anunciar a minha própria fé?”

Um dos melhores documentos oficiais do Vaticano sobre a maneira de lidar com outras religiões foi escrito exatamente pensando no trabalho missionário. Chama-se, significativamente, “Diálogo e Anúncio” e foi produzido em 1991 pelo Pontifício Conselho para o Diálogo inter-religioso, que logo na introdução lembra uma declaração do Papa João Paulo II: “Do mesmo modo que o diálogo inter-religioso é um elemento da missão da Igreja, a proclamação da obra salvífica de Deus em Jesus Cristo Nosso Senhor é outro. Não se trata de escolher um e ignorar ou rejeitar o outro”.

Então, diálogo não seria uma estratégia diplomática para converter o outro e sim, falar e ouvir, compreender e ser compreendido, respeitar e ser respeitado, partilhar idéias, ensinar e aprender, descobrir o que a graça de Deus já realizou no outro e mostrar com simplicidade o que Deus também nos tem chamado a fazer.

1.4 - Pluralismo, diversidade e tolerância como ação afirmativa

Nos últimos 200 anos, falou-se muito sobre a crise e da decadência das religiões formais. No século XIX, tanto o movimento científico como grupos socialistas falaram de uma agonia das expressões religiosas formais. Filósofos, cientistas e políticos apregoavam, no início do século XX, que não haveria espaço para religiões formais ou para Deus no mundo do avanço científico que se anunciava.

As vozes variavam: ora afirmavam a morte de Deus (NIETZSCHE) ora tratavam do colapso de uma instituição (como a Igreja Católica). Porém, para surpresa de muitos, os séculos XX e XXI foram marcados por um considerável ressurgimento de crenças e práticas religiosas em todo o mundo.

Igrejas Católicas e Protestantes, Ortodoxos nos países remanescentes da antiga URSS, mesquitas na Indonésia, templos na Índia, marcam este florescimento das religiões. É um desafio compreender, de forma adequada, o papel que crenças e práticas religiosas desempenham na construção de subjetividades, sociedades e culturas contemporâneas.

Os grupos religiosos estão presentes na mídia, em canais de TV, rádios e jornais. Muitas editoras e gravadoras têm no público religioso seu alvo maior. As bancadas religiosas nos Congressos do Ocidente ou governos teocráticos em outras regiões do globo levam a um

novo tipo de dúvida: haverá espaço para o pensamento não-religioso no futuro? Os ateus e agnósticos, as explicações materialistas, o cientificismo e outras formas terão espaço de expressão? Se no século XIX alguns religiosos temeram pelo futuro das instituições, seria válido hoje que os não religiosos também temessem por seu futuro?

Para consolo dos que condenam as formas religiosas oficiais ou pessoais, o avanço visível do pensamento religioso está sendo acompanhado de muitos atritos entre diversas expressões religiosas e até mesmo dentro de igrejas formais. É inevitável pensar, neste momento, na questão central da tolerância. Se “religião” não tem uma identidade essencial única, não existiu sempre, nem é um fenômeno universal, temos que perguntar o que ela é e como pode ser estudada.

Nos trabalhos mais recentes em diferentes áreas de pesquisa, percebe-se defendida a posição de que religião é um fenômeno histórico, que surge em circunstâncias intelectuais e culturais particulares. O fenômeno religioso constitui-se por práticas discursivas ocidentais, especificamente definidas para estudos de caráter científico e acadêmico.

Embora possa estudar as funções da religião de forma histórica e crítica e até abordar de forma hermenêutica os mitos, símbolos e comportamentos sem grandes contradições entre teologia e estudos científicos, tal convivência torna-se tensa e contraditória quando se trata da questão das origens e causas da religião. Para muitas pessoas que permanecem pessoalmente comprometidas com crenças e práticas religiosas, esses temas provocam grandes resistências.

Embora profundamente influenciadas pelo Iluminismo e pelo Racionalismo do século XVIII, foi durante o século XIX que análises históricas e comparadas de diferentes tradições religiosas proliferaram e se tornaram mais sofisticadas.

O tema das origens e causas das religiões foi analisado por diferentes estudiosos e pensadores: Strauss, Feuerbach, Marx, Nietzsche, Freud, Weber e Durkheim, entre outros. No final do século XIX e nas duas primeiras décadas do XX, as grandes linhas mestras das abordagens psicológicas, sociológicas e antropológicas dos estudos da religião tinham sido articuladas. Contudo, o contexto institucional que permitiu o desenvolvimento desses estudos fora dos centros teológicos de tradição cristã ocidental (os seminários bíblicos e teológicos das diferentes confissões protestantes ou católicas, principalmente na Europa e Estados Unidos) só surgiu nos anos cinquenta do século XX. Os movimentos culturais e sociais da década de sessenta e a efervescência universitária subverteram e impulsionaram os estudos de religião. (BURITY, 2002, p. 213).

O surgimento da contracultura, da luta pelos direitos civis das minorias e de uma nova sensibilidade no trato das questões multiculturais superando as fronteiras nacionais e

religiosas, a busca pelo respeito às diferenças, a defesa intransigente da investigação intelectual e da liberdade de opção em todos os aspectos da vida (religiosos, sexuais, econômicos, etc.) levaram a uma prevalência das preocupações para a relação, por exemplo, entre ética, liberdade e tolerância no que se refere às livres opções religiosas. A diferença entre “ensinar religião” e “ensinar sobre religiões” mudou a maneira de abordar essa polêmica questão, sem evitar o surgimento crítico e propositivo de novas questões.

O reconhecimento do papel salutar da diversidade e da diferença, a necessidade de falar em respeito e tolerância diante da integridade e a viabilidade de outras tradições religiosas e culturais evidenciam a herança do florescimento intelectual da contracultura dos anos sessenta. A valorização do pluralismo, do acesso ao conhecimento de diferentes teorias e métodos, de experiências e de pontos de vista transformou-se em base do processo educacional.

Evidentemente, com a expansão contínua dos temas e perspectivas do estudo da religião, a questão da diversidade é inevitável. Não é mais suficiente pensar sobre diferentes religiões; é necessário considerar como pensamos as diferentes formas de religião. É necessário abandonar a pretensão de chegar a uma teoria ou metodologia final ou absoluta.

O reconhecimento de que os estudos atuais sobre religião devem ser multiculturais e multidisciplinares leva à necessidade de construir várias estratégias interpretativas. “O reconhecimento crescente da importância de diferentes tradições religiosas trouxe desafios teóricos e metodológicos, e também promoveu o surgimento de questões comparativas bastante complexas”. (BURITY, 2002, p. 217).

A variedade de abordagens e a pluralidade das tradições religiosas não só enriqueceram os estudos e investigações das religiões como são um desafio a uma compreensão mais adequada da história e do significado contemporâneo das religiões.

Estabelecer um diálogo entre o “familiar” e o “estranho” representa um esforço de trazer antigas questões para novos caminhos, novos objetos e novas abordagens, promovendo um diálogo entre os estudos de religião com a História e a Política. Todo esse trabalho intelectual deve, contudo, levar em conta que a especificidade histórica e a relatividade cultural significam que vários termos, conceitos, definições e estruturas cognitivas não são universalmente aplicadas. Por exemplo, em algumas tradições religiosas termos como “religião” ou “Deus” podem não existir. Toda forma de conhecimento passível de interpretação, no nosso caso o estudo das religiões, é sempre incompleta e sujeita a novas formulações.

Todos os argumentos sobre a tolerância, no que diz respeito aos limites da ação da religião (Igreja) e da política, podem ser distribuídos ao longo de um grande espectro que vai do puro pragmatismo aos princípios morais e éticos. Podem variar da necessidade de proteção de interesses muito específicos de cada pequeno grupo até a análise mais elaborada das verdades religiosas das questões de obrigação moral. Mas é a questão da solidariedade, do respeito à diversidade, da pluralidade que fará a grande diferença. Trata-se de reconhecer a diferença como elemento-chave da paz e do progresso humanos, de celebrar, aprovar e reafirmar a diferença como um valor básico e essencial.

Evidentemente, essa posição traz seus problemas. As diferenças que encontramos em nossa sociedade pluralista são tão profundas e grandes e estão relacionadas a assuntos básicos e essenciais sobre o que seja uma vida com sentido e qualidade, que não é possível imaginar consenso sobre vários temas incluindo as questões de ética e moral, por exemplo.

É possível reconhecer o valor de cada ser humano e a importância de garantir os direitos humanos para todos. Isto inclui a liberdade individual de seguir suas próprias crenças e caminho espiritual. Valorizar os direitos de outras pessoas a crenças variadas é um passo fundamental para apreciar a diversidade religiosa.

Na medida em que se aprofunda o estudo das religiões, pode-se aumentar a compreensão das crenças individuais e romper as barreiras dos preconceitos e exclusivismos, atitudes que constroem um mundo muito perigoso para se viver.

A tolerância envolve ação e participação. Em primeiro lugar, aceitar que os seguidores de diferentes religiões consideram suas crenças como verdadeiras e, talvez, a única verdade que admitem. Em segundo lugar, permitir que os outros tenham crenças diferentes e que, livremente, sem coerção de qualquer espécie (familiar, social, educacional, etc.) possam mudar de religião, denominação ou crença. Em terceiro, trabalhar em prol da garantia de livre prática religiosa, dentro dos limites da razão, cultura e sociedade. Um outro conjunto de ações afirmativas significa recusar-se a discriminar emprego, alojamento, função social, procurando respeitar e acomodar as necessidades religiosas que envolvam dias festivos, datas sagradas, rituais significativos. (WALTER, 1999, p. 72).

A ação da Igreja (religião) é parte essencial na política de direitos humanos, da cidadania e ética democrática. Contudo, deve-se agir de forma enérgica e crítica quando líderes ou seguidores de religiões promovem o ódio e a discriminação, restringindo direitos humanos fundamentais e atacando seguidores de outras religiões distintas, minorias sexuais ou étnicas, mulheres, crianças, deficientes. Da mesma forma, deve-se ser crítico e ativo contra

crenças que promovem formas variadas de abusos físicos, psicológicos ou materiais sobre seus seguidores como prova de fé.

1.5 - A Força das Mudanças

Como fenômeno social, cultural e histórico, as tradições, instituições e movimentos religiosos estão em constante mudança. Esse é o mais forte argumento a favor da tolerância. Da mesma forma que um consenso é impossível, a consciência da mudança constante leva a refletir sobre a necessidade de compreensão dos fenômenos religiosos no tempo e espaço, em suma, na sua historicidade.

Não há nada de novo em novas religiões. Em alguns lugares e em momentos específicos, tornam-se visíveis e conhecidas. Em alguns momentos históricos e determinadas regiões, quando pessoas parecem particularmente sensíveis a novas idéias e esperanças, ondas de novos movimentos ocorrem. Foi assim no período romano tardio, quando centenas de movimentos religiosos emergiram junto com o Cristianismo.

Na Europa já cristianizada, sucessivas ondas de novos movimentos aconteceram nos séculos IV, XII e XVII. Nos Estados Unidos, durante a segunda metade do século XIX, período de guerra, imigração, descoberta do ouro, da expansão para o Oeste, o surgimento de vários movimentos promoveu o que os historiadores das religiões chamaram de “O Grande Despertar”. Grupos se organizaram em torno de esperanças variadas, da Salvação pela santificação e Batismo no Espírito até a iminência do Apocalipse: Testemunhas de Jeová, Adventistas de Sétimo Dia, Ciência Cristã, etc. surgiram nessa esteira de turbulência religiosa.

No final do século XIX, sob o impacto da laicização da sociedade, da redescoberta das religiões orientais, movimentos espiritualistas floresceram: Teosofia, Espiritismo, Antroposofia. Quase todos estes movimentos surgiram exigindo rompimentos radicais com estruturas implantadas fossem elas sociais, religiosas ou familiares. (BURITY, 2002, p. 221).

Jesus, em algumas passagens dos Evangelhos, é lembrado por ter dito que seria um erro considerar que tinha vindo para trazer paz ao mundo. Ao contrário, tinha vindo com uma espada. Todos os movimentos radicais querem proteger seus seguidores do mundo, negar e rejeitar antigas verdades e práticas, procurando estabelecer o novo ou restabelecer uma antiga pureza perdida pelos homens e mulheres ao longo do tempo.

A tendência de negação do mundo e da ordem vigente é simultaneamente acompanhada pela negação do mundo e afastamento da sociedade. Mas, também, a sociedade

tende a reagir e atacar as dissidências: torturas, prisão, intimidação, discriminação fazem parte desse caminho de mão dupla.

Os movimentos que sobrevivem e transformam-se em “velhas e tradicionais” religiões adaptam-se às contingências históricas, sociais e culturais, comprometendo, em grande parte, o fervor original em prol da pureza perdida. Tornando-se *statu quo*, definem e impõem sua sabedoria e verdade “únicas”, para o melhor ou pior, afetando em detalhes, a vida, corpos e mentes de milhões de pessoas, quer sejam elas consideradas seguidores, heréticos, infiéis ou sectários. (BURITY, 2002, p.234).

Quando um ritual, simbolismo e estrutura institucional são radicalmente modificados, o resultado será um novo movimento religioso. Muitos movimentos feministas ocidentais já alteraram e romperam com pressupostos básicos da tradição judaico-cristã.

Perseguindo os elos perdidos que unem religião e política, Löwy recupera o conceito alquimista e romântico de afinidade eletiva, numa preciosa mostra de imaginação sociológica que ilumina os vínculos profundos entre o messianismo judeu, o romantismo alemão e a utopia libertária. (LÖWY, 1988, p.119). Trata-se não somente de questionar ou condenar a exclusão que tais religiões promovem, impedindo a ordenação, inserção institucional plena ou o reforço aos tradicionais papéis de gênero, às mulheres como mães, esposas ou filhas: são as próprias concepções teológicas masculinizadas (Deus-Pai, divindades masculinas) que serão questionadas pelas mulheres em busca de novos modelos simbólicos femininos, bem como de espaços de liderança a participação integral em toda a dimensão de sua cultura religiosa.

1.6 - Corpo Sano, Alma Sana

Este tema aborda em seu bojo a pretensão de estabelecer como força transformadora para o corpo, a medicina e para a alma, o evangelho e assim construir uma sociedade mais justa e igualitária, alterando determinados padrões históricos que conduziram à discriminações baseadas em critérios de etnia, gênero, classe e imagem corporal que geraram toda sorte de desigualdades.

O pensar religião, no momento em que vivemos, tem que estar articulado com reflexões críticas sobre esquemas geradores de discriminação ou exclusão, inclusive os religiosos. A ampliação das temáticas de estudo, metodologias e abordagens das religiões,

religiosidades, espiritualidades produz um momento privilegiado em direção à tolerância e compreensão das alteridades.

As questões de julgamento sempre conduzem à problemática questão do “eu tenho razão”. Cria-se dessa forma, uma consciência circular das coisas, pessoas e situações, todas elas amarradas entre si. Buscando opiniões de terceiros que confirmem crenças e demonstrem que as dos outros são insustentáveis e, conseqüentemente, ruins. A sensação de se estar certo sobre convicções só pode valer como opinião, nunca como certeza ou verdade absoluta. É preciso estar alerta para o fato de que, nas questões de julgamento, estamos submetidos a interesses internos que nos justificam antes que possamos ser imparciais.

Seria, por exemplo, a medicina higienista apresentada na obra *Urupês* de Monteiro Lobato. A fim de evidenciar sua importância, o autor a ressalta como um agente poderoso e transformador do caráter de um homem. Cria-se analogicamente uma relação entre a obra *Urupês*, de Monteiro Lobato e a religião. Em *Urupês*, a partir da abstração do fator transformador do homem brasileiro personificado no Jeca Tatu, fator este que vem, a partir do século XIX, na PEDAGOGIA MÉDICA, coadunar para abruptas e profundas mudanças nos mais variados aspectos comportamentais do homem da época, e não diferentemente, na abordagem religiosa, focar uma outra tônica transformadora: o Evangelho.

Para tanto, faz-se necessário tecer comentários sobre a pretensão de explicar que o Jeca de Monteiro Lobato era a personificação do homem brasileiro que a medicina vem deslindar sua condição de “estar” Jeca e não permanentemente “ser” Jeca. Por sua vez, de forma mais abrangente, pretende-se personificar no Jeca toda a humanidade, que não “era” Jeca, mas vivia nesta condição (“estava”) até que o fator transformador lhes alcançou, agora, não mais a operação da medicina, mas o poder do evangelho.

Sabe-se que muito antes de Monteiro Lobato, viajantes, cronistas e escritores haviam se debruçado sobre as condições de vida e os tipos humanos das áreas rurais do país. Suas condições e formas eram unanimemente compreendidas como: isolamento, ignorância e ociosidade. Tais fatores eram explicados pelas grandes distâncias geográficas, divergências sócio-culturais que separavam a população das diferentes regiões, especialmente no que se refere aos trabalhadores das áreas rurais. No entanto, com muita freqüência, a despeito das diferenças quanto à posse da terra e às condições de vida e trabalho, entre, por exemplo, sertanejos no Nordeste, caixeiros do Norte e caipiras do Vale do Paraíba, ocorrem semelhanças nas descrições dos hábitos, da casa e das crenças religiosas.

Quando Monteiro Lobato cria o personagem Jeca Tatu, ele acaba por fazer a caracterização do caipira como indolente, imprevidente e parasita, com isso denunciando a

atividade predatória do caboclo, responsável pela destruição da mata, com suas queimadas. Sobressaindo o caráter nômade e a imprevidência desse homem rústico.

A ênfase de Monteiro Lobato na qualidade negativa representada pelo caboclo guarda semelhança com muitas descrições que, desde os séculos XVIII e XIX, chamavam a atenção para a associação entre a agricultura primitiva e destruição da natureza, evidenciando uma explicação que em muito contrasta com o posterior argumento referido às relações entre progresso e degradação do meio ambiente.

Em Urupês, completa-se o retrato do caboclo que passa então a se chamar Jeca Tatu. Lobato define o Jeca como “um piraquara do Paraíba”, a quem nada põe de pé. Diante de problemas no sítio do qual era agregado ou de grandes mudanças na vida política nacional, fosse a abolição da escravidão ou a Proclamação da República, o caboclo continuava de “cócoras, a modorrar” (LOBATO, 2007, p. 280).

Ao estabelecer o protótipo do brasileiro e mais precisamente o sertanejo, Monteiro Lobato chegou, com sua retórica contundente, a afirmar: “Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade!” (LOBATO, 2007, p.281). Ao olhar para o Jeca, não se via nenhum sinal que o dignificasse de admiração; a imagem negativa foi a que mais se reforçou em seus primeiros escritos sobre o tema.

Descrevendo o tipo brasileiro (Jeca), Monteiro Lobato faz uma densa e meticulosa descrição de seu modo de vida, levando o leitor a sentir a gravidade do estado do homem, que mesmo rodeado de tanta riqueza natural, quedava-se na mais pura miséria. Ao descrever a casa do Jeca, o primitivismo é cuidadosamente acentuado. “Sua casa de sapé e lama, faz sorrir aos bichos que moram em toca e gargalhar ao João-de-barro. Pura biboca de bosquímano. Móvel nenhuma”. (LOBATO, 2007, p. 281)

O autor de Urupês mostra o estado caótico em que se encontrava o Jeca Tatu. Tamanha era sua indolência que o fazia esquecer a rude lição das secas e nada enceleirava nos anos de inverno.

Barroso (1956, p.167), antes mesmo de Monteiro Lobato, também privilegiou a descrição de um tipo humano caracterizado pela imprevidência e pela preguiça. A relação com o fenômeno natural das secas favorecia o fatalismo do sertanejo. Esforços intensos careciam de fundamento, pois:

A alma do sertanejo é calcada na alma do sertão, onde a natureza quando recusa seu auxílio, nega avaramente a sombra, nega cruelmente a gota

d'água, recusa tudo. Mas quando dá, dá demais: dá com fartura, com abundância. Daí os dois aspectos do caráter do homem do sertão e sua relação com a natureza: a tenacidade da luta, quando o meio o hostiliza e procura esmagá-lo; o descuido, a indolência e a imprevidência de quem repousa de longa luta, nos tempos bons. A seca calcina a terra, resseca os matagais, torra as capoeiras decotadas, e vai amaciando as paisagens até pulverizá-las, e o sertanejo combate estoicamente. O inverno alarga o sertão farto: ele preguiça e modorra (BARROSO, 1956, p. 167).

Não só Monteiro Lobato elegeu o Jeca Tatu como símbolo genérico do brasileiro. Entre outros, destaca-se o educador Azevedo (1982, p. 35), que declara ser o personagem descendente de um Brasil desigual, onde justifica a origem de todos os males pela falta de políticas de governo, especialmente de saneamento e educação, a situação de atraso e miséria em que vivia a população do interior, o que pode ser confirmado no trecho a seguir:

“A maioria das populações rurais e praieiras continuou a bocejar na miséria, na subserviência e no embrutecimento, em que as vem deixando vegetar indolentes e opiladas, a falta de uma política larga de melhoramentos rurais. O quadro sombrio da vida, que arrasta esses grupos disseminados pelo interior e recolhidos em choças de pau-a-pique, em ranchos de sapé ou em casebres em ruína, contrasta violentamente com a suavidade bucólica ou a grandeza soberba das paisagens, que se desenvolvem, para prazer dos olhos, à contemplação dos forasteiros, mas a cuja própria beleza e miséria física e social já tornaram quase indiferentes às populações locais” (AZEVEDO, 1982, p.35).

Assim, como Jeca Tatu de Monteiro Lobato, tipifica o brasileiro, há na obra de Mário de Andrade: Macunaíma, o herói sem nenhum caráter, também uma tipificação do brasileiro. O que poderia ter sido um acontecimento propulsor do entendimento da brasilidade tornou-se, por força da narrativa da inferioridade, um símbolo de uma gente descaracterizada, que não tem como dar certo.

A leitura da expressão “sem nenhum caráter” passou a ser feita por muitos como mau-caratismo, cinismo e ausência de princípios. Enfim, um modelo de homem carente de agentes poderosos de transformação. A obra de Andrade mostra, no entanto, que há quase um século o

que aparecia folclorizado de interesseiro, preguiçoso e sem coragem para uma vida coletiva, como uma oposição aos valores sociais e culturais positivistas daquele momento, era uma nação que começava a se formar e não estava sendo compreendida, simplesmente por não ter uma consciência tradicional e um sentido civilizatório inspirado em parâmetros conservadores. (COSTA, 2006, p. 168).

Percebe-se, tanto na obra de Mário de Andrade como na de Monteiro Lobato, uma tipificação do brasileiro, recluso na mais cruenta maneira de viver, seja no aspecto social, moral, intelectual, econômico e até mesmo político e familiar.

Porém, depois de tanto sofrimento, tantas mazelas e má fama, eis que surge a solução. Ela veio na pele do sanitarismo, também conhecida como Medicina Higienista, que viria tirar o Jeca Tatu do estado de lástima em que se encontrava e fazê-lo caminhar por um novo caminho, rumo a novas conquistas, enfim, mudar-lhe a vida, sua consciência política, suas acepções, valores e até o nome. A medicina trataria do corpo doente e da mente dormente de Jeca Tatu, e este, de Jeca Tatu passaria a ser chamado: “Jeca Total”. (Gilberto Gil).

Para melhor entender a transmutação do estado de doença, apatia ao trabalho e sintonia com a preguiça e a modorra bem como a milagrosa transformação do Jeca, é mister entender a força modificadora em voga, a MEDICINA HIGIENISTA.

Com a chegada da família real a cidade, especialmente o Rio de Janeiro, precisou ser adaptada às exigências da corte, da indústria e do comércio internacional, tornando-se necessário modernizar a rede de serviços urbanos e acabar com a tradição da subsistência colonial para abrir os portos brasileiros para a livre comercialização com os ingleses; que a bem da verdade não seria literalmente uma irrestrita liberdade de mercado, mas privilégio alfandegário.

A estratégia era modificar o comportamento familiar em suas formas internas de coesão e conservadorismo. Um controle sobre a família que fora impossível de se realizar na colônia, agora torna-se efetivo com a aristocracia portuguesa e a burguesia européia que, juntas e aqui, detinham um poder maior do que o poder das famílias nativas. As cidades passam a obedecer a novos donos. (COSTA, 2006, p. 171).

O deslocamento de poder da família colonial para os novos donos provocou a “re-europeização” da sociedade brasileira, feitos preferencialmente pela Lei, a punição e o aparelho policial foram utilizados, o que pode ser observado pela aplicação abusiva da lei das Aposentadorias, que lesou famílias apropriando-se de suas casas sem indenizá-las e pela ordem de abolição das rótulas que mais do que reforma estética era uma prevenção contra atentados políticos e econômicos.

Quanto mais as famílias secularizavam seus costumes, racionalizavam suas condutas e riquezas, mais reforçavam os vínculos de solidariedade interna. O aburguesamento citadino equipou-os no combate aos portugueses. A independência e a abdicação refletem a incapacidade da corte portuguesa em conquistar o apoio das elites.

Com a abdicação fica claro que não basta urbanizar a família, era preciso estatizar o indivíduo. A força da Lei não produzia indivíduos urbanos submissos ao Estado, pois estes continuavam cegos e surdos às solicitações do Estado. Era preciso conscientizá-los da importância do Estado na preservação da saúde, do bem-estar e do progresso de todos. Era preciso defini-los aos olhos da família.

Coincidindo com a ascensão do Estado Nacional, a higiene médica também terá grande progresso. Em 1829 é fundada a Sociedade de Medicina e Cirurgia do RJ e em 1851 o Estado cria a Junta Central de Higiene Pública. O reconhecimento público do valor da higiene corresponde ao interesse da elite agrária pela unidade nacional.

Não existia, até o século XVII, sentimento de pátria ou nação. O único traço comum era a língua portuguesa e a religião católica que não formaram expressão de sentimento nacional; a língua, por exemplo, já apresentava influência da plebe e do escravismo, o que era sinal de discriminação pela elite, além de ser ensinada por jesuítas que também reforçavam mais a submissão e o servilismo aos valores latifundiários, o que nada ajudou na construção de uma consciência política nacional. (COSTA, 2006, p. 179).

A própria palavra “brasileiro”, dada aos cortadores de madeira, era escassa e não identificada com nacionalidade. A identidade era regional: paulista, mineiro; ou étnica: negro, índio, crioulo ou ainda étnico-geográfica: judeu, cristão novo, cristão mouro, etc. A ameaça à integridade territorial e política do país, não sensibilizava o povo, pois os interesses de trabalho, de sobrevivência moral e material superavam o cuidado com a unidade nacional. Essa desobediência civil oriunda de relações familiares será atacada no século XIX principalmente pelos novos domesticadores familiares: os Médicos.

A justiça não podia mudar a tradição familiar por força da Lei e, não sabendo como criar e perenizar mecanismos ou projetos que seduzissem as famílias e as tornasse amantes do Estado, coube à Medicina a missão de fazer com que as famílias se sentissem recompensadas e não punidas pelo Estado, acenando com promessas de lucro, criando uma reação em cadeia que durasse gerações, assim a família deixa-se manipular acreditando ser respeitada, abandonando velhos privilégios por novos benefícios, tornando cada um de seus membros num agente de saúde individual e estatal.

Assim, consolida-se a idéia de que a saúde e a prosperidade da família dependem de sua sujeição ao Estado. Enfim, a Pedagogia Médica, ao alterar o perfil sanitário da família, modificou sua feição social, transformou a família colonial na família nuclear conjugal burguesa e assim a burguesia ao criar uma ética de vida privada para a saúde, definiu também padrões de status social e político.

A educação higiênica aplicada à família provocou a fusão de saúde, status e manipulação política e econômica, desenvolvendo o fascínio pelo corpo higienicamente urbanizado e disciplinado agregando a esse valor novos valores, como: gestos, fala, modo de ser e de viver. (COSTA, 2006, p. 201).

Passando para a analogia do Jeca Tatu, representação do brasileiro para homem universal, e do fator transformador, “Medicina Higienista” para o “Evangelho”, importa no momento estabelecer uma comparação do homem desconhecedor do Evangelho com o homem evangelizado. Lembrando no importe que, ao aludir religião, alude-se a um tema que sugere várias vias de entendimento, classificação e acepções. Para tanto, utilizar para o homem antes da experiência com o evangelho o termo “homem natural” e a partir de seu encontro com o evangelho “homem espiritual”.

Quem seria o homem natural? O Apóstolo Paulo em sua carta aos Romanos faz uma referência à queda do homem (Adão) como o início da vida do homem natural. Até nesse instante, o homem era espiritual e não conhecia o pecado, logo não estava sujeito ao juízo divino, nem à morte. Continuando em sua narrativa, no capítulo 5, versículo 12, o Apóstolo Paulo escreve:

Pelo que, como por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens por isso que todos pecaram.

Segundo as palavras do Apóstolo, a partir da queda do homem, ele deixou de ser herdeiro de Deus e passou a viver dissolutamente. O pecado ou a transgressão passou a ser um ato contínuo na humanidade. Assim que o pecado separou o homem de seu Criador, o homem seguiu a vida, guiado pelas inclinações da carne (natureza humana), esquecendo e desprezando a virtude e cometendo os mais vis delitos e se expondo a toda ignomínia, pois

tinha perdido sua natureza ou essência espiritual. Logo, a morte estabelece seu reinado, criando entre os humanos um vínculo hereditário.

Analogamente ao romance de Monteiro Lobato, nasce a partir da queda de Adão, o tipo Jeca, que tendo todas as bênçãos e tesouros espirituais, vive na mais profunda e vergonhosa miséria, pois nem mesmo conhece os celeiros e despenseiros de sua terra. Está como o tatu que com os olhos tão detidamente voltados para esse plano, não consegue vislumbrar a possível conexão com o mundo superior.

No livro de Jó, o autor demonstra o quanto a vida do homem é breve e pelo seu estado de miséria, quão dependente é de seu Criador. O estado de consciência do homem natural acerca das coisas da terra, o fixa nessa plataforma, distanciando-o de seu Criador. Toda a narrativa do capítulo 28, do referido livro, apresenta Deus e sua admiração pelos feitos do homem que estende sua mão contra o rochedo e revolve os montes desde suas raízes, fazendo fluir rios e de seus leitos toda sorte de pedras preciosas, porém, lamenta: “onde se achará a verdadeira sabedoria e onde está o lugar da inteligência?” (Jó cap. 28 vers. 12), em resposta à sua lamentação diz: “Eis que o temor do Senhor é a verdadeira sabedoria, e apartar-se do mal a inteligência”.

Já no livro de Eclesiastes, no capítulo 3, versículos 19 e 20 é mostrado quão insignificante é o homem em seu estado natural chegando a ser comparado ao animal irracional, como se lê:

Porque o que sucede aos filhos dos homens, isso mesmo também sucede aos animais; a mesma coisa lhes sucede: como morre um, assim morre o outro, todos têm o mesmo fôlego; e a vantagem dos homens sobre os animais não é nenhuma, porque todos são vaidade. Todos vão para um lugar: todos são pó, e ao pó tornarão.

No livro de Jeremias, o homem natural é comparado a um vaso velho danificado e sem serventia, mas um vaso velho não pode voltar à forma e passar por um processo de reforma eficiente, porém a palavra segue dizendo que através do poder do evangelho, Deus pega o vaso velho e o transforma num vaso novo moldando-o conforme o que parecer bem aos Seus olhos. Nessa parábola, o vaso velho, danificado e sem serventia, é o homem natural, o “Jeca Tatu espiritual”, mas ao sofrer o poder transformador do evangelho, experimenta o milagre do

novo nascimento, que não se trata do nascimento físico, mas espiritual, o nascimento da água e do Espírito.

Na analogia entre a Medicina Higienista que veio tratar do corpo doente do Jeca, dando-lhe novas perspectivas é mostrada a apropriação que o Estado faz de sua eficácia para controlar o homem, logo o homem e o Estado são beneficiários das benesses do poder curativo da medicina.

Se por um lado o Jeca se transforma de raquítico e parasita em um homem saudável, produtivo e interado com o meio, o Estado ao apropriar-se da medicina, utiliza-a como aliada no combate às endemias e no controle do próprio homem que dela necessita e sempre necessitará.

Também o Evangelho de Jesus Cristo religa o homem que se desligara ou fora destituído de sua graça por ocasião do pecado original na pessoa de Adão, ou seja, o homem que desde a queda ou separação de seu criador, passou a andar dissolutamente agindo segundo seus instintos animais, passaria através do milagre do novo nascimento a viver em novidade de vida, desprezando as práticas pecaminosas e perniciosas e se apropriando de um novo proceder, proceder este mais condizente com a vontade de seu Criador, pois, a partir da experiência com o novo nascimento, passa a valorizar a virtude, a caridade, a bondade, a mansidão, a longanimidade e a fé.

O homem natural, que antes do encontro com o poder transformador do evangelho era um homem espiritualmente doente, passa a vivenciar uma nova maneira de enxergar o mundo e os desafios que lhe advém, torna-se destemido, ousado e esperançoso, pois, mesmo as coisas que lhe parecem insolúveis do ponto de vista humano, nem sempre o assusta, pois, à luz do Evangelho, aprende que com a fé se vence tudo.

Assim como a Medicina veio modificar o comportamento do homem, o Evangelho também o fez. Outro ponto de confluência entre os dois fatores de modificação comportamental e de interação do homem com seu próprio ser é a apropriação que o saber médico e o evangelho fazem para o controle comportamental dos que deles necessitam e podem ser apontados ainda, e não raras vezes, como fonte de enriquecimento aos órgãos que lhes manipulam.

Sobre a pretensão de explicar que o Jeca de Monteiro Lobato era a personificação do homem brasileiro que a medicina vem deslindar sua condição de “estar” Jeca e não permanentemente “ser” Jeca. De outro lado e de forma mais abrangente, personificar no Jeca toda a humanidade, que não “era” Jeca, mas vivia nesta condição (“estava”) até que o fator

transformador lhe alcançou, agora, não mais a operação da medicina, mas o poder do evangelho.

Importa restringir tal analogia à região de Jataí, concluindo que a medicina higienista teve muito a fazer, dado o surto de hanseníase que se abateu sobre a cidade de Jataí no início do século XX, porém mostrou-se inapta, seja pelas condições de vida e os tipos humanos das áreas interioranas, ou pelas grandes distâncias geográficas, condições sócio-culturais, mal-jeito ou despreparo. Certo é que a medicina não conseguiu cumprir o seu intento e foi aí que entrou a Igreja, como mediadora entre o resultado que se esperava da medicina e de sua ineficiência junto aos que dela necessitava e por ela não eram compreendidos, e formulou e executou projetos, que visaram não apenas reintegrar o doente à sociedade dos “saudáveis”, mas pretendeu também reintegrá-lo ao reino do “porvir”.

Capítulo II - ... E Assim Nasce uma Cidade

2.1 - A chegada dos pioneiros

Com o escopo de evidenciar a relevância da ação da Igreja Católica na política de Jataí, desvencilhando-a de seu papel meramente religioso, vale lembrar o que já foi escrito em páginas anteriores e amplamente aludido sobre o elo que se estabelece entre a política e a religião.

O espaço em que se erigiu a sede do município de Jataí era integrado ao patrimônio da Capela do Espírito Santo do Paraíso. O documento de doação foi feito na antiga cidade do Espírito Santo dos Coqueiros e o registro desta escritura foi feito em 05 de agosto de 1856 em cartório em Rio Verde/GO, sede do município, como se lê:

-Distrito do Rio Verde, cinco de agosto de mil oitocentos e cinqüenta e seis – O Coletor Guimarães – O escrivão Guimarães Júnior – Dizemos nós abaixo assinados, Francisco Joaquim Vilela e minha mulher D. Genoveva Maximina Vilela, que entre os mais bens que possuímos, com livre e geral administração, sem embaraço algum e bem assim uma parte de terras sitas no Sertão do Paranaíba, vertentes do Rio Claro, é nossa vontade doarmos, para patrimônio da Capela do Divino Espírito Santo do Paraíso, que se pretende erigir. O córrego denominado Jataí encostado à minha fazenda do Bom Sucesso, sendo os limites desta doação: Principiando da barra do dito córrego, pela parte de baixo, águas vertentes do dito córrego, até o alto, divisando do alto por diante com José da Rosa e seguindo pelo espigão mestre até o fim e seguindo pelo espigão águas vertentes do Jataí, divisando com a mesma fazenda do Bom Sucesso e seguindo por este abaixo até a sua origem, cujo acima declarado doamos. – Como de fato doado temos para todo o sempre, ao Divino Espírito Santo do Paraíso, para o fim indicado, e não será contrariada nem por nós nem por nossos herdeiros, porque doamos muito de nossa livre vontade e nos comprometemos a todo o sempre a fazer esta doação firme e valiosa e a passar escritura pública se preciso for e pedimos as justiças nacionais darem a este título de doação o vigor e cumprimento, e por verdade do referido mandamos passar o presente por Samuel de Oliveira e Souza, ido por nós assinado em presença das testemunhas abaixo assinadas. Espírito Santo dos Coqueiros, 13 de maio de 1848. Francisco Joaquim Vilela e Genoveva Maximina Vilela. Testemunha

que este fez e vi assinar (digo presente João Evangelista de Almeida) Testemunha que este fez e vi assinar – Samuel de Oliveira e Souza. O capelão futuro do Espírito Santo do Paraíso, do ano de 1849 por diante – O engenho, 18 de maio de 1848. O pe. Antônio da Rocha Freitas”.

No ano de 1864, o município de Rio Verde/GO perde grande parte de seu território ao ser criada a Freguesia do Divino Espírito Santo de Jataí. Foi criada, em 17 de agosto do mesmo ano, a Paróquia do Divino Espírito Santo em território desmembrado da Paróquia Nossa Senhora das Dores de Rio Verde. (Documento de escritura, Cartório do 1º Ofício Rio Verde).

Nesta mesma data, o governo de Goiás publica lei elevando o território de Jataí à categoria de Distrito. A lei estabelecendo os limites só foi divulgada em 1875.

De acordo com fontes orais, a primeira manifestação religiosa acontecida publicamente em Jataí foi realizada pela Igreja Católica, mais precisamente pelo Padre Antonio Marques Santarém, no lugar onde hoje está a Matriz Nossa Senhora do Rosário.

A primeira missa realizada em junho do ano de 1867, teve como objetivo maior fazer uma promessa de erigir naquele lugar o prédio do que viria a ser a Igreja Matriz do Espírito Santo. Estavam presentes na primeira missa os principais fundadores com suas respectivas famílias, os poucos moradores, e escravos.

Foi aqui, na antiga Praça da Matriz, que se fez pulsa os primeiros sinais de vida de Jataí. Aqui, um sonho se fez cidade. Sobre este berço que já foi esplêndido, outros homens que acreditavam na incoerência entre passado e presente o abarrotaram de prédios públicos. (MELLO, 2002, p. 38).

Antes de prosseguir com a história e os processos, percorridos até se formar Jataí, é imprescindível falar dos fundadores e o que os trouxe a esta região.

Segundo tradição local, o fundador de Jataí foi José Manoel Vilela que já aos vinte anos de idade mudou-se para os sertões de Goiás na companhia de seus pais Francisco Joaquim Vilela e Floriana Borges da Silva. Sobre o motivo que trouxe a família mineira a esta região, parece mais concebível o fato de os avós maternos de José Manoel Vilela não se sentirem bem com a permanência de seu genro e de sua então desonrada filha Floriana, que

engravidara antes do matrimônio, matrimônio este, que não se realizou, pois o pai do fundador, não concordando com a união de seu filho Francisco Joaquim Vilela com Floriana, moça sem “procedência”, arranhou-lhe um casamento com Ana Isméria Alves, com quem Francisco Joaquim Vilela constituiria família.

Alguns entendem que o pai do fundador o trouxe para Goiás, a fim de solucionar previamente questões de herança, vez que o seu filho natural, José Manoel Vilela, geraria ciúmes aos filhos legítimos e à sua mãe.

Então, para que tudo ficasse em paz entre as famílias, além do casamento do pai do fundador (Francisco Joaquim Vilela) com Ana Isméria, negociaram a permanência de José Manoel Vilela na companhia de sua genitora até a idade de seis anos e sucessivamente sua mudança ao convívio paterno.

Com aproximadamente vinte anos de idade, na companhia de seu pai: Francisco Joaquim Vilela, José Manoel Vilela, o pioneiro, se muda de Minas Gerais, para a região do Centro-Oeste, sob o receio de seu pai, que temia o alistamento de seu filho para lutar pela província em seus constantes conflitos e sob o pretexto de que em Goiás o pioneiro poderia alcançar mais facilmente a prosperidade econômica, sem despertar ciúmes na madrasta e nos seus meio-irmãos. (FRANÇA, 1995, p. 40).

José Carvalho Bastos, filho de Manoel Carvalho Bastos e Rita Aurora do Prado, nasceu no município de Batatais, São Paulo. Conforme declaração de testamento, era casado com Ana Cândida Moraes de Carvalho. Sua mudança para a região se deu pelo desejo de prosperar economicamente.

2.2 - O início do povoamento

Pouco tempo depois que José Manoel Vilela havia se estabelecido em Goiás, muda-se para as redondezas, o paulista José Carvalho Bastos. Ambos retornam ao seu lugar de origem e se casam trazendo consigo suas companheiras. Não demora muito tempo e pretenderam formar um povoado na região. Trataram logo de convidar parentes e trabalhadores para se instalarem de forma definitiva no lugarejo que ia aos poucos se formando.

A pequena freguesia nascia lenta e pequena no entorno do encontro dos córregos Jataí com o do Sapo. A Rua da Ponte foi a primeira via a ser chamada de rua. Ao poucos, as famílias construía suas pequenas casas, obedecendo sempre a um alinhamento em direção à cabeceira do Açude e mantendo uma boa distância do Córrego do Sapo. Formou-se o Largo

da cadeia e abriu-se a Rua do Comércio até o largo que seria chamado de Praça da Matriz, lugar que foi escolhido pelas pessoas mais influentes, ou seja, mais ricas.

A Praça da Matriz foi o local escolhido pelos mais ricos. Era o endereço dos grandes fazendeiros, donos de casas suntuosas com arquitetura diferenciada. A Rua Direita – depois do Comércio – era mais ou menos assim desse jeito. Assim Jataí se fez ao longo dos anos. (MELLO, 2002, p. 38).

O povoamento foi crescendo e com o crescimento as necessidades dos seus moradores tornaram-se maiores. Por determinação do Presidente da então Província de Goiás, criar-se-iam as primeiras obras públicas, dentre elas é priorizada a construção de um cemitério que se deu graças à intervenção do vigário Antônio Marques Santarém que conseguiu, junto à população, arrecadar fundos para as despesas; fato que foi comunicado ao Bispo de Goiás, antiga capital da Província. (FRANÇA, 1995, p. 63).

2.3 - Critério para emancipação

A história mostra que, em praticamente todas as sociedades que desenvolveram cultura escrita ou mesmo uma tradição oral consolidada, o acesso à educação foi um elemento importante de poder e prestígio social. Não se tratava simplesmente da competência técnica que a cultura proporcionava e que podia ser utilizada nas guerras, no comércio ou na indústria. Mais do que isto, ter educação significava ter acesso e autoridade sobre os princípios morais da sociedade que serviam para obter o apoio das massas e o respeito dos poderosos. Se para quem já detinha o poder, a educação era no máximo um adorno ou luxo desnecessário, para quem o aspirava, ela poderia ser a própria chave para a criação de uma nova posição de liderança, para a exigência de novas formas de autoridade ou pelo menos para um lugar seguro e prestigiado ao lado da coroa. (SCHWARTZMAN, 2002, P. 32).

Embora a família fosse na sociedade nascente, como no mundo todo, a agência principal de educação, os professores leigos no campo e, mais tarde, as escolas primárias na vila chegaram para cooperar com ela e suprir-lhe as dificuldades e deficiências evidentes. Como poderiam as mulheres rudes dos

vaqueiros de então, tendo muitas delas um filho por ano, nem sempre alfabetizadas (caso, por exemplo, da esposa de José Carvalho Bastos, Ana Cândida de Moraes Carvalho), dedicar-se a esse nobre mister, enquanto os maridos se entregavam ao amanho do solo, à criação de animais e a tantas outras obrigações absorventes e indispensáveis à economia do lar? (FRANÇA, 1996, p. 24).

Se hoje já não se acredita tanto na força e importância da educação, a noção antiga de que pela construção moral e intelectual do homem seria possível formar ou mudar uma sociedade estabeleceu-se como critério de evolução urbanística. O mundo vivia, à época, um momento de crescimento industrial e de expansão urbana e, nesse contexto, um grupo de intelectuais brasileiros sentiu necessidade de preparar o país para acompanhar esse desenvolvimento. A educação era por eles percebida como o elemento-chave para promover a remodelação requerida.

Em 07 de julho de 1874, o governo de Goiás publicou uma lei determinando que nenhuma povoação fosse levada de Freguesia à categoria de vila ou cidade sem ter primeiro edifício público para funcionamento de escola de alfabetização voltada ao público do sexo masculino. (MELLO, 2002, p. 66).

Inspirados nas idéias político-filosóficas de igualdade entre os homens e do direito de todos à educação, alguns intelectuais, influenciados pelos ideais positivistas de August Comte, viam num sistema estatal de ensino público, livre e aberto, o único meio efetivo de combate às desigualdades sociais da nação. Denominado de Escola Nova, o movimento ganhou impulso na década de 1930, após a divulgação do Manifesto da Escola Nova (1932). Nesse documento, defendia-se a universalização da escola pública, laica e gratuita. Entre os seus signatários, destacavam-se os nomes de Fernando Azevedo (1894), Lourenço Filho (1897), Cecília Meireles (1901) e Anísio Teixeira (1950). A atuação destes pioneiros se estendeu pelas décadas seguintes sob fortes críticas dos defensores do ensino privado e religioso. As suas idéias e práticas influenciaram uma nova geração de educadores como Florestan Fernandes (1920) e Darcy Ribeiro (1922). (ROMANELLI, 1984, p. 35).

Assumindo o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, promove a Reforma do ensino de 1890: “Pelo Decreto n. 981, de 8 de novembro de 1890, que instituía o currículo do ensino secundário, percebe-se a inspiração comtista através do espírito cientificista do estudo, e mais ainda, pela exata observância da classificação hierárquica das ciências feita por Comt” (ROMANELLI, 1984, p. 43).

A educação surgiu como uma instituição capaz de promover a formação e a superação do atraso, apontando novas perspectivas desvinculadas das relações materiais estabelecidas na sociedade.

A luta entre Igreja e liberais no período anterior e logo após a instauração da República estabelece-se, pois, ao redor dos objetivos de conquista da opinião pública, pressuposto não afirmado nas respectivas concepções de soberania. Enquanto a Igreja se refaz como povo, lançando-se nas massas, com demonstrações públicas de piedade popular, reforçando os seus meios de divulgação de largo alcance, com a imprensa católica, os métodos modernos de catequese, as missões, os liberais jogam-se decididamente no domínio da imprensa, das escolas, da universidade, procurando estabelecer um campo laico “superior à massa”, criando uma linha política de produção das elites dirigentes. (ROMANO, 1979, p. 107)

Apesar de posições divergentes entre o Estado e a Igreja sobre a privatização ou publicização das instituições educacionais, pode-se afirmar que havia características genericamente comuns, ambos concebiam a educação como um instrumento eficiente, capaz de atuar de forma significativa sobre os homens e a esfera social, provocando mudanças profundas ou evitando-as, além de significar o aperfeiçoamento da sociedade.

A República implantou constitucionalmente a tolerância religiosa que reforçou na Igreja católica o desejo de consolidar seus espaços e poder em uma ordem em que ela não mais era a religião oficial. Apesar desta situação, aos poucos se cria um neo-padroado tácito: O Estado, as elites e a Igreja vão buscar pontos de convergência que evitem a “desordem”, a luta das classes e a manutenção da família, atributos que podem ser mais facilmente conquistados pelas vias da educação mediante o extermínio da ignorância e o polimento do indivíduo. Neste ponto, até mesmo os positivistas, que estavam em evidência, concordavam

na preservação da família como o foco da ordem geral no Estado. (ROMANELLI, 1984, p. 55).

...as escolas católicas, autorizadas e muitas vezes subvencionadas pelo Estado, educam os filhos da elite e para o povo faz uma síntese católico-positivista: o trabalho como a força que evita o ócio, o pecado e mantém a ordem. (ROMANELLI, 1984, p. 63).

Como se pode observar, no que tange ao controle das massas, era possível um grau elevado de entendimento entre o Estado e a Igreja, embora ocorressem pendências pontuais que não comprometiam o acordo no plano geral.

Diante de toda a conjuntura envolvendo a educação como forma de polimento do cidadão e de minorizar ou preferencialmente exterminar muitos problemas, é que o “saber” passa a ser utilizado pelo Estado não só como órgão de controle da população, mas como critério para se elevar uma freguesia à categoria de cidade. Neste contexto, o desejo de crescer cada vez mais das antigas comunidades aliado ao natural orgulho de maior significação na esfera estadual de um lado e a pobreza econômica do Estado do outro, faziam com que as autoridades governamentais jogassem nas costas dos pequenos lugarejos pesados encargos em troca de suas elevações políticas. Foi assim que em 05 de novembro de 1855, o governo da província de Goiás assinou uma resolução para obrigar os interessados em elevação de suas comunidades a construírem, às suas custas, a Casa da Câmara e a cadeia em conformidade com o desenho fornecido pela capital. O Estado, às vezes, ajudava, se as obras estivessem já em fase final de construção.

Logo depois da edição desse ato discricionário, a Gazeta Oficial de Goiás, de 30 de março de 1858, publicou uma ordem:

À comissão encarregada da cadêa do Rio Verde para informar, com a possível brevidade, se já foi arrecadada a importância da subscrição, que promoveu para a construção da mesma cadêa e casa da câmara da nova Villa do Rio Verde, e que aplicação teve, se existem materiaes e em poder de quem, se já se deu começo à obra, em que estado se acha ella, e quaes as

providencias que se tem tomado para que tenha o devido andamento, afim de que o governo possa providenciar como for conveniente.

Para atender as exigências legais da época, que estabelecia como critério para ascensão urbana de Freguesia à Vila, a existência de pelo menos uma escola de ensino primário voltada para o público masculino, foi que José Manoel Vilela e seu contemporâneo José de Carvalho Bastos e muitos outros edificaram os prédios da cadeia e câmara bem como o prédio que foi chamado Casa da Escola, que fica na esquina da Rua Miranda de Carvalho com a rua que hoje leva o nome de José Manoel Vilela, às suas custas e posteriormente doado tudo aquilo ao Estado.

A despeito de todos os percalços, em 1890, cinco anos depois de instalada a vila, começou a funcionar em Jataí a primeira escola pública em local especialmente reservado para isso, conforme queriam desde o ato da criação do município em 1882: fazer a cadeia onde se alojaria o Conselho ou Câmara, uma Casa de Escola e de forma condigna administrar o lugar.

O ensino primário foi possível de se instaurar graças à interferência da Igreja Católica que, na pessoa do Padre Pedro de Brito Vasconcellos, mediante correspondência, solicitava às autoridades da capital material didático e equipamentos necessários ao aprendizado dos poucos, mas freqüentes, alunos da única escola da localidade.

Os primeiros educadores que ficaram à frente do pequeno foco irradiador de instrução foram os professores José Antonio de Jesus e sua mulher, professora Ana Furtado Lima de Jesus. Chegaram a nossa terra com duas filhas, Zenóbia e Leodegária, esta mais nova, com apenas dois meses de idade, e que seria mais tarde um brilhante nome da literatura de Goiás. Vieram de Águas Quentes, onde já lecionavam, a convite de políticos jataienses, e a presença do casal representou grande progresso para a educação na “Vila do Jatahy”, com um aspecto altamente elogiável: duas pessoas cultas e civilizadas que, além das aulas oferecidas às crianças, ajudariam a polir o meio social em que viviam. “No ensinamento de alguém só o homem pule o homem, da mesma forma como só o diamante trabalha o diamante”. Sem viver em sociedade, longe do contato com os seus semelhantes, o ser humano jamais passaria do nível de vida dos outros

animais, acabando por aprender a grunhir e a subir nas árvores como os irracionais. (FRANÇA, 1996, p. 24).

Mesmo tendo a escola pública, onde funcionava a Câmara Municipal e a cadeia, em pleno funcionamento, os mestres escolas continuaram a trabalhar em várias fazendas da região e no povoado também. Acontecia aí um fato digno de nota.

Os criadores de gado já não precisavam mandar buscar na cidade de Goiás um ou outro elemento a fim de preencher as vagas de professor para os seus filhos e para os filhos de agregados. Jataí, nessa altura da história local, já podia fornecê-los, embora eles fossem ainda sem qualificação profissional e, portanto, faltos de formação pedagógica. Quem sabia um pouquinho mais, ensinava-o aos iniciantes das primeiras letras. Fazia-se o que era possível fazer, porém sem nunca perder o interesse por este lado importante da formação dos futuros chefes de família e donas de casa: dar-lhes as primeiras noções de leitura, de escrita e de cálculos elementares. (FRANÇA, 1996, P. 25).

Segundo Mello (2001, p. 62), “tudo era muito difícil e deprendia muito tempo porque não existiam estradas nem correios na região.” Móvel solicitado não vinha, chegava dinheiro para mandar fazer. A falta de comunicação com a Capital era compensada com o envio de portadores em lombo de animais que levavam documentos e correspondências às autoridades que pouco ou nada faziam para atender o interior do sertão.

Sendo este lugar um sertão e extremo de três Províncias, como não pode deixar de todos os dias entrar e sair pessoas estranhas, e delas a maior parte foragidos por crimes cometidos em outros lugares; não pode a Polícia ter aquela vigilância necessária para tranqüilidade e garantia pública. (MELLO, 2001, p. 63).

Na Casa da Escola, que hoje está totalmente alterada pela interveniência da prefeitura ao longo dos anos, eram realizadas eleições; foi residência de José Antonio de Jesus, o primeiro deputado estadual; abrigou o Atheneu Jatahyense durante aproximadamente oito anos; abrigou a Câmara de Vereadores; foi residência do Professor Nestório, na época em que nela funcionava o Colégio Nestório Ribeiro e por fim, sede da banda de música Santa Cecília.

A primeira eleição em Jataí, conforme registrado no Cartório do 1º Ofício, aconteceu às nove horas da manhã, do dia 31 de outubro de 1881. O fato inédito foi realizado no corpo da igreja Matriz, lugar designado em falta de outro para os trabalhos eleitorais.

O pleito aconteceu para se eleger um deputado geral para a Assembléia Legislativa. Havia um total de 28 eleitores inscritos e desse total, 14 não compareceram. Os trabalhos foram presididos pelo segundo Juiz Municipal, José Carvalho Bastos. 30 dias depois, nova eleição aconteceu no mesmo horário e local. (MELLO, 2002, p. 23).

Os acontecimentos eleitorais de Jataí, até por volta do início de 1900, eram pouco movimentados, ou seja, pouco se falava em “fazer” eleitores. As iniciativas esporádicas, e além de tudo tímidas, da Justiça Eleitoral não conseguiam despertar nos cidadãos interioranos o real sentido da prática do processo eleitoral. Em 1905, foi desenvolvido um trabalho de alistamento eleitoral e o resultado gerou pouco mais de 300 eleitores, conforme consta de um livro de entrega de títulos. Muitos simplesmente não compareceram. (MELLO, 2002, p. 23).

Em 1933, novo alistamento foi feito sob o comando do juiz de Direito Áureo Calheiros Leite. Mais de vinte anos se passaram e nem esse tempo todo foi o suficiente para despertar no povo o significado e a importância de sua participação na escolha de seus dirigentes. Desta vez, foram emitidos 613 títulos. Desses, aproximadamente 6% eram do sexo feminino. Era a primeira eleição realizada com a participação de eleitoras.

“O correio oficial (Diário Oficial) de 02 de setembro de 1881 publicou o alistamento de eleitores da Comarca de Rio Verde, onde foram relacionados 95 novos inscritos. Quanto à Freguesia de Jataí, somente 41 foram anotados. Na relação nominal não apareceram os nomes de José Carvalho Bastos, Herculano Carneiro, Padre Pedro de Brito Vasconcelos e muitos outros”. (MELLO, 2002, p. 23).

2.4 - A Comarca de Jataí

2.4.1 - Conceito histórico de Comarca, Freguesia e Paróquia

Comarca, do latim *commarca* ou *comarcha*, por sua vez derivado do termo de origem germânica *Mark*, “confim”, “limite”, “marca”; é um termo originalmente empregado para definir um território limítrofe ou região fronteira. (LUIZ, 2004, p. 14).

Tornou-se uma divisão frequente na Península Ibérica, especialmente em Portugal e, por extensão, no Brasil. Também pode receber o nome de distrito. Historicamente, as comarcas eram formadas por freguesias, também chamadas paróquias.

Em Portugal, até ao século XVII, era utilizado o termo Comarca para designar as grandes divisões militares e administrativas do país, que passariam, depois, a ser conhecidas por província. O termo Comarca passou depois a ser utilizado para designar as subdivisões administrativas e judiciais em que se dividiam as províncias e que correspondiam, aproximadamente, às áreas dos atuais distritos.

Desde a divisão administrativa do país em distritos, levada a cabo em 1835, o termo Comarca passou a ser utilizado apenas para designar as divisões judiciais. Atualmente as Comarcas são as divisões judiciais correspondentes à jurisdição de um Tribunal de 1ª Instância (Penal, Investigação Criminal, Administrativo e Fiscal, Família) subdivididas em um ou mais Juízos. Uma ou mais Comarcas formam um círculo judicial. Por sua vez, os círculos agrupam-se em distritos judiciais. Regra geral, os territórios das Comarcas correspondem, aproximadamente, aos dos municípios. (LUIZ, 2004, p. 16).

No Brasil, é termo jurídico que designa uma divisão territorial específica, que indica os limites territoriais da competência de um determinado juiz ou Juízo de primeira instância. Assim, pode haver comarcas que coincidam com os limites de um município, ou que os ultrapasse, englobando vários pequenos municípios. No segundo caso, um deles será a sede da comarca, enquanto que os demais serão distritos deste, somente para fins de organização judiciária. Comarca é então, o lugar onde o juiz de primeiro grau tem competência, o lugar onde exerce sua jurisdição.

O território do Estado é dividido em Comarcas, podendo agrupá-las em Circunscrição e dividi-las em Distrito Judiciário. Dentro de cada comarca pode haver uma ou mais varas. A criação de novas Varas segue os mesmos critérios da criação das comarcas, baseando-se em índices estabelecidos em lei estadual.

As comarcas classificam-se, em ordem crescente, segundo sua importância, em primeira, segunda, terceira e quarta entrâncias, esta última, também chamada de entrância especial, refere-se à Comarca da capital do Estado.

Para a criação e a classificação das comarcas são considerados os números de habitantes e de eleitores, a receita tributária, o movimento forense e a extensão territorial dos municípios do Estado.

Freguesia é o nome utilizado desde o antigo Império Português, para designar as menores divisões administrativas dos municípios e foram estabelecidas três tipos diferentes de freguesias para efeito de ordenamento do território: freguesias urbanas, semi-urbanas e rurais.

Até ao Liberalismo, “freguesia” e “paróquia” eram termos sinônimos à semelhança de “concelho” e “município”, não havendo uma estrutura civil separada da estrutura eclesiástica. Logo, o termo “freguês”, servia indistintamente para designar os paroquianos. Houve uma reforma administrativa no ano de 1835, separando a Paróquia civil da Paróquia eclesiástica; os seus limites territoriais, no entanto, eram geralmente coincidentes. (LUIZ, 2004, p. 19).

Com a Lei n.º 621, de 23 de Junho de 1916, as estruturas civis passam a designar-se freguesias e as estruturas eclesiásticas, paróquias; fixando-se assim a diferença entre a estrutura civil (freguesia) e a estrutura eclesiástica (paróquia). (LUIZ, 2004, p. 19).

No Brasil, entende-se o bairro ou o distrito municipal como equivalentes à freguesia. Como os bairros não costumam possuir função administrativa, a segunda analogia seria mais correta, embora freguesias pequenas possam remeter ao mesmo tempo à idéia de bairro. Ainda hoje no Brasil a designação freguesia acabou servindo de nome para certos distritos ou bairros de algumas cidades. Por exemplo, em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, existem as "freguesias" do Ribeirão da Ilha, a de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa e a de Nossa Senhora das Necessidades de Santo Antônio de Lisboa .

Cidades brasileiras como São Paulo, outrora divididas em freguesias, atualmente são subdivididas em subprefeituras, estas subdivididas em distritos e estes em bairros. Um destes bairros é o de Freguesia do Ó, localizado no distrito de Freguesia do Ó, dentro da subprefeitura de mesmo nome. Dois bairros do Rio de Janeiro também ainda conservam o nome de freguesia: a Freguesia de Jacarepaguá e a Freguesia da Ilha. Outras cidades como Brasília, Curitiba e Belo Horizonte são subdivididas em Administrações Regionais.

Diferente de Portugal, as subprefeituras e administrações locais não têm personalidade jurídica e geralmente não dispõe de um organismo de participação que seja composto por cidadãos eleitos entre os residentes de sua circunscrição territorial.

No final do século XIX, o Superior Tribunal de Justiça publicou Regimento Interno, onde consta a divisão do Estado de Goiás em quinze comarcas, entre as quais estava a de Jataí, mas que a época, estava subordinada juridicamente à Comarca de Rio Verde. Destarte, o

Diário Oficial traz uma mensagem à Câmara dos Deputados, enviada pelo Presidente Urbano Coelho de Gouvêa, dando conta de suas atividades à frente do Palácio Conde dos Arcos. No documento, no concernia à Magistratura, afirmou:

Em observância das leis N.º. 199 e 170, de 21 de julho do ano de 1898, foram instaladas, a 1.º de janeiro do corrente ano, as Comarcas de Jataí e de Cavalcante, assumindo o exercício do cargo de Juiz de Direito os seus respectivos substitutos legais... Não se acham atualmente providas de Juizes formados em Direito as Comarcas... de Jataí, mas espero que o sejam em breve, pois que alguns Bacharéis, por mim convidados para o cargo de Juiz de Direito, estão resolvidos a fazer parte da Magistratura Goiana. (MELLO, 2002, p. 28).

Em outubro de 1899, o Diário Oficial baixou um Decreto (23-09-1899), nomeando o Bacharel José Joaquim de Moraes Sarmiento, para o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Jataí. Poucos anos depois, em dezembro de 1903, apareceu novamente no Diário Oficial a nomeação de Enéias Carrinho de Vasconcellos, pelo Tribunal de Justiça, para Juiz de Direito de Jataí.

Depois de concluídas as providências para posse na nova função, Enéas desistiu e pediu para ser transferido para a Comarca de Bomfim. E dessa forma ficando Jataí, mais uma vez, sem um Juiz de Direito, e conseqüentemente, perde o posto de Comarca, como se publicou o Diário Oficial de 22 de julho de 1905: “Art. 1.º - Fica suprimida a Comarca de Jatahy, sendo seus termos anexados à Comarca de Rio Verde”.

Essa lei do Congresso Estadual foi sancionada pelo Presidente do Estado, José Xavier de Almeida ainda trazia a assinatura do Vice, Antonio Ramos Caiado. Virou rotina ver naquele tempo suprida e reativada a Comarca de Jataí.

Em uma dessas alternâncias, o Juiz de Direito José Bernardinho Rodrigues de Moraes promoveu uma audiência especial para a reativação da Comarca que já estava suspensa por aproximadamente dois anos, momento em que compareceram o Intendente, representantes do Legislativo local, representante da Igreja Católica, Sub-Promotor Público, autoridades educacionais e outras figuras.

Depois dos discursos e manifestações de regozijo, aproximadamente 28 pessoas assinaram a ata. Isso se deu em agosto de 1912. O ponto alto do acontecimento foi a fala do

Prof. Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa, que, mesmo doente, disse sobre a importância que representava a Comarca para a sociedade como um todo. (MELLO, 2002, p. 23).

Nas primeiras décadas de 1900, a lei estabelecia que os juízes municipais é que tinham competência para decidir nas sedes de comarcas, a legislação sobre o processamento de inventários, partilhas e outras causas. Isso talvez justifique a alta rotatividade verificada no cargo de juiz municipal no antigo Judiciário de Jataí. Naquela época, acontecia com frequência até seis cidadãos assumirem a função em um ano.

Para o exercício do Judiciário, eram nomeados pelo Estado um titular e mais três vices para um período de quatro anos. Na falta desses, por lei, podia preencher a vaga qualquer um dos dois vereadores mais votados. Das dezenas desses cidadãos que ocuparam a cadeira de juiz municipal, somente um fazia parte da magistratura togada, os demais eram leigos e uns até leigo demais, conforme se nota em despachos processuais.

Assim que começou o ano de 1929, o Dr. José Bernardino entrou de férias e, para substituí-lo, o Presidente Brasil Caiado nomeou outro juiz por decreto (20-1128). Tratava-se do Juiz de Direito Olavo Eugênio Dantas Coelho, que assumiu o cargo em 19 de fevereiro de 1929, talvez ainda com a mesma roupa usada na tortura aplicada ao sírio Elias Máximo Martins, na ponte do Rio Claro, um dia antes. Pouco tempo depois no dia 16 de junho, Brasil Caiado decretou a anexação da Comarca de Jataí à de Rio Bonito (hoje Caiapônia). Para tornar pública essa decisão, o Juiz Bernardino promoveu uma última audiência, onde oportunamente, se se despediu de toda a equipe de funcionários. (MELLO, 2002, p. 114).

Em audiência do dia 25 de julho de 1929, o Juiz de Direito, a época, Juiz Municipal, Eugênio Dantas, entre outros assuntos despachados com o Sub-Promotor Romualdo de Mendonça, mandou consignar na ata da sessão:

... as suas congratulações pelo acertado ato do Governo do Estado, suprimindo a Comarca de Jataí como uma medida necessária de saneamento para alijar da sua suprema direção judiciária a figura trevosa do seu ex magistrado (José Bernardino Rodrigues de Moraes) que há vinte anos vem manchando a sua toga na lama de uma politicagem de campanário, servindo as mais diversas vezes de instrumento dócil nas mãos de políticos bisonhos e ultimamente na chefia intelectual de movimentos sediciosos conforme se infere de documentos públicos estampados no órgão oficial do Governo, e louvando esse ato benéfico que anexou hoje o termo de Jataí à Comarca de Torres do Rio Bonito, onde brilha a figura cintilante do Dr. Benedito Batista

de Abreu, honra da judicatura goiana, glória da Magistratura brasileira. Determina aos senhores escrivãos que extraíam cópia do presente termo a fim de ser publicado nos jornais do país, para que todos fiquem sabendo que d'ora avante a Justiça em Jataí não é mito, pois seu atual Juiz é um aplicado sereno da lei e um distribuidor imparcial da Justiça. Não tendo senhor escrivão do Segundo Ofício, Júlio de Souza Cunha, dado cumprimento integral á portaria... deste Juiz em a qual determinava que o aludido serventuário fizesse entrega de todo o arquivo do respectivo Cartório ao senhor tabelião do 1º Ofício, Ulderico Cornélio Brom, como manda a lei, em vista de sua comunicação ao Juízo de que se achava doente, quando na realidade se ausentou para a Capital do Estado, sem licença regularmente concedida, nem a serviço público, com infração manifesta aos dispositivos legais, e o que é mais grave, retendo em seu poder os autos da Dívida Ativa do Estado, onde constam existirem graves irregularidades, além de ser um desrespeito à ordem legal, emanada do seu superior hierárquico – resolvera suspendê-lo por noventa dias do exercício do cargo de tabelião do segundo ofício desse termo como penalidade pela infração...(MELLO, 2002, p 117).

Pedro Ludovico Teixeira foi nomeado interventor do Estado de Goiás por Getúlio Vargas, ainda no primeiro momento da dita “Era Vargas”, o Governo Provisório, depois de ter participado do movimento de 1930, e juntamente com seus parceiros ter vencido. Mas foi somente com o fim do governo de Brasil de Ramos Caiado e com a ascensão de Pedro Ludovico Teixeira ao governo do Estado, na condição de interventor, é que foi assinado um decreto que estabelecia a Comarca de Jataí em caráter definitivo.

Para o ato da reinstalação de Jataí em Comarca foi realizada uma sessão no salão no andar superior do antigo prédio da Câmara Municipal, onde estiveram presentes o Prefeito recém nomeado Carlos Raymundo do Prado, ex-vereadores, membros do Legislativo, advogados, empresários, a Igreja Católica na pessoa do Padre Joaquim Cornélio Brom, representantes de entidades públicas e privadas, líderes políticos, enfim, um total de 57 pessoas, que deixaram seus nomes na ata da sessão. (MELLO, 2002, p. 101).

Mesmo ante os percalços políticos concernentes a condição de sua elevação a Comarca, Jataí não parava de crescer e em decorrência do processo natural de expansão urbana, em julho de 1922, a Igreja Católica, na pessoa do então Bispo de Goiás, faz a concessão de um terreno da Igreja ao município de Jataí. Compareceram no Cartório para formalização da escritura o terceiro vice-intendente, Joaquim Caetano de Assis, Carlos

Raymundo do Prado e o Padre Joaquim Cornélio Brom, administrador e representante da Paróquia de Jataí na ocasião.

O documento de escritura pública diz:

... possuindo, livre e desembaraçada de quaisquer ônus ou hipoteca, todas as terras de que compõem o Patrimônio, uma área contendo dois milhões, quinhentos e noventa e três mil e cinqüenta metros quadrados, reduzida a dois milhões, quatrocentos e noventa e três mil e cinqüenta metros quadrados, ou seja, cinqüenta e um alqueires...(MELLO, 2002, p. 76).

A divisa da área adquirida pela Intendência ficava entre a água que desce do Olho d'Água e subia pelas margens direitas dos córregos Jataí e do Sapo. Além da grande área referida na escritura, fazia parte do negócio o Velho Cemitério, o primeiro, construído nas proximidades do Alto da Rosa, na antiga saída para Rio Verde.

2.5 - Administradores de Jataí

Por falha de registros históricos, não há como precisar de forma individualizada até 1910, o período de administração de cada representante executivo em seu respectivo pleito, bem como a forma que se deu sua legitimação política. O fato de naquela época a gerencia da municipalidade caber, quase que exclusivamente, à Câmara de Vereadores, talvez justifique a ausência de dados ou informações concisas sobre o Executivo.

Nas atas dos pleitos municipais relativos à primeira administração até o período de 1910, só há referências das eleições da bancada legislativa. Somente a partir de 1911 é que se percebem algumas referências à eleição de intendentes, momento coincidente com a eleição de Honorato de Carvalho.

Como se pode observar no anexo A, a questão da legitimidade política em Jataí estava vinculada aos arranjos eleitorais vigentes no Brasil em cada época no gráfico disponibilizada. Daí poder observar a diversidade explícita sobre a administração pública municipal em Jataí, que se perpetrava, ora mediante aclamação, ora eleição e ora nomeação.

A estrutura federativa da República Velha, na qual os estados ganham autonomia, permitia a Goiás, que além da autonomia sofria a indiferença do poder central, utilizar-se dos

jogos eleitoreiros imanentes da época e conduzir o sistema eleitoral atrelado aos interesses da categoria preparada para dirigir os rumos de seu município.

No início do período republicano, o voto era, de acordo com a constituição, livre para os homens. Além disso, o direito a voto estava condicionado à pessoa ter determinada renda e saber ler e escrever. Isso significava que pessoas pobres e analfabetas não podiam votar. Como era muito baixo o grau de instrução do povo, só uma minoria podia registrar-se como eleitor. Mesmo assim, o processo eleitoral não assegurava a liberdade de escolha, principalmente pelo fato de o voto ainda não ser secreto. O controle político dos Estados pela aristocracia contava com a participação importante dos "coronéis", geralmente grandes latifundiários.

O título de coronel era originado da antiga Guarda Nacional sendo ele o *mandão* no município ou na região. Durante o Segundo Reinado, a importância dos coronéis residia no fato de que na época das eleições eles controlavam o eleitor para votar nos candidatos indicados pelo Partido Republicano. A eles, no período do Império, faziam contrapeso os trabalhadores urbanos que compunham o Partido Liberal cada vez menos reticente em também utilizar da corrupção para se estabelecer no poder. (BASBAUM, 1981, p. 12).

Os coronéis mantinham seu poder através do chamado “voto de cabresto” em que os eleitores do interior, sob a jurisdição deles, votavam nos nomes que lhes eram indicados antes das eleições. Para os eleitores, os votos rendiam a "estima do patrão", e a desobediência podia resultar em punição muitas vezes violenta. A serviço dos coronéis estavam os “doutores”, advogados ou médicos, que cuidavam dos discursos do alistamento e da apuração das eleições. Aos doutores, somavam-se os “cabras” que davam proteção contra rivais políticos e intimidavam os eleitores. Os poderosos coronéis nunca permitiam em sua região oposição ao governo estadual, pois, dependiam de verbas para obras no município, empregos para os correligionários e parentes. (BASBAUM, 1981, p. 23).

Tais pactos entre governos estaduais e coronéis anulavam, na prática, a liberdade de voto, e as eleições eram manipuladas pela aristocracia, que, através do coronelismo, impunham sua vontade à população pobre e analfabeta. A política era "um bem em si

mesma", em que o político conseguia para amigos e parentes privilégios, numa longa rede de fidelidade pessoal conhecida como clientelismo.

Em Jataí, observava-se as mesmas características de todas regiões periféricas onde a economia baseava-se na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência; população escassa e dispersa em um grande território e situação de isolamento, resultado das comunicações precárias. O gado constituía-se no único produto de exportação para outros estados, por serem semoventes. Enfim, todas essas características eram ingredientes essenciais para a efetivação do arranjo político que garantia a dominação oligárquica tradicional, sedimentada por interesses baseados em um único produto e monopolizado pelos fazendeiros pecuaristas, os coronéis. Como não havia diferenciação econômica, não havia quem contestasse o seu poder.

O eleitor, principalmente da área rural, ao votar, cumpria apenas uma formalidade, ou seja, votar nos candidatos indicados. Na realidade, como afirma Basbaum (1981, p.24), “não eram eleições, mas, praticamente, nomeações, com resultados certos e fatais, pré-estabelecidos. Faziam-se menos nas urnas que nas atas. Por isso, alguns políticos mais práticos costumavam fazê-las apenas nas atas, poupando trabalho e dinheiro”.

As fraudes, tais como, votos de defuntos e ausentes, assinaturas falsas e o “bico de pena” completavam esta prática eleitoral. Caso estes recursos não bastassem e ocorressem resultados que não atendessem às elites da localidade, estas contavam com a “comissão de verificação de poderes”, que resolvia as “dúvidas”, cassando mandatos dos indesejáveis dissidentes e opositores.

Dentre os vários prefeitos que administraram Jataí nestes idos, destacou-se o polêmico Manoel Balbino de Carvalho (Carvalhinho) que, por sinal, manteve estreita relação com Pedro Ludovico Teixeira.

Raras, muito raras, são as pessoas que conhecem quaes acontecimentos ocorreram realmente no Garças. A arma arhimânica do partido adverso foi sempre a mentira, a calúnia audaciosa e inteligentemente empregadas. Por isso há ainda pessoas que dando fé a innomináveis torpezas. Fazem um juízo errôneo sobre esses acontecimentos.

Para uma pessoa inteirar-se com precisão dos factos dolorosos, aqui se contata que a casa do chefe vencido se encontra intacta, perfeita e repetida, enquanto a morada nossa se acha completamente damnificada, vendo-se em

suas paredes urdiduras de incontestáveis cavidades feitas por balas. (CARVALHO, 1955, p. 25).

O Cartório do 2º Ofício fez a transcrição, no mês de julho de 1926, de uma certidão nos termos seguintes:

Ilmoº Senhor Encarregado da Estação telegráfica desta cidade. Se digne certificar, ao pé deste, qual o teor dos telegramas que fiz expedir, nessa Estação Telegráfica, em data do 5 corrente mês, e que receberam, respectivamente, os seguinte números: 8; 9. 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37 e 38, e mesmo assim se se receberam algum aviso de ter ficado retido, no seu destino, algum dos telegramas recebidos, por motivo de se não ter encontrado o destinatário, ou qualquer outro.

Jataí, em 10 de junho de 1926

Manoel Balbino de Carvalho”. (Arquivo Municipal).

Para atender Carvalhinho, o telegrafista Pedro Brom de Azeredo declarou haver transmitido todos eles, revelando o conteúdo de cada um, onde se notava pequena alteração no texto de um para outro telegrama, sem, contudo mudar o contexto das mensagens. O primeiro deles, dirigido ao Jornal Correio do Sul, de Campo Grande (MS), dizia:

Banditismo Morbeck não terminou no Garças, estendendo-se, também, a Goiás. Dois amigos meus (João Piauí e Pitu) foram traiçoeiramente assassinados ao entrarem pensão em que eram hospedados na vila de Mineiros neste Estado. Acabo pedir providencias Governo Goiás e Mato Grosso.

Saudações

Carvalhinho (Arquivo municipal).

Os telegramas mencionados foram enviados aos seguintes jornais e autoridades: A Notícia, de Três Lagoas; Pedro Celestino, ex-presidente de Mato Grosso; Lavoura e Comércio, Jornal de Uberaba; O Globo, do Rio de Janeiro; Diário de Notícias, Salvador,

Bahia; Chefe de polícia de Goiás; Balzarath Hotel Gama, de Cuiabá; Oscar Braga, Cel. Ponce, Cuiabá; Rodrigues Setúbal, Barreiras, Bahia; Deputado Pilade Reboa Miranda, Mato Grosso. (MELLO, 2002, p. 251).

Inegavelmente, há que se reconhecer que a força política e liderança exercidas por Carvalhinho iam além das fronteiras de Jataí.

O episódio que causou tanta preocupação, medo, angústia e muitas mortes na região diamantífera do Rio das Garças, tendo ao centro de tudo os lendários Jose Morbeck, agrônomo e intendente de Santa Rita do Araguaia e Manoel Balbino de Carvalho, pode ser considerado uma das mais longas e tristes páginas já vividas pelas famílias de Mato Grosso.

Pelo que já se escreveu sobre o assunto, é fácil deduzir que grande parte da culpa pela manutenção do estado de indisciplina às instituições naquele meio, pode ser atribuída aos governos instalados em Cuiabá, que se viam impedidos de fazer valer a lei na região garimpeira, em vista das grandes distâncias aos pontos de conflito e ao despreparo da máquina do Governo. (CARVALHO, 1955, p. 28).

Os diamantes e carbonados iam embora, contrabandeados anos após ano. O que restava ao Estado era negociar com Morbeck os pontos fundamentais que interessavam ao capangueiro líder. Aquele estado de ilegalidade se tornava cada vez mais insustentável. Carvalhinho estava ali do lado ganhando asas e autonomia, o que tirava o sono de José Morbeck. Era 1925.

Visivelmente, a situação cada vez mais se recrudesca. No dia 21 de maio, um estabelecimento comercial de Manoel Balbino, no lugar denominado Bandeira, foi assaltado por cerca de 20 homens. Em seguida, no dia 24, foi a vez da Casa Pernambucana, em Santa Rita – também de Balbino. Só que desta vez, Carvalhinho estava dentro da loja com alguns poucos companheiros. O tiroteio começou pouco antes do amanhecer e durou cerca de 40 horas. Do lado de fora mais de cem homens, comandados por José Morbeck, faziam o espetáculo de tiroteio. Ao final, Carvalhinho conseguiu furar o cerco. Alguns companheiros seus foram executados em praça pública, apesar da intervenção de um padre no confronto. (CARVALHO, 1955, p. 31).

A imprensa de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Belo Horizonte estampava em manchetes o conflito na terra dos diamantes; alguns apontando culpado Morbeck; outros, Carvalhinho, dependendo do lado defendido pelo informante. (CARVALHO, 1955, p. 31).

A guerra acabou com a rendição do ex-intendente de Santa Rita, José Morbeck. Sua retirada daquela cidade fronteira só foi possível graças à intervenção da esposa de Morbeck,

Arlinda Pessoa Morbeck, poetiza e mestra, que, pelo seu trabalho em Valparaíso, foi homenageada com um busto de bronze em praça pública.

Depois de tudo serenado o governo do Mato Grosso pretendendo levar Carvalhinho à Justiça e assegurar-se do bom andamento dos processos, solicitou ao governo de Goiás que prendesse Manoel Balbino de Carvalho e o entregasse a polícia do Mato Grosso. Antes de ser conduzido a Cuiabá, ainda na prisão em Jataí, escreveu ao ex-interventor uma carta nestes termos:

Saúde e felicidade extensivas aos que lhe são caros. De partida para Cuiabá preso com alguns amigos sob garantia do celebre Brasil Caiado e Cia., Só agora passo a expor a bela e graciosa situação a que chegamos, “por culpa minha”, em ter sido de boa fé, coisa que está abolida da cartilha em diversas edições, dos tão conhecidos Caiados e Cia., Como sabe o exemplo da desventurada família Wolney, vítimas da boa fé.

Enfim chegou a minha vez, apesar de nunca ter me esquecido das chacinas do Norte. Sigo para Cuiabá com o mesmo pesar de não ter abraçado o meu prezado e querido amigo. Lá espero libertar-me da prisão que me deu este célebre Caiado por intermédio do bonitinho secretário César Bastos Deixo algumas centenas de amigos que sentem a prisão traiçoeira que recebi do atual governo de Goiás. Afianço que todos os meus amigos cumprirão com alegria o pedido que recomendei-os de estarem ao vosso lado e trabalharem pela liberdade do Estado de Goiás, na sua pessoa e dos nossos queridos amigos que tanto tem sofrido.

O nosso amigo Eurico cunho lhe dará os nomes dos homens, a quem poderá confiar sua defesa e dos nossos amigos; com Osvaldo Cunha deixo um código mais aperfeiçoado e de ampla linguagem, pelo qual o amigo saberá minhas notícias. As batalhas considero-as como jogos. Perdi esta por minha culpa, de ter tido boa fé; e mais alguma coisa que não posso explicar no momento. Creia que o elemento que deixo ao seu dispor é bastante para libertar-nos da apreensão em que vivemos. Termino enviando um fortíssimo abraço que seja extensivo aos nossos bons amigos.

O tempo só é ruim para quem não pode esperar
Adeus.

Afetuosos abraços do amigo

M. Balbino de Carvalho

Jataí, 25 de agosto de 1925.

(MELLO, 2002, p. 251).

Ligado a Manoel Balbino de Carvalho, o escritor Basileu Toledo França descreveu em seus livros, *Capangueiros e Jagunços* e *Triângulo dos Diamantes*, a penosa viagem que Carvalhinho fez de Jataí a Cuiabá, conduzido juntamente com seus companheiros, por policiais de Goiás. Assim descreve o escritor:

É indescritível o sofrimento dessas pessoas daí por diante. De modo especial, se lermos os jornais da época o que se passou em Cuiabá, após a chegada do pelotão sinistro, com o povo revoltando-se contra os maus-tratos e humilhações dispensados a todos por Mário Correa (Presidente do Mato Grosso na época), principalmente a Carvalhinho. De amigo e credor do governo, a quem ajudou com armas nas mãos a incorporar no mapa do estado a região do Garças, ele se tornou da noite para o dia inimigo público número um, sem qualquer direito a amparo da lei. Ainda que se invocasse a lei de proteção dos animais, seguindo a lição mais recente do grande advogado Sobral Pinto. (FRANÇA, 1987, p. 64).

Depois de quase dois anos preso em Cuiabá e livre dos processos que lhe impuseram, Carvalhinho voltou a Jataí, onde morava sua família. Pedro Ludovico Teixeira havia sido nomeado por Getúlio Vargas a condição de interventor do Estado. E assim que a turbulência passou, convidou Carvalhinho para assumir a prefeitura de Jataí.

O conflito ocorrido entre José Morbeck e Carvalhinho na região diamantífera do Garças, na década de 1920, trouxe a Carvalhinho notoriedade nacional. Aproveitando essa circunstância, quando de suas viagens à capital da República, então Rio de Janeiro, o ex-capangueiro, e agora prefeito de Jataí, era constantemente procurado pela imprensa nacional; diante dessa oportunidade, procurava divulgar Jataí, dizendo sobre as possibilidades econômicas do seu Município.

Minha preocupação principal na administração do Município, (...) tem sido a de dotá-lo de todos os meios modernos de conforto e aformoseamento. Assim não me descuido do asseio e ajardinamento das praças, construção de

açougues, mercado, estradas, e, ultimamente, de um jockey para corridas de cavalos (Jornal de Notícias do Rio de Janeiro, em julho de 1933).

Após a renhida luta na região do Garças e com Carvalhinho e seus liderados tendo obtido êxito, o nome de Manoel Balbino, Carvalhinho, passou a ser referência, fato comprovado no seu envolvimento nas questões de Balisa-GO.

Uma onda de crimes acontecidos no Município de Balisa-GO, no início da década de 1930, fez com que o prefeito de lá se valesse de Carvalhinho para resolver seu problema de segurança junto ao governo do Estado, mandando para lá pelo menos 10 soldados para ajudar seu confrade de Balisa. Manoel Balbino conseguiu com Pedro Ludovico 20 policiais e mais um comandante de polícia para aquele município. Mais um episódio que parecia insolúvel, graças a intervenção de Carvalhinho, foi resolvido de forma satisfatória, ou seja, Balisa teve a legalidade restabelecida. (MELLO, 2001, p. 255).

Carvalhinho assumiu a Prefeitura de Jataí no dia 29 de agosto de 1931, em substituição a Carlos Raymundo do Prado, afastado do cargo pelo interventor do Estado. Seu mandato foi até 16 de maio de 1936. (arquivo municipal - Documentário Histórico de Jataí. Jesus Manoel. 1991).

A passagem de Manoel Balbino de Carvalho pela prefeitura de Jataí foi marcada por grandes obras para o seu tempo. Sem dúvida, desde o início do período de exceção em 1930, até 47, quando a cidade dos Vilelas e Carvalhos viu entrar e sair 22 prefeitos, em 17 anos. Carvalhinho foi o único que justificou a que veio (MELLO, 2002, p. 260).

Ainda no campo da política, é relevante lembrar que Jataí se torna assunto na imprensa nacional, ao receber o então candidato à Presidência da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, que visitava Jataí com o objetivo de dar o pontapé inicial na sua campanha ao Palácio do Catete, sede do governo federal no Rio de Janeiro.

Todo o processo político, que culminaria com a vitória de Juscelino Kubitschek, teve início em tempos já remotos, quando Juscelino Kubitschek, prestou serviço a Getúlio Vargas contra os paulistas na Revolução Constitucionalista. Momento em que teve a oportunidade de se relacionar com importantes políticos como Benedito Valadares. (CARVALHO, A. *Entrevista concedida a Samuel da Costa*. Jataí. 15 set. 2008).

Após a vitória de Vargas sobre os paulistas, Benedito Valadares foi nomeado interventor do Estado de Minas Gerais por Getúlio Vargas e convida Juscelino a assumir a chefia da Casa Civil. Inicialmente dado aos seus muitos compromissos pessoais, pois a essa

época já tinha se estabelecido como médico e professor universitário e não achava ser o momento oportuno para abrir mão de sua vida pessoal e profissional, para abraçar uma carreira, que embora fosse auspiciosa e alvissareira, parecia-lhe efêmera, relutou, mas tanta foi a insistência de Benedito Valadares, que Juscelino acabou por aceitar o cargo. (CARVALHO, A. *Entrevista concedida a Samuel da Costa*. Jataí. 15 set. 2008).

Devido ao brilhantismo de seu desempenho como chefe da Casa Civil, passou a ter muito prestígio, tanto junto aos políticos locais, quanto junto aos políticos de vários outros lugares. Seguindo conselhos de amigos engajados, candidata-se e elege-se a Deputado Federal. No ano de 1940, é eleito prefeito de Belo Horizonte, onde desenvolve projetos audaciosos, como a execução do Conjunto Arquitetônico da Pampulha, projetada por Oscar Niemeyer, bem como a realização de infra-estrutura.

A esse tempo, Belo Horizonte já era uma cidade muito grande, mas pouco tinha de infra-estrutura, dado o seu projeto, que influía mexer e remexer a terra, levou o apelido de prefeito furacão. Elegeu-se governador, cargo que não exerceria até o final do mandato, devido ao seu projeto mais ambicioso: “chegar” à Presidência da República.

Ciente do projeto político de Juscelino Kubitscheck, o presidente Café Filho, convidou-o ao Catete, onde com palavras intimidadoras tenta dissuadi-lo da candidatura, adiantando-lhe, que, mesmo se eleito, não seria empossado presidente. Não se deixando intimidar pelas palavras cruentas de Café Filho, Juscelino continuou no seu intento, porém lesto a seguir o conselho de seu amigo, o Senador Dario Délio Cardoso, que pondera ser desaconselhável que Juscelino empreenda sua campanha nos grandes centros políticos, devido a possíveis retaliações.

Concordando ser prudente, no momento, fazer sua campanha mais pelo interior do país, renuncia ao cargo de governador do Estado de Minas Gerais e começa seu projeto. A opção mais sensata seria Jataí, onde estava a maior projeção do Partido Socialista Democrático (PSD). Neste ínterim, foi informado que a figura mais proeminente do partido na região tratava-se de seu amigo e ex-colega de faculdade de medicina, o Sr. Dr. Serafim de Carvalho.

Destarte, Juscelino envia ao seu referido amigo um telegrama informando-lhe de seu projeto de iniciar sua campanha política em Jataí. Estando ainda na missa matinal de domingo, Serafim recebe o dito telegrama de um estafeta de nome Arioldo. Lido o telegrama, imediatamente o Dr. Serafim pediu ao Sr. Toniquinho, que o entregasse ao então prefeito Luziano, para que juntos, em uma semana, organizassem a recepção a Juscelino.

A semana foi de muitos preparativos, serviço de auto-falante, distribuição de panfletos, enfim, tudo deveria ser feito para receber Juscelino.

O aeroporto foi escolhido como ponto de encontro e lugar de onde o cortejo saiu. Um fazendeiro de nome Lindomar Vilela, mais conhecido como Suluca, afilhado do pai de Toniquinho, tinha um conversível (Burck), carro que oportunamente transportou o ilustre visitante. Na frente, o motorista e o prefeito Luziano; atrás, o candidato e o Dr. Serafim.

O lugar escolhido para a realização do comício foi a atual Praça Diomar Meneses, lugar que, à época, não passava de um “largo”.

Logo que se iniciou o comício, principiou também um temporal. Muito vento e chuva fizeram com que o povo fosse se dissipando. Como medida de não frustrar o comício, o senhor prefeito Luziano, providenciou um galpão, onde funcionava uma oficina da Studebaker, e comunicou que o comício continuaria em outro lugar.

Embora Juscelino Kubitschek estivesse acompanhado de uma comitiva de aproximadamente dez pessoas, devido ao pouco tempo que ele dispunha e o muito a fazer, pois ainda pretendia viajar naquela noite para Manaus, apenas duas pessoas discursaram: o Sr. José Feliciano, Deputado Estadual, que discursou apresentando o candidato, e o candidato.

Já no galpão, Juscelino Kubitschek falou muito de seu objetivo de cumprir fielmente a Constituição, bem como do seu plano de metas.

Aproximadamente dois anos antes, o Sr. Toniquinho tinha feito um concurso para o qual fez um curso preparatório, momento em que lia muito a Constituição.

Juscelino Kubitschek queria saber a opinião do povo de Jataí sobre o momento político brasileiro. O povo permaneceu calado, José Feliciano decidiu fazer um adendo dizendo que todos estavam imbuídos com um só objetivo, a eleição do candidato. Aproveitando o ensejo pediu que o futuro candidato desse maior atenção à região, que era pecuarista e passava por uma grande crise devido à peste aftosa.

Juscelino pediu que alguém anotasse o aparte de José Feliciano e insistiu em ouvir a opinião de alguém da região sobre a conjuntura política do Brasil à época. Foi nesse momento, que o senhor Toniquinho perguntou ao candidato: “Já que o senhor disse reiteradas vezes que, se eleito fosse, queria cumprir religiosamente a Constituição, queremos saber se o ser mudará a capital, conforme está previsto na Constituição”. Juscelino Kubitschek respondeu: “Sua pergunta, no momento é embaraçosa e difícil, mas ao mesmo tempo muito oportuna e feliz. Doravante, faremos desta pergunta o objetivo principal de nossa campanha e de nossa administração se eleito formos”. O povo ovacionou e Juscelino, emocionado repete:

“Com a graça e a bênção de Deus cumpriremos esta promessa”. (CARVALHO, A. *Entrevista concedida a Samuel da Costa*. Jataí. 15 set. 2008).

Para os jataienses, acostumados ao isolamento pela imprensa, o fato era por demais auspicioso, pois elevava o nome de Jataí no cenário político nacional. Brasília foi a obra mais comentada, fotografada e admirada pelo mundo todo, realidade não muito diferente ainda em tempos hodiernos. E Brasília teve início em Jataí. (Revista Metas, Jataí, nov. 2001).

Em abril de 1957, Juscelino Kubitschek retornou a Jataí, já na condição de presidente, e em pronunciamento declarou que o compromisso feito ao povo brasileiro, na cidade de Jataí, estava em andamento e que seria realizado. Juscelino voltou à Jataí duas vezes mais.

Regressando minha excursão vg agradeço ilustre Prefeito nobre povo de Jataí
pt Atencões e gentilezas tornaram inesquecíveis minha visita essa bela cidade
vg obtive ventura deixar tão bons amigos pt.

Juscelino Kubitschek. (carta, Museu Histórico JK)

Esse telegrama que por muito tempo esteve em poder do Museu Histórico Francisco Honório de Campos e que hoje se encontra no Museu Histórico JK, foi enviado ao Prefeito Luziano Ferreira de Carvalho em 1956.

2.6 - Inferências Econômicas

Nos idos de 1875, Jataí já possuía um respeitável comércio no setor da pecuária, juntamente com a atividade agrícola que se despontava promissora, apesar de não ser mecanizada.

Além do intenso movimento de gado, a população se via impedida de livre trânsito ao interior do município, pois era cortado por um rio denominado de Rio Claro, fato que ensejou a construção de uma ponte por iniciativa do senhor, o pioneiro, José Manoel Vilela.

Num contexto mais abrangente, em relação à capacidade produtiva do estado, a superioridade do centro-sul era notória. Havia a seu favor o melhoramento da infra-estrutura de transportes com os primeiros trilhos a atravessá-la e a integrá-la, inicialmente, ao corredor de exportação Goiás – Minas - São Paulo. Enquanto se desenrolavam as discussões políticas do início da República, o “isolamento” do Estado de Goiás, em relação ao restante do Brasil, era evidenciado mediante a falta de vias de transporte. Esse quadro de isolamento, modificado, sobretudo com a República, quando se intensificaram as construções ferroviárias no Brasil, influenciou a chegada dos trilhos a Goiás. (MACHADO, 1990, p. 55).

Enquanto as disputas entre regiões ocorriam, no plano nacional, a política econômica vislumbrava a produção de bens primários para a exportação, na qual a preocupação era incentivar os avanços para outras regiões agrícolas que não fossem as do Centro-Sul do país, ou as regiões produtoras de café do Sudoeste do Brasil.

A modernidade atingia os centros industriais urbanos, sob influência do “progresso” estrangeiro, ao passo que o “interior” do Brasil e as demais regiões, excluídos do processo de desenvolvimento nos padrões “ideais”, inseria-se nesse contexto nacional de produção de bens primários.

“Ao adentrar o século XX, Goiás inaugurou seu primeiro trecho ferroviário ligando o sudeste goiano aos mercados mineiro e paulista, de forma a atender a demanda de produtos agrícolas de uma região que, cada vez mais, orientava sua produção para a monocultura do café. Instalados os primeiros trilhos, Goiás caminhou, então, a uma maior integração com o Centro-Sul do país. As regiões goianas cortadas por essa estrada de ferro mantiveram vínculo econômico com Minas Gerais e São Paulo, consideravelmente superior ao que fora estabelecido com o norte e nordeste goianos”. (CAVALCANTE, 2005, p. 42).

A construção das estradas de ferro significou um incentivo importante à economia goiana em potencial, que acelerou sua produção já existente e a movimentou. Embora os trilhos não tenham tido a região sudoeste goiana, indiretamente proporcionou um impulso

na sua economia. A agricultura começou, juntamente com a pecuária, a se desenvolver, visando suprir a produção alimentícia nacional, uma vez que as verbas do governo federal estavam voltadas para o que se acreditava ser a economia que geria o país – a produção cafeeira.

A economia regional foi se dinamizando, agraciada com a efetivação dos trilhos da estrada de ferro em 1913. O desenvolvimento comercial ocorria e, com ele, a valorização das propriedades rurais localizadas, sobretudo no sul e sudoeste do Estado de Goiás. O primeiro produto de exportação goiana foi o arroz, cuja intensificação da produção se deu à medida que se desenvolviam os meios de transportes.

A produção agrícola da região sul e sudoeste acelerou-se e estas se tornaram importantes pólos econômicos no Estado de Goiás. Já na década de 1920, o arroz produzido em Goiás, que só perdia em exportações para o gado, era, em grande parte, enviado para Minas Gerais e São Paulo. É de se ressaltar que Jataí, à época mantinha laços comerciais mais estreitos com Minas Gerais, dada a facilidade de acesso. (Revista Metas, Jataí, nov. 2001).

As três primeiras décadas do século XX foram marcadas por questões econômicas e políticas. O desenvolvimento das regiões sul e sudoeste do Estado de Goiás (como Rio Verde e Jataí) estavam evidentes.

A Revolução de 1930 significou para Goiás, conforme muitos estudiosos, o início do fim do atraso ao qual o Estado se via mergulhado desde o esgotamento do ouro. Na tentativa de romper com as formas políticas e econômicas do passado, a revolução seria a esperança e a redenção dos goianos. (LUCIA, 2002, p. 53).

Porém, no período de 1928 a 1938, o poder público de Jataí pode ter sofrido sua pior crise financeira de todos os tempos. Tudo começou com a conclusão da construção do prédio escolar Marcondes de Godoy, toda a arrecadação municipal foi canalizada para o empreendimento, mas foi insuficiente. “A esta altura, o Governo do Estado nas mãos da oligarquia de Brasil Caiado e sua companhia, pressionava seus redutos eleitorais para busca de espaços no conturbado cenário político de Goiás. Pressionava, mas não dava recursos”. (LIMA, B. *Entrevista concedida a Samuel da Costa*. Jataí. 20 set. 2008).

O intendente de Jataí, de então, optou por um jogo arriscado ou perigoso com final sempre infeliz: tomar dinheiro emprestado a torto e a direito. Dessa forma, o grandioso empreendimento foi concluído. (MELLO, 2002, p. 79).

No ano de 1929, a ponte sobre o Rio Claro desmorona e desce rio abaixo. Com isso, o território do município é quase cortado ao meio, ficando imobilizado cada um do seu lado. As famílias se alarmaram. Sem recursos econômicos disponíveis e ainda com dívidas a serem quitadas, Marcondes de Godoy se vê encurralado. O jeito foi buscar novamente socorro entre a população. Conseguiu quase o suficiente. Assinou uma escritura pública de contrato com o cidadão Moisés Pereira de Oliveira para construir a ponte –“embora carpinteiro de mão cheia não assinasse”. Moisés, em conformidade com o documento teria pouco mais de dois meses de prazo para entregar a obra pronta. O contrato com Moisés dizia:

A ponte deverá ser construída no lugar onde estava a antiga, empregando nesta construção unicamente madeira de aroeira e parafusando-a nas cavidades onde se tornam necessárias para sua resistência e durabilidade, assoalhando-a de pranchões também de aroeira, que, no local, a outorgada os mandará entregar, fazer o aterro do assoalho, colocando guarda-mão e bem assim se obriga a entregar a mesma ponte com todos os requisitos necessários que são exigidos para uma perfeita construção. (MELLO, 2002, p. 82).

Com a ponte quase pronta e faltando dinheiro para as despesas, a Intendência acertou com a Câmara Municipal a venda de uma casa doada pelo Estado ao Município, casa essa recebida pela Receita Estadual no inventário do antigo coletor Antônio Soares Rodrigues, na Rua Rio Grande do Sul. O comprador foi o rico fazendeiro José David Dias. A autorização legislativa, de 29 de setembro dizia em seu artigo único:

...fica o Intendente Municipal autorizado a vender, independente de hasta pública, a casa de propriedade do município, situada... (MELLO, 2002, p. 64).

A construção da ponte foi concluída, mas a dívida ficou.

Findo o pleito de Marcondes de Godoy, entrou na administração municipal Carlos Raymundo do Prado e, ao que consta, não aliviou em nada a situação econômica em que se encontrava o município.

Ao que consta, os administradores de então não levavam a sério a questão de arrecadação de impostos e outros encargos municipais. Após o pleito de Carlos Raymundo do Prado, entrou, a convite do intendente de Goiás Pedro Ludovico Teixeira, Manoel Balbino de Carvalho, que apresentou projetos ambiciosos para o município. Dentre suas realizações estão: um bom início na construção de um prédio para funcionamento do Fórum, cascalhamento das principais ruas da cidade, algumas com meio-fio; construção de uma casa de lazer; construção de um açougue municipal; muros e passeios para aqueles que não fez em tempo e depois mandou a conta; uma praça à qual deu o nome de Praça 24 de Outubro, iluminada com luminárias e postes de ferro; passeios revestidos com lajes e toda ajardinada, no centro; um coreto; um chafariz, na outra praça; construiu um grande prédio para o Mercado Municipal; recuperou a ponte sobre o Rio Claro e a via de acesso, em fim, mudou em muito o aspecto urbano de Jataí, porém, tal qual na gestão de seu antecessor a arrecadação era insuficiente, fato que culminaria em endividamentos para o município.

A construção da nova capital goiana, em 1937, próxima à região – em franca prosperidade econômica – e, ainda, o projeto de colonização agrícola do governo federal dos anos 40, contribuiu para que a agricultura, a partir do centro-sul, alcançasse uma maior participação na receita do estado. (CHAUL, 1989, p. 58).

Ainda que a pecuária, até a primeira metade do século XX, tivesse ocupado lugar de destaque na economia regional, enfim, ela abriu caminhos para o sertão do interior, o que evidencia sua grande relevância no surgimento de novos centros urbanos no sudoeste goiano, é o caso de Rio Verde, Jataí, Mineiros, Caiapônia e Quirinópolis; e, ao norte, “nasceram novas cidades e outras já existentes tomaram novo impulso: Palma, São José do Duro, São Domingos e Arraias”, a agricultura, a partir do centro-sul, vai lentamente conquistando sua participação na receita do estado.

A “modernidade” que se desejava implantar, com a construção de Goiânia, poderia atingir toda a região goiana. Esse era um desejo expresso nos discursos de Pedro Ludovico, naquela época. (GOMIDE, 2002, p. 89).

Aliada ao comércio e à vocação maior da região, “a pecuária”, isto lembrando, antes da frente agrícola, chegar, a atividade bancária por volta de 1940 se despontava também como aliada de grande expressão de todo trabalho produtivo da economia de Jataí e região.

O comércio e a indústria eram formados por pequenos estabelecimentos que trabalhavam somente com gêneros de primeira necessidade. A clientela mais representativa era formada por fazendeiros que tinham maior poder aquisitivo e mesmo assim, alguns faziam suas compras de maior vulto em Uberlândia. “Aproveitando o vai-e-vem dos caminhões, alguns ricos fazendeiros preferem comprar seus artigos na cidade grande”. (MELLO, 2002, p. 57).

Ainda no princípio de sua formação o supedâneo econômico de Jataí era a pecuária, o cultivo de café e do açúcar. Com o passar dos anos, a cafeicultura entra em declínio prevalecendo a pecuária. Os grandes latifúndios totalmente improdutivos faziam parte de uma velha filosofia herdada dos colonizadores. O rebanho bovino era seu maior trunfo, embora a quantidade do gado deixasse a desejar.

A comercialização no setor pecuário, com vendas de numerosas levas de boi gordo para o interior do estado de São Paulo, principalmente, é que dava suporte à economia fazendo girar um expressivo volume de dinheiro.

Em vista destas atividades sempre em expansão, instalaram-se em Jataí o Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A, na Avenida Brasil, sob a gerência de Costa Bueno. Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, representado pelo senhor Sinval de Barros Mello, na Avenida Benjamin Constant. Banco Mineiro da Produção, administrado pelo senhor Marcondes de Godoy, na Avenida Brasil. Casa Bancária Costa Bueno & Cia., dirigida pelos próprios, na Avenida Brasil. Banco do Brasil S/A, a cargo de Costa Bueno na Avenida Brasil. Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais sob o cuidado do senhor João Carvalho França na Avenida Brasil. (MELLO, 2002, p 126).

Capítulo III – Uma Sociedade, Uma Igreja, Um Compromisso

Estabelecendo um diálogo entre o primeiro capítulo, que discorre sobre qual deve ser a postura da Igreja Católica, importante se faz observar e se ater ao enorme parêntese que se abre para a Igreja Católica no século XIX em decorrência do liberalismo e suas implicações. Apropriadamente, de Maistre se refere ao liberalismo como século da indiscrição crítica e da impiedade militante, por prezar coisas tão insignificantes como “Saber a diferença entre a salsa e a cicuta” e concluir pouco relevante saber se Deus existe ou não. O liberalismo propunha uma universalização do pensamento mediante a imposição e aos moldes de uma categoria coatora, que deliberadamente escolhia no que pensar e como pensar, enfim, impunha um pensamento controlado com “crachá” de liberal. (FINKILKRAUT, 1989, p. 30).

O iluminismo, o liberalismo, os nacionalismos e as revoluções burguesas, em grande parte, marcam o fim do antigo regime e o surgimento de uma nova ordem burguesa liberal que em suas muitas variantes e afinidades com o lucro se mantém até os dias atuais. Como todo processo histórico, o Antigo regime não acabou de um instante para o outro e as transformações observaram critérios de peculiaridades locais.

Tamanha foi a repulsa em alguns intelectuais, dentre eles Goethe e Herder, que os instigou ao ideal nacionalista, e mal ou bem se construíram as acepções de nação e o êxtase patriótico sucumbiu. Se em um momento concebia-se necessário preferir o fechamento que protege a pluralidade humana à abertura que acelera a uniformização, a que o ideal de unidade fragmentária sucumbiria? A um ideal de unidade metafísica. Uma unidade pautada em valores transcendentais, imutáveis. (FINKILKRAUT, 1989, p. 49).

Uma tolerância generalizada será mais certamente atingida se se deixa em paz o que faz a particularidade dos indivíduos humanos e dos diferentes povos, convencendo-se de que o traço distintivo do que é realmente digno de merecimento reside em sua pertinência a toda humanidade. (FINKILKRAUT, 1989, p. 50).

A Igreja Católica estava, também, no centro do turbilhão pelo qual transitou o mundo no século XIX e não se quedou incólume aos seus efeitos, foi, por muitos, estigmatizada como manipuladora do pensamento e usurpadora das liberdades e garantias individuais, mas a

recíproca pareceu verdadeira. Encarou o liberalismo e o chamado mundo moderno com desconfiança. As decisões democráticas, a República, a maçonaria, o proletariado indócil diante de suas precárias condições sócio-econômicas, tecnologias que fizeram a passagem da produção artesanal para a maquinofaturada e novos costumes confrontavam com sua tradição, dogmas e afinidades. Tudo isto sem contar os protestantes que incorporaram à sua doutrina muitos princípios da nova economia que tanto agradava a burguesia liberal. Parece muito difícil encontrar pontos de coesão em todo este conjunto de modificações pelas quais passou o mundo e as acepções da Igreja frente a todo amálgama de acontecimentos.

O liberalismo não atinge o espectro das liberdades individuais, ele termina quando afeta os interesses das oligarquias nacionais, ou seja, ele é finalista e pretensioso, basta lembrar os interesses dos membros do terceiro estado, por ocasião da Revolução Francesa, no momento em que se instaura a Assembléia Nacional Constituinte.

A Encíclica Quanta Cura, não se ocupa da liberdade ilimitada, que é uma loucura e uma heresia contra os governos, da qual os governos sabem defender-se muito bem; ela adverte os católicos do perigo no qual colocariam seus irmãos e a si próprios, se preconizassem, contra os ensinamentos da Igreja, certas afirmações temerárias que ela qualifica em bloco como liberdade de perdição. (ROMANO, 1979, p.212)

Mesmo a Igreja Católica tendo seus próprios problemas ao enfrentar o que considerava “erros do mundo moderno” expressos no liberalismo, as mudanças de costumes e o assédio nacionalista e anulador de sua ação nos lugares onde oficiava; parte para garantir seu espaço e não ver tudo que fez ao longo de sua existência desmoronar. Nesse contexto de pensamentos difusos sobre o que é tarefa primordial da Igreja, é que se engendra uma sucessão de fatos, que possibilitam, ora estar engajada, ora se postar mais na retaguarda, mas nunca aceitando a condição apolítica, pois, pretendendo-se embaixadora da vontade do Mestre, posta-se em prontidão ao chamado junto à religião genuína, que evoca o homem a sair do espaço circunscrito pela língua, paisagem e tradições e a se envolver na atmosfera da universalidade que atenta para o clamor dos individualismos, respeitando-os em uma adaptação não forjada. É claro que para que a Igreja tivesse essa presente visão muita coisa ocorreu: perdas de fiéis, punições indevidas, censura pautada mais em valores seculares do que em valores eternos, alianças mal sucedidas, enfim, passou como que pela prova de fogo para chegar ao que é, com a visão que tem.

Em Goiás, logo após 1890, ocorreu um choque entre uma Igreja ultramontana/monarquista e um Estado liberal/republicano e importante se faz assinalar a diversidade entre o domínio do Estado e o da Igreja, entre sua estrutura autoritária e o poder político e civil moderno. Ressalte-se que mesmo para os teólogos contemporâneos, após o Vaticano II, o problema é espinhoso, não sendo encaminhado sem muitos embaraços. Tentativas de resposta foram dadas na teologia recente, sendo que o conceito norteador se situou ao redor da liberdade de adesão dos sujeitos. A opção pela Igreja seria livre, a unidade com o Estado seria da ordem do constrangimento. A Igreja à diferença do Estado é uma livre comunidade de fé à qual o homem se agrega por livre escolha. Sua estrutura autoritária ou totalitária, supondo-se que ela seja isto, só diz respeito àquele que a aceita livremente. É difícil chamar a priori isto de totalitário. (DEL'ACQUA, J. *Entrevista concedida a Samuel da Costa*. Jataí. 14 dez. 2008).

No nascedouro do Cristianismo, o próprio apóstolo Paulo, em ocasião da expansão cristã, se ateve na questão do “outro” e concluiu que, o não judeu, não acostumado a tantos rituais litúrgicos, deve ser respeitado e não excluído da obra salvífica do evangelho genuíno de Jesus Cristo.

Antes de se instruir ou oferecer alguma ideologia a um povo, deve-se levar em conta seus valores, seus direitos e deveres, sua história, posição geográfica e circunstâncias particulares nas quais se encontra e não pelos comandos de uma suposta consciência de todos os tempos e de todos os lugares. (FINKILKRAUT, 1989, p. 61).

Assim, voltando ao tema do primeiro capítulo que aborda o Pluralismo e tolerância como essencialidade afirmativa, um novo liberalismo, a bem da verdade paradoxal, se impõe nos ideais propostos pelo Concílio do Vaticano II. Ainda que pareça utópico, tudo partiria da compreensão mútua: “eu compreendo e sou compreendido”, destarte, os valores não efêmeros criariam uma razão universal. Retroceder-se-ia não propriamente ao materialismo etnocêntrico que culminou com os egocentrismos, mas o confrontaria com a metafisicidade da humanidade.

Se em nome do liberalismo que se desdobra nos ideais de liberdade, igualdade e defesa da propriedade privada de um povo em determinado lugar, houve mobilidade mundial,

ainda que de forma centrada em regionalidades esparsas e com instrumentos de mídia bem inferiores comparados aos atuais, qual não seria a mobilidade provocada no presente momento, pelos “enciclopedistas”, atalaias da boa nova, no presente?

Fala-se no rompimento das distâncias e das fronteiras pela tecnologia que tende a universalizar o planeta. Esta tecnologia que serve ao homem de aparato militar e formulação de estratégias que levam a desenvolvimentos multi-variados e a grandes descobertas e facilitação do cotidiano, pode ser utilizada para transferir o conhecimento de verdades absolutas, que só podem ser transmitidas endossadas com os verdadeiros sentimentos de quem as predisse. Inevitavelmente, dada à natureza do ser humano, surgiriam diversas ramificações, mas a essencialidade haveria que prevalecer.

Foi para curar os grandes princípios humanitários de seu formalismo, de sua abstração, de sua impotência, que desde 1947, o escritório da American Anthropological Association, submeteu às Nações Unidas um projeto de Declaração dos Direitos Humanos, cujo primeiro artigo estava assim redigido:- “O indivíduo realiza sua personalidade pela cultura: o respeito pelas diferenças individuais acarreta, pois, um respeito pelas diferenças culturais”. (FINKILKRAUT, 1989, p. 91).

Não é fácil escrever sobre uma instituição tão complexa e heterogênea como a Igreja Católica, com suas divisões e tensões internas, havidos por consenso ou dissenso decorrente da diversidade social, política, cultural e, claro, espiritual da sociedade em que ela se insere. Assim, alguém que faz parte de uma pastoral comprometida com lutas sociais como a Comissão da Pastoral da Terra (CPT) tem uma prática e opções diferentes de um membro da Opus Dei. Mas, além disso, há que se distinguir entre a Igreja Católica como instituição, com suas estruturas de poder eclesiástico e com a comunidade de fiéis, ou povo de Deus, para empregar uma expressão do Concílio Vaticano II. No caso brasileiro, é bom levar em conta ainda, o fato de a Igreja ser importante na vida social, política e cultural do país.

Desde o século XVI, o Cristianismo tem sido a principal ideologia religiosa do Brasil e o Catolicismo a religião predominante. O Catolicismo foi introduzido no Brasil por missionários que acompanharam os exploradores e colonizadores portugueses nas terras “recém-descobertas” e a despeito de tantos altos e baixos e opiniões difusas, o Catolicismo possui presença marcante na sociedade, política e na cultura do Brasil.

Desde a colonização, o Catolicismo adquiriu cores próprias num país onde a maioria da população tem origem não européia, oriunda de etnias indígenas ou africanas. É sabido que em alguns períodos da colonização a grande massa de habitantes caboclos, negros e cafuzos professavam uma religiosidade diversa de seus pares europeus, alimentada pela mistura de raças na colônia e pela distância dos grandes centros de cultura católica da Europa.

Apesar do empenho constante de religiosos jesuítas e franciscanos presentes no país desde 1500, que realizaram trabalhos fundamentais na evangelização dos indígenas, na implantação do modelo cristão-europeu de comportamento, crenças e valores e participaram ativamente do processo de expansão territorial e colonização das regiões do interior do Brasil, o Catolicismo no Brasil sobreviveu graças à organização do laicato nativo. Entre essas organizações, destacaram-se as irmandades, confrarias, associações e Ordens Menores ou Leigas.

As confrarias eram associações religiosas com normas e regulamentos que organizavam eventos e festas para patrocínio de obras de assistência social. A Santa Casa de Misericórdia se destacou por suas atividades e pelo grande acúmulo de recursos que conseguia junto aos comerciantes e proprietários de terras. A Santa Casa de Salvador possuía orfanato, hospital, escola de medicina, farmácia e ainda era proprietária de prédios urbanos, fazendas, empresas funerárias, chegando a funcionar como banco, emprestando dinheiro a juros. (MOTT, 1997, p. 62).

As Irmandades eram associações religiosas formadas por pessoas de mesma “raça”, ou posição social e possuíam normas mais rigorosas que as Confrarias. Existiam Irmandades de brancos (Santíssimo Sacramento, São Francisco), de negros (São Benedito, Santa Efigênia), de pardos ou mestiços (Nossa Senhora do Amparo, do Livramento, do Patrocínio). Havia, ainda, irmandades de proprietários, de comerciantes, de militares, de escravos, todas elas ligadas a um santo de devoção e atuando junto aos seus iguais.

Em Minas Gerais, as Irmandades tiveram um importantíssimo papel, a elas coube organizar toda a vida religiosa das áreas mineradoras: batizados, festas, casamentos, funerais, auxílio à velhice, à doença, sepultamento, ajuda aos presos, além de emprestar dinheiro aos necessitados, independentemente se era branco, negro ou pardo. Essas Irmandades procuravam construir belas capelas e igrejas por meio da contribuição pecuniária dos confrades. (MOTT, 1997, p. 69).

A partir do início do século XIX, com a chegada de diversas ordens e congregações religiosas e com o apoio do imperador do Brasil às iniciativas escolares e missionárias, é que o Catolicismo brasileiro vai lentamente criando sua “identidade nacional”. Acompanhando o

processo de desenvolvimento agrícola e industrial, surgem empreendimentos de congregações femininas, hospitais, escolas e maternidades, e a vida das metrópoles em gestação começa a perceber uma maior presença da igreja “oficial” nos rituais cotidianos. Surgem paróquias e seminários e o interior do país passa a conhecer novos padres e irmãos missionários.

Ao mesmo tempo em que na Europa, a Igreja aprofunda as medidas do Concílio de Trento, cautelosa diante do modernismo, do racionalismo e da ameaça aos monarcas aliados dos Estados Pontifícios, no Brasil, a miscigenação das tradições africanas e indígenas encontra terreno fértil para produzir um Catolicismo de ricas festas populares e de extremo sincretismo.

Já em fins do século XIX e início do século XX, com a intensa imigração italiana, alemã e espanhola, a questão moral ocupará o primeiro plano do ambiente católico nacional com seu clero nativo bem estabelecido em muitos centros do país. O crescimento da influência da Maçonaria desde o primeiro império, e de outras denominações religiosas, determinará uma agenda de medidas expressas em consonância às orientações do episcopado aos seus padres e fiéis.

Logo após a Proclamação da República, foi decretada a separação entre o Estado e a Igreja, institucionalizando na própria bandeira do país sua adesão ao positivismo. No entanto, na nova ordem política, abriu-se espaço para as oligarquias dos grandes estados que o Império marginalizara. Não incorporou de forma mais efetiva a nova intelectualidade que ia se expandindo junto com o crescimento das cidades e os albores da industrialização. Não havia muito espaço, no novo regime, para os que haviam desfraldado a bandeira do abolicionismo e agitado nas cidades as vertentes mais radicais do republicanismo. Neste momento se verificou uma nova forma de luta entre o poder coercitivo ainda externo, o Estado republicano, e o poder persuasivo interno, a Igreja. Para os dois está em jogo a conquista da consciência dos sujeitos. A desejabilidade ou não da obediência primeira a um ou outro dos poderes é a forma ainda hoje operativa no debate entre as duas soberanias. (ROMANO, 1979, p.104).

A República é, em muitos sentidos, menos “ilustrada” e modernizadora do que o Império, exatamente por transferir tanto poder aos Estados e renunciar ao comando político centralizado que havia caracterizado o Segundo Reinado. Outrossim, a República acabou com o padroado e reconheceu a plena liberdade religiosa.

A República, especialmente os sectários positivistas, Abriam para a Igreja as possibilidades transitórias, de sua sobrevivência. Isto teve por consequência,

entre outros traços, a rápida multiplicação das dioceses, dando-lhes o desafogo necessário para o desempenho da pastoral e, simultaneamente, abrindo caminho para sua modernização e centralização burocrática. À sombra da liberdade republicana, tanto prosperou a Igreja no Brasil, que hoje nos deslumbra com o espetáculo do Concílio Vaticano II, mais numeroso e magnífico que o de toda a América Latina, celebrado, há quarenta anos, na própria capital do catolicismo. (ROMANO, 1979, p. 132)

Da República para cá, com a separação entre a Igreja e o Estado resistida por setores tradicionais, a igreja adquiriu contornos mais precisos e definidos e uma maior liberdade de ação. Mas é com a industrialização dos grandes centros e as primeiras greves operárias que a Igreja do Brasil se debruçará sobre as questões sociais e ideológicas que permearão todo o século XX. (MOTT, 1997, p. 75).

O ano de 1922 foi palco de muitas transformações no país – Semana de Arte Moderna, início do tenentismo, fundação do Partido Comunista. Tempo de muito debate em torno da ideologia do trabalho, do socialismo utópico e do marxismo, logo se constituiu como o momento de gestação de fontes constantes de preocupação do episcopado, do clero e dos fiéis mais engajados.

Durante a fase republicana denominada “Era Vargas”, a Igreja logra uma importante presença política, atuando de forma contundente na área de educação, política trabalhista e em muitos outros aspectos da política social.

O governo de Getúlio Vargas foi marcado pela aprovação da Constituição de 1934, onde prevê uma colaboração entre a Igreja e o Estado, neste momento foram atendidas várias reivindicações católicas tais como: aulas religiosas facultativas nas escolas públicas e a presença do nome de Deus na Constituição. Neste referido período, a Igreja vive o apogeu de sua aliança com o Estado, embora a hierarquia não endossasse Vargas de maneira oficial. No entanto, a maioria dos bispos, padres e leigos militantes apoiava o governo. (MARRA, 1997, p. 17).

Vale analisar aqui, voltando ao tema: a relação entre a Igreja e a política. No caso brasileiro, tínhamos herdado o regime do padroado português, com as ambigüidades que levaram à “questão religiosa” ao final do período imperial e à prisão de dois bispos que defendiam os direitos e a liberdade da Igreja. Com a República, veio uma separação imposta. Essa separação teve um resultado positivo: a relação principal não seria, desde então, apenas entre Igreja e poder político, mas entre Igreja e sociedade.

Há um texto do Padre Júlio Maria (1950, p. 19), nos últimos meses do século XIX, em que ele quis substituir as questões políticas erroneamente predominantes nos governos, nos parlamentos e nos jornais mostrando ser a questão social, a questão por excelência, porque ela afeta os interesses fundamentais do homem e da sociedade. Quis mostrar também aos pequenos, aos pobres e aos proletários que eles foram os primeiros chamados pelo Divino Mestre, por fim, quis mostrar que a Igreja foi logo, desde seu início, a Igreja do povo. (MARIA, 1950, p. 19).

Hoje, a Igreja Católica é constituída por três vertentes, são elas: - O clero tradicionalista, onde são defendidas práticas ortodoxas e o conservadorismo; - Teologia da Libertação, uma espécie de esquerda eclesial; - Renovação Carismática, movimento vigoroso e mais recente da Igreja. Em algumas Dioceses, embora tenha sido acolhido, preferem nomeá-lo de Grupo de Oração.

Melhor, ou talvez mais proveitoso, é se ater em análises de conjuntura que se centram apenas nos aspectos institucionais e nas estruturas de poder eclesial e suas conclusões frequentemente pessimistas. É necessário, porém, estar atento ao mundo eclesial mais amplo e às tendências e práticas nas igrejas locais. Aí descobrir-se dinamismos latentes e experimentações significativas que podem levar a revisões futuras nas orientações gerais da instituição.

O Papa João XXIII referiu-se ao Concílio Vaticano II como “uma flor de inesperada primavera”. Entende-se que surpresas podem acontecer e o que hoje são grupos pequenos, podem abrir caminho a uma nova maneira de a Igreja ser no futuro, e assim desenhar neste terceiro milênio, uma Igreja mais transparente, participativa e comunicadora da Boa Nova, sua missão primeira.

3.1 - Congregações Missionárias

Para uma melhor compreensão da saga religiosa, mais precisamente da Igreja Católica Apostólica Romana em Jataí, é mister conhecer as congregações que aqui se instalaram, o momento de sua instalação e suas obras sociais e religiosas.

A Cúria Diocesana, o Instituto Espírito Santo e a Fundação Divino Espírito Santo (Rádio Difusora de Jataí) podem ser considerados como sede da Diocese do Divino Espírito Santo de Jataí, isto é, sede das paróquias, não só do município jataiense, mas como de mais dezessete outras cidades do sudoeste goiano.

Outras quatro comunidades paroquiais, cujas matrizes estão sediadas em Jataí como as casas e obras confiadas às religiosas Agostinianas (Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho), Vicentinas (Instituto São José), Franciscanas dos Pobres (Lar e Creche João XXIII), Franciscanas da Reconciliação (Clínica Frei Juliano e Catequese), Monjas Concepcionistas (Contemplativas de Clausura) e as atividades organizadas dos leigos, fazem parte do movimento católico de Jataí.

Num primeiro momento, é interessante perceber Jataí, em termos gerais, como Paróquia, prelazia ligada administrativamente à cidade de Goiás, depois como sede do bispado. E, um pouco mais detalhadamente, compreender as quatro paróquias da cidade, a saber: Divino Espírito Santo, Nossa Senhora do Rosário, São Sebastião e São Judas Tadeu e as religiosas que atuam na cidade, as pastorais ligadas com as paróquias e com os vários movimentos leigos.

A primeira paróquia foi criada em 17 de agosto de 1864, desmembrada da Paróquia Nossa Senhora das Dores de Rio Verde (1848). Assim, com o nome de Divino Espírito Santo, incluía as cidades de Mineiros, Santa Rita do Araguaia, Portelândia, Caçu, Itarumã, Itajá, Aporé e Serranópolis. Hoje, todas paróquias ativas. Mineiros, Portelândia e Santa Rita do Araguaia foram desmembradas em 1913, mas as demais foram emancipadas a partir de 1963.

Pio XI, famoso entre outros feitos como o Papa que enfrentou Benito Mussolini por ocasião da instauração do fascismo na Itália, criou em 21 de junho 1929 a Prelazia do Divino Espírito Santo de Jataí com a Bula Apostólica “Sollicitudo quai in Omnes” desmembrando o sudoeste goiano da Arquidiocese de Goiás. Os Padres Agostinianos foram os responsáveis perante a Santa Sé pela nova Circunscrição Eclesiástica. Em 20 de outubro de 1930, o Padre Germano Campón, OESA, professor na Casa Internacional de Estudo dos Padres Agostinianos em Pávia, Itália, foi nomeado administrador apostólico, tomando posse em 28 de abril de 1931 em caráter episcopal. Dez anos depois, mais precisamente há 19 de abril de 1941, Monsenhor Germano foi promovido a Prelado de Jataí e Bispo Titular de Oreó. Sua ordenação episcopal deu-se em São Paulo, há 1º de junho do mesmo ano.

Na década de 1940, mais precisamente no dia 16 de junho de 1941, o Bispo Dom Germano convidou as religiosas Mercedes Iriarte, Maria do Pilar Romero Hampanera, Luízia Gonzáles e Trindade Flores de Jesus, todas irmãs Agostinianas Missionárias, para se transferirem para Jataí com a missão de administrar um estabelecimento de ensino que ainda estava em fase de instalação.

Como o contingente populacional era crescente e faltavam escolas, então, a Igreja Católica, em mais um de seus empreendimentos, lança mão de sua milenar habilidade e cria o

Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, que a despeito do primeiro núcleo educacional de Jataí, a “Casa da Escola”, que priorizava o ensino masculino, inicialmente o Colégio Nossa Senhora do Bom conselho priorizou o ensino a clientela feminina, fato modificado com a evolução natural da cidade.

O aludido colégio permanece atuante nos dias atuais compondo o núcleo de ensino da cidade e região. Para colaborar com as providências relacionadas à criação do colégio, Dom Germano formou uma comissão composta por um seletto grupo de cidadãos locais.

Em 05 de abril de 1955, devido a sua idade avançada e saúde debilitada, a Santa Sé deu-lhe como administrador apostólico, Dom Abel Ribeiro Camello. Já no mês seguinte, há 12 de maio, a renúncia definitiva de Dom Germano foi oficializada. O velho Prelado tomou residência em Bragança Paulista permanecendo por lá até sua morte em 13 de maio de 1961. Seus restos mortais foram trasladados e jaz na cripta da capela de Nossa Senhora de Guadalupe, Instituto Espírito Santo de Jataí.

O segundo grupo de religiosas que chegou à cidade é a Congregação das Irmãs de São Vicente de Paula de Gysegem, instalada na Diocese no dia 19 de março de 1959. Por seus trabalhos no Instituto São José, com aulas diurnas e noturnas, presta grande serviço às famílias de menor poder aquisitivo e, conseqüentemente, na construção do caráter cívico e cristão do cidadão local.

Convidadas para cuidar do Lar e Creche João XXIII, foram para Jataí em 21 de setembro de 1962 as irmãs Franciscanas dos Pobres. Por muitos anos quem cuidou da Clínica Infantil Dona Angelina Cóscoa, entidade pioneira na região no campo da prevenção contra verminose e outras doenças, foi a irmã Daniela Maria. As Irmãs ajudavam também nos trabalhos pastorais das paróquias de Nossa Senhora do Rosário (particularmente Vila São Pedro e São Judas).

Para melhor atender ao governo dos fiéis e conferir mais elevada dignidade à Província Eclesiástica da região ou Estado de Goiás, o Ssmº Senhor Pio XII pela Divina Providência, Papa, pela Bula “Quo Aptiori” dada em Roma, de São Pedro, no dia vinte e seis de março do ano do Senhor mil e novecentos e cinqüenta e seis, dignou-se benignamente, elevar ao grau de diocese a Prelazia Nullius de Jataí. (Arquivo de nº. 7722 da Diocese de Jataí, folha 1ª).

Importante destacar que outro Papa que consta da história eclesiástica de Jataí é Pio XII, que como se comprova na citação acima, elevou Jataí de Prelazia à categoria de Diocese e nomeou, em 17 de janeiro de 1957, Dom Abel Ribeiro Camello como Bispo Diocesano. Mas a instituição canônica da Diocese e a posse de Dom Abel só foram realizadas no dia 08 de maio de 1957 na antiga Matriz do Divino Espírito Santo.

Tão logo se expediu o mandato de execução dos termos contidos na referida Bula, Armando Lombardi, Arcebispo titular de Cesaréia de Felipe e Núncio apostólico nos Estados Unidos do Brasil, determinou que se erigisse a nova Diocese de Jataí, que ficou limitada e circunscrita pelas mesmas fronteiras em que estava limitada a Prelazia Nullius do mesmo nome, de tal maneira que o território da nova Diocese coincide totalmente com o território da extinta Prelazia Nullius de Jataí.

Ainda em atenção ao disposto na Bula, foi providenciado que o bispo de Jataí estabelecesse sua sede e domicílio em caráter definitivo na cidade de Jataí, declarando Catedral a igreja já existente e dedicada ao Espírito Santo, à qual foram concedidos todos os direitos e privilégios pertencentes às demais igrejas catedrais, porém ficou decretado que a Diocese de Jataí recentemente criada, nesses idos, ficaria subordinada como sufragânea à Arquidiocese de Goiânia, erigida contemporaneamente à Diocese de Jataí, assim, o Bispo de Jataí, fica sob a jurisdição do Arcebispo de Goiânia.

Após três anos como Bispo Diocesano, Dom Abel foi transferido para a Diocese de Goiás. Em 14 de maio de 1960, o Papa João XXIII nomeou como sucessor de Dom Abel, frei Benedito Domingos Cósia, quando este ainda era pároco na cidade de Pires do Rio/GO. Tomou posse dia 12 de dezembro de 1961 na Pro - Catedral Nossa Senhora do Rosário, até então em construção. Veio para a posse e se instalou em caráter definitivo em Jataí até setembro de 1989. (Arquivo de nº. 7722 da Diocese de Jataí, folha 1ª. Documento – traduzido do Decreto de Execução pela Nunciatura Apostólica do Brasil aos 10 de março de 1957).

Nomeada “Pro - Catedral” por Dom Abel Ribeiro, a Paróquia Nossa Senhora do Rosário foi criada em 10 de agosto de 1963. Dirigida desde 1961 pelos Frades Franciscanos de Anápolis.

No final do ano de 1963, chegaram a Jataí, Frei Francisco Bray e as Irmãs franciscanas da Reconciliação. Frei Tomás entregou a paróquia a Frei Camilo Daniel, dos Frades Franciscanos da Reconciliação. Faziam parte da paróquia, os municípios de Caçu, Itarumã, Itajá e Lagoa Santa. Instala-se ainda na cidade, em 16 de dezembro de 1963, a Congregação das Irmãs Franciscanas da Reconciliação, que cuida de modo especial da catequese juvenil na sede da Paróquia São Sebastião e nas vilas Fátima, Olavo, Luiza, Sofia entre outras. Está

também ligado à administração das referidas Irmãs a Clínica Frei Julião, que presta serviços odontológicos em cooperação dos generosos profissionais leigos.

Durante o tempo de D. Abel (Administrador Apostólico e depois primeiro Bispo de Jataí), chegou a Jataí um padre de Crato – Ceará. Seu nome era Pe. José Macedo. Ele foi um tipo de “Padre andarilho”, sempre de um lugar a outro empreendendo a obra missionária, construindo igrejas. No ensejo de sua estada na cidade, foi decidido sobre a construção de uma igreja que à época ficava na periferia da cidade, saída para Mineiros, designada, pelo Bispo D. Abel, de Igreja São Sebastião. A construção da obra foi possível, graças à realização de vários eventos festivos que objetivavam a arrecadação de haveres para empreender a obra.

Ao costume da época, o Pe. Macedo trabalhou usando a própria batina enquanto, por aproximadamente dois anos, construía a torre e a nave da igreja com o telhado. Durante a construção da torre, Pe. Macedo caiu, sendo salvo por uma corda que o amarrava na cintura.

Durante esse tempo ajudou também na construção da Matriz, indo posteriormente para Itajá, onde iniciou a construção da igreja local. A referida igreja de São Sebastião foi nomeada, em 10 de agosto de 1963, Paróquia de São Sebastião por D. Benedito, que designou o frei Tomás Jones como primeiro pároco. (Jornal da Diocese. Jataí, mai. 2007).

A Paróquia de São Judas Tadeu, cuja sede localizada na parte alta da cidade, data sua ereção canônica também em 10 de agosto de 1963 tendo como Pároco o Padre Neilton Nunes Neves, sacerdote incardinado na Diocese de Jataí, coadjuvado pelo Vigário Luciano Lima Alves.

A comunidade de São Judas Tadeu conta com ramificações no setor Granjeiro, Estância e Perolândia, mantém com a Diocese a Creche Santo Antônio na saída para Caiapônia e o Centro Catequético ao lado da Matriz de São Judas Tadeu para melhor formação cristã das famílias jataienses.

O segundo grupo de Frades chega a Jataí em maio de 1964. Por falta de acomodações na casa em que os freis moravam, o Bispo os acomodou no apartamento do primeiro andar da Rádio Difusora de Jataí. No dia 14 de agosto de 1964, iniciou-se a construção da nova casa dos freis. A casa foi designada como um Centro dos Frades no Brasil, paga pela Comunidade dos Frades nos Estados Unidos, a fim de se evitar grandes despesas para a paróquia. A casa dos Frades foi sempre usada como Casa Paroquial e, durante o tempo que os Freis estavam aqui, eles mesmos, pagaram todas as despesas. A paróquia só pagava as despesas da própria igreja. A construção durou pouco mais de um ano.

Em 1980, chega a Jataí o Padre Didoné, o pioneiro dos Padres Missionários da Sagrada Família, responsável pela administração paroquial, por suas numerosas capelas e

variadas pastorais. A matriz provisória e o bloco catequético foram dirigidos pelo atual Pároco Padre José Mendonça Del'Acqua. A construção da catedral definitiva iniciou-se em 1984 e hoje compõe um dos cartões postais de maior expressão de Jataí pelo seu estilo arquitetônico.

As religiosas mais recentes de Jataí são as Concepcionistas Contemplativas cujo nome oficial é Ordem da Imaculada Conceição, fundada por Santa Beatriz Menezes da Silva em 1482. Sua contribuição para a comunidade e para a Diocese é a oração contínua com trabalho e silêncio, no antigo estilo de vida monacal. O grupo veio de Uberaba em 25 de março de 1989 e sua casa, antiga residência das Irmãs de São José, é chamada Mosteiro Monte Sião da Imaculada Conceição.

Dentre as muitas obras da Igreja Católica de Jataí destacam-se: Lar e Creche João XXIII, Creche Santa Rosa, Creche Sant'Ana, Creche Santo Antônio, Pastoral da Criança em todas as paróquias, Rádio Difusora de Jataí, Instituto Espírito Santo, Centro Comunitário Padre Damiano (cuida especialmente de doentes portadores de Hanseníase), Clínica Conf. Vicentina do Divino Espírito de Jataí (Secção clínica geral e doenças contagiosas), Clínica Padre Tiago Menelli, estes últimos dirigidos pelo Padre Tiago.

3.2 – Ação Eclesial Comunitária

Neste trabalho pretende-se deixar delineado tanto a tendência ainda eclesiocêntrica da Igreja Católica em Jataí, quanto sua atração pelas mudanças propostas a partir do Concílio Vaticano II, embora, ou melhor, valendo-se da aplicabilidade ou não de mudanças à luz da realidade vivida em cada lugar onde a Igreja oficia. Logo, percebe-se uma postura eclética, volátil frente à relação que se estabelece com a região em que atua. Pe. José Mendonça Del'Acqua, lotado na Diocese de Jataí, disse que:

à exemplo dos bispos de todo o Brasil, a eclesiologia repõe a Igreja como modelo cujo fim é aprofundar a unidade do todo, deste modo, lutando pelo verdadeiro desenvolvimento e coerente com sua concepção, a Pastoral deve levar o povo de Deus, reunido na Igreja a uma maior comunhão de vida em Cristo, através da realização sempre mais plena de sua unidade visível. O trabalho dos agentes pastorais sacraliza-se porque os sistemas, os regimes de governos, os governos, todos passam, mas o povo fica e é junto ao povo que eles trabalham dando-lhes uma dignidade que transcende as conjunturas políticas. No nível pastoral, não é possível distinguir uma atividade interna e

uma atividade externa da Igreja, mas tudo o que nela se faz tem o valor de sinal para o mundo. (DEL'ACQUA, J. *Entrevista concedida a Samuel da Costa*. Jataí. 14 dez. 2008).

Hoje, suprimida a forma tão somente hierocrática que norteou o Império, percebe-se a soteriologia como palavra de ordem. Em suma, não se tem uma negação total dos princípios burocratizantes da fala hierocrática, pois o novo modelo institucional não poderia renunciar aos pontos de apoio estáveis, plataformas para a ação direta do episcopado, tal como as dioceses tradicionais e as paróquias bem administradas. Visto estar bem ciente da interdependência entre reprodução do aparelho soteriológico e das situações ideais definidas para sua consecução, faz-se necessário o envolvimento popular (Pastoral, Comunidades Eclesiais de Base, leigos) nas causas do Clero, dessa forma impondo-se uma nova estrutura, onde as relações entre os católicos mudariam de sentido, não obstante, a autoridade do bispo e do padre, bem como sua figura como mediação obrigatória no interior da Igreja permanecesse. A consciência desta continuidade de domínio, sob forma modernizada está presente nas considerações do técnico pastoral, de fato bem fundada de que a presença das comunidades de base na pastoral torna-se viável sempre que se fizer sentir sua ausência, pois tais institutos são explicáveis quando houver inviabilidade ou aplicabilidade do tradicional sistema burocrático ou verticalizado. (DEL'ACQUA, J. *Entrevista concedida a Samuel da Costa*. Jataí. 14 dez. 2008).

Para uma melhor compreensão do que vem a ser Comunidades Eclesiais de Base, é necessário atentar que As CEBs são comunidades, uma reunião de pessoas que vivem na mesma região e possuem a mesma fé. São eclesiais, porque estão unidas à Igreja. São *de base* porque são constituídas de pessoas das classes populares. Localizam-se em geral na zona rural e na periferia das cidades. Organizam-se em torno das paróquias ou capelas por iniciativa de leigos, padres ou bispos, segundo Frei Betto, as CEBs são uma nova forma de organizar a pastoral. Tradicionalmente, a pastoral da Igreja Católica é organizada em torno das paróquias. As CEBs permitem que a organização paroquial se dê através de comunidades menores, onde os membros podem estabelecer laços comunitários entre si. Assim, as paróquias podem se tornar verdadeiras comunidades paroquiais.

Deve-se ressaltar que as Comunidades Eclesiais de Base não são homogêneas, dada a diversidade social e geográfica e as formas distintas de compreender e viver sua inserção eclesial e sua participação na sociedade. Correspondem a uma organização descentralizada, diferentes entre si, como resposta aos desafios sociais e eclesiais concretos. Não possuem

secretariado nacional, mas uma "comissão ampliada" que faz a ponte entre os encontros nacionais (Encontros Intereclesiais) entre as igrejas particulares.

Entretanto, é possível detectar quatro traços distintivos de uma CEB:

O primeiro traço é a territorialidade: são pessoas que se reúnem por proximidade geográfica. Esta proximidade está na origem da discussão e reivindicação por serviços básicos (água, saneamento ou melhorias no bairro).

Círculos bíblicos: os grupos se reúnem para leitura e reflexão da Palavra de Deus e confrontá-la com a vida cotidiana. Muitas comunidades iniciaram a partir destes círculos bíblicos e passaram a organizar celebração dominical, com ou sem sacerdote.

Participação e discussão dos problemas comunitários em conselhos ou assembléias, com ampla participação dos membros.

A partir das necessidades das comunidades, foram surgindo diversos ministérios leigos ao longo da história das CEBs: ministros da Eucaristia, ministros das pastorais específicas ou grupos de alfabetização de adultos, hortas comunitárias, clubes de mães.

A partir da reflexão sobre os problemas da família, do trabalho e do bairro, as CEBs ajudam a criar movimentos sociais para organizar sua luta: associações de moradores, luta pela terra e também o fortalecimento do movimento operário. Normalmente se considera que sua origem se deu no começo dos anos 60, como resultado da experiência de catequese popular em Barra do Piraí (1956) ou do Movimento da Diocese de Natal, ou ainda do Movimento de Educação de Base. Sua gestação e nascimento se deram no contexto mundial da Guerra Fria, quando o mundo era dividido entre o bloco comunista e o bloco capitalista.

Uma das motivações iniciais era suprir a ausência de padres nas regiões onde os desafios eram maiores, nas quais os batizados não tinham nenhum contato com um processo de evangelização. A auto-organização leiga preencheria esta lacuna, sob a autoridade do bispo local. As conferências católicas de Medellín (1968) e de Puebla (1979) colaboraram decisivamente para sua evolução. Medellín preencheu o imaginário eclesial com a temática da Libertação e Puebla com a evangélica opção preferencial pelos pobres.

Quanto as suas características, as CEBs se constituem de grupos de pessoas (em torno de 20 a 80) que, morando no mesmo bairro ou nos mesmos povoados, se encontram para refletir e transformar a realidade à luz da Palavra de Deus e das motivações religiosas.

A partir de sua organização elas começavam também a reivindicar pequenas melhorias nos bairros, mas, ao mesmo tempo, iniciavam uma caminhada para tomar consciência da situação social e política. Queriam a transformação da sociedade. Inspiradas no método "Paulo Freire" de alfabetização de adultos, executavam uma metodologia que levasse da

conscientização à ação. Ao redor da imagem de "povo de Deus", que foi caracterizada pelo Concílio Vaticano II, as comunidades sentiram-se parte ativa na construção do Reino de Deus. Houve quem aplaudisse e quem desqualificasse essa atitude como algo que ameaçasse destruir a estrutura de dois mil anos da Igreja. (ARGUIAR, 1992, p. 23)

Nas décadas de 70 e 80 do século passado, buscava-se uma produção de união entre as pessoas para que lutassem por seus direitos. Essas pessoas passavam de anônimas a protagonistas. Valorizava-se conhecer a própria história do povo, suas dificuldades vividas no cotidiano. Pensava-se que a libertação seria conquistada pela consciência dos direitos que, sendo assim, viriam pela capacidade de lutar da população.

A Igreja tinha uma visão sobre o povo como o "menor" desfavorecido, o pobre. Havia uma oscilação entre colocar o pobre como vítima e valorizar o povo. Essa oscilação não é observada apenas na Diocese em foco, mas a Igreja, por mais progressista que seja, em muitos casos, vê o pobre como um coitado, que não possui em si condições para superar seus próprios problemas e se propõe a falar em nome dele, fato que vai aos poucos sendo repensado e em alguns lugares superado, e destarte o pobre tende a ser visto e trazido para a pretensa resolução de seu quadro como agente participativo, ativo, interagindo com a força motriz da transformação de seu estado.

Com os movimentos sociais fortemente reprimidos pelo governo ditatorial, instituído pelo Golpe Militar de 1964, "algumas Dioceses proporcionam uma legitimidade moral que incentiva as bases católicas a participarem" (KRINSCHKE, 1986, p. 87). Como se a Própria Igreja dissesse: "Temos o compromisso evangélico de fazer uma opção preferencial pelos pobres". Então, como realizar essa opção? Não basta simplesmente falar e rezar. Como um só corpo, mas não dissociando de uma inevitável hierarquia, é que projetos foram pensados e movimentos realizados com a totalidade dos que se engajaram pelo bem do povo.

Durante os anos de maior repressão, as Comunidades Eclesiais de Base, que florescem desde o início dos anos 70, foram as únicas organizações que resistiram cotidianamente toda sorte de violências institucionalizadas. Tanto que, no período de 1969 a 1973, assiste-se a uma série de perseguições e prisões de padres, freiras, agentes de pastorais e leigos comprometidos com diferentes trabalhos comunitários (COIMBRA, 1995, p. 42).

Coincidindo com o fechamento da sociedade civil, a Igreja começou a criar grupos comunitários, círculos operários, clubes de mães, grupos de jovens, clubes de catecismo, que discutiam a fé e a realidade social. Durante os anos de maior repressão, as Comunidades Eclesiais de Base foram praticamente as únicas organizações populares a promover perspectivas políticas críticas.

Embora as CEBs estivessem envolvidas somente em ações políticas rudimentares, como assinar petições por serviços urbanos, sua importância se refletiria no desenvolvimento posterior dos movimentos populares, pois facilitam uma organização e uma mobilização mais amplas quando houve um afrouxamento da repressão. Muitos líderes e participantes do movimento de bairros haviam sido motivados por suas experiências nas CEBs. (KRINSCHKE, 1986, p. 212).

Os movimentos populares surgiam com características novas, tentando superar o caráter reivindicatório. Tais movimentos foram organizados em torno da chamada ala progressista, fortemente ligada à Teologia da Libertação. Embora não houvesse militâncias oficialmente ligadas a tais institutos, a Igreja ofereceu agentes de pastorais cujos conhecimentos e dedicações foram indispensáveis para o funcionamento de comunidades, concebidas no senso comum, que a despeito das oficiosas, também mostraram-se atuantes.

Como se houvesse a substituição das CEBs por pequenas comunidades, surgiu uma estrutura organizativa que permitiu trocas de experiências, deliberações mais amplas, acesso a meios de comunicação e autoridades administrativas [...] Quando uma instituição como a Igreja sacramentou os sentimentos populares, a vontade de mudança encontrou um lugar e um modo de ser proclamada (SADER, 1988, p. 160-161).

Inaugurava-se, assim, um novo jeito de ser Igreja, onde os leigos são protagonistas e os padres e freiras companheiros de luta diária. Era alimentada a idéia de democracia dentro de uma instituição de estrutura autocrática e hierárquica. Usando as categorias de um discurso religioso

As Comunidades Eclesiais de Base eram naquele momento, um lugar de refúgio para os que desejavam uma mudança através do compromisso da militância, que, para os católicos, tinha um cunho de espiritualidade

encarnada, que se opunha a uma visão da prática religiosa mais voltada para os Sacramentos e Dogmas. É a Igreja como Povo de Deus e não propriamente enquanto organização hierarquizada, com regras e normas. As CEBs, então, retomavam a mística dos cristãos perseguidos que não temiam sacrificar-se pela boa causa. (SADER, 1988, p. 151).

Pensando nos agentes de pastoral, nos professores, nos políticos, nos pais e educadores, nos chefes de empresas, nas classes liberais etc. Pensando de modo especial na juventude, naqueles que mais cedo ou mais tarde, formados ou deformados, preparados ou não, vão assumir seu papel na comunidade eclesial ou civil. Pensando e procurando entendê-los, não em estreito sentido de “cúpula”, mas de multiplicadores sociais, isto é, pensando em todos os que por sua vocação, profissão, tarefas, trabalhos exercem influência sobre outros é que, por meio de cursos, encontros, dias, manhãs e tardes de formação, retiros, congressos, seminários, assembléias, conferências, sessões, palestras etc., a Diocese dispôs-se a agir e tem atingido boa parte dos que são portadores de alguma responsabilidade na Igreja, no Estado e na sociedade.

É impossível quedar-se incólume ante os visíveis reflexos emanados da atuação das Comunidades Eclesiais de Base. Pode-se afirmar que o encontro com essa Comunidade faz o percurso de quem nela se insere modificar-se, pois, a Diocese, com sua formação, desperta para certas questões que antes se passariam despercebidas, no entanto e doravante se projetam no campo da visão. Assim, da condição de mero espectador, passa-se a enxergar a realidade de forma mais crítica.

A tarefa de transformação pressupõe uma insatisfação prévia com a realidade vivida. Busca, em idéias e ações, alguma forma de fazer passar dúvidas, desacordos, indignação. Procura algo melhor: uma realidade mais justa e menos opressiva, uma existência mais feliz. No desejo de transformar encontros outros, na insatisfação com a realidade existente, convivemos. Na ousadia de subverter a ordem constituída, construímos novos caminhos (ARGUIAR, 1992, p. 09).

No auge da Teologia da Libertação e do crescimento das Comunidades Eclesiais de Base, a Diocese de Jataí valendo-se do direito de aplicar os dispositivos dos pressupostos

tanto do Concílio Vaticano II, quanto das conferências realizadas na América Latina, em consonância com a realidade onde oficia, desenvolve uma formação sociopolítica que tenta articular fé e vida, fé e política. É uma formação voltada para a reivindicação dos direitos sociais à moradia, transportes, saneamento básico, educação etc. A palavra que circula é conscientização, pois se tem uma idéia de que um agente social formado e consciente poderá lutar por seus direitos e por sua coletividade.

É nítido o desejo que a Igreja Católica em Jataí demonstra em contribuir para a ocorrência da formação e, quiçá, transformação tanto do caráter, quanto das práticas dos membros da comunidade de sua jurisdição, deixando claro o escopo de estarem cada vez mais fortalecidos para o trabalho da militância. Afirmação esta, corroborada com a iniciativa que a Diocese teve na pessoa de Dom Benedito, de priorizar espaços físicos para criação de centros de treinamento, de debates e de evangelismo, entre estes, Instituto São José, São Damiano, e o Instituto Espírito Santo (IES). Porém, no aspecto institucional não se verifica a presença de Comunidades Eclesiais de Base em Jataí. A priori foram vistas com maus olhos por alguns fiéis mais tradicionais e militantes da Igreja, que viam nestas células o meio de se fomentar o comunismo dentro da Igreja e alegavam também, que as CEBs são organizações suscetíveis de deturpar o caminho divino, colocando-o em segundo plano diante da missão terrena de ajudar os pobres.

Embora a Igreja Católica de Jataí tenha procurado ser sempre ciosa de seu compromisso junto aos irmãos menos favorecidos, ela acatou o disposto nos documentos elaborados respectivamente em 1984 e 1986 com os nomes *Libertatis Nuntius* e *Libertatis Conscientia*. Neles se considera em resumo, que apesar da importância do compromisso radical que a Igreja Católica assume com os pobres, a disposição da Teologia da Libertação em aceitar postulados de origem marxista ou de outras ideologias políticas não era compatível com a doutrina. Logo o posicionamento ou tendência política da Igreja é mais conservadora, tendência esta possibilitada pela sua relação confortável com a política e sociedade local, porém mesmo prevalecendo o pensamento tradicionalista na Igreja e se esvaindo a Teologia da Libertação, seus reflexos mantêm-se vivos nos movimentos sociais existentes dentro da Igreja, especialmente os comprometidos com uma análise mais crítica da realidade social “flutuante”. Por outro lado, a força de suas idéias difundiram-se por parte do clero e dos fiéis. Fato comprovado na fala do padre José Mendonça de L’Acqua, que ao ser indagado sobre sua postura frente aos pressupostos da Teologia da Libertação expressou:

Enquanto seminarista fui aluno durante quatro anos do teólogo precursor da Teologia da Libertação no Brasil, Leonardo Boff, como padre ministro Teologia da Libertação. Mas aprendi uma coisa muito valiosa nesse caminhar: Nunca devemos ir aos extremos... (DEL'ACQUA, J. *Entrevista concedida a Samuel da Costa*. Jataí, 21/11/2008).

Se Comunidade Eclesial de Base é um termo designado para grupos de pessoas que fazem parte da Igreja Católica, mas que têm como ação, não somente a prática da instituição dos Sacramentos, mas principalmente a luta pela superação dos problemas da vida, buscando assim uma ação comunitária e coletiva; ainda que não tenha sido apregoado o seu engajamento, nem desprezadas as práticas sacramentais, de forma sutil, a Diocese de Jataí inclui-se nesse contexto. (LOURAU, 1993, p. 56).

Assim sendo, importante se faz compartilhar aspectos das atividades e da formação da Diocese de Jataí que ficariam excluídos da história “oficial”, se não colocasse em análise sua contribuição institucional urbana e os seus valores e crenças, já há muito arraigados. Haja vista o fato de que o próprio Dom Benedito foi um dos precursores na introdução da pecuária com fins de reverter os lucros dela auferidos, em benefício da comunidade, programa este desenvolvido na fazenda Nossa Senhora de Guadalupe, que era de propriedade desta Diocese, mas que atendendo ao entendimento do Incra que a desqualificava de produtiva acabou por ser desapropriada. Fato suscetível de monografia, dadas as sugestões ocasionadas a partir da avaliação da reação de grupos divergentes tanto do Clero, quanto dos fiéis da Igreja; que num primeiro olhar e de “certa” categoria social enxerga a omissão do Clero e por outro lado e de outra categoria vê no ocorrido, uma ação coerente com o fim da verticalização da Igreja e efetivação de seu discurso de justiça social. A Igreja Católica em Jataí, pelo que se percebe através de suas ações, demonstra cotidianamente pretender produzir o aumento de consciência cidadã mediante o estímulo a práticas engajadas, mudanças que atuem, tanto fora quanto dentro do Estado/governo. Prática esta que gerou um ativismo, no qual grande parcela de sua comunidade parece estar envolvida.

Numa análise de movimento em construção, de alargamento de horizontes e da formação, tanto religioso quanto identitária de uma comunidade, obsta fazer circular experiências e saberes, colocando em relevo iniciativas criadas pelas próprias pessoas que vivem determinadas situações, independentes de vanguardas e assessorias passageiras.

O engajamento desejado pela Diocese de Jataí não diz respeito propriamente em intervir em políticas públicas de Estado/governo. A própria formação da Diocese não aponta com profusão para uma intervenção direta na dimensão macropolítica, mas no “acompanhamento” às políticas públicas, sendo apoiada na crença do Estado Democrático de Direito. Já a “Pastoral da Moradia”, interfere, de forma incisiva, numa dimensão micropolítica.

A Diocese de Jataí busca, desde sua gênese, dar uma formação sociopolítica a seus membros, centrada na perspectiva de um engajamento social. Em outras palavras, uma formação que ajude seus participantes a compreenderem a importância das ações dos cristãos no mundo do trabalho, da saúde, da educação; enfim, da vida social e política ou do que hoje se compreende por exercício da cidadania. (DUARTE, V. *Entrevista concedida a Samuel da Costa*. Jataí. 16 ago. 2008).

Percebe-se que os caminhos que vêm sendo tomados pela Diocese na comunidade jataiense, ainda que de forma sutil, intervindo em políticas públicas, seja pela via do Estado, ou fora dela, não se distancia dos ideais franciscanos, em que se valorizam as pequenas coisas, a vida dos mais pobres e o que eles podem produzir por si mesmos.

Dessa forma, deseja-se pôr em análise práticas instituintes, que, a partir da formação oferecida pela Diocese, suscitaram movimentos novos. Daí analisar de forma um pouco mais minuciosa algumas ações que sempre serão realizáveis se contarem com o apoio da “mãe” Igreja e de seus “filhos” mais atentos ao clamor de seus “irmãos” mais sofridos.

Logo que se eleva da categoria de Prelazia a Diocese, a Igreja Católica de Jataí se vê influenciada pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e, logo após, pelos Concílios de Medellín (Colômbia) em 1968 e o de Puebla (México) em 1979, onde a Igreja Católica faz uma “opção preferencial pelos pobres”. Nesse ensejo a Diocese de Jataí na pessoa de seus líderes expressa:

Em meio a uma realidade complexa em que predominam a perda de sentido e a crise de valores, queremos transmitir a todos os nossos irmãos e irmãs a alegria de sermos discípulos missionários de Jesus Cristo e convidá-los a trilhar o caminho de fidelidade a Deus e a missão que Ele nos deu junto aos homens e mulheres de hoje. Especialmente os pobres e excluídos. (DEL'ACQUA, J. *Entrevista concedida a Samuel da Costa*. Jataí. 22 jun. 2008).

Por manterem um trabalho de formação sociopolítica, diferentes autores como Krinschke e Mainwaring (1986, p. 218) e Tavares (1994, p. 55) já apontaram a importância do trabalho diocesano de formação, mobilização e reivindicação de direitos sociais. Essa opção ocorreu na Diocese de Jataí, ainda que de forma silenciosa; o que pode ser concluído ao conviver no espaço de sua jurisdição.

A partir do Documento Conclusivo da V Conferência do Episcopado Latino Americano e Caribenho das diretrizes da ação evangelizadora da Igreja no Brasil e da XII Assembléia geral do Sínodo dos bispos, cujo tema foi “A palavra de Deus na vida e na missão da Igreja”, a Diocese de Jataí evocou para sua missão uma reflexão do que já realizava junto à comunidade em que atua. Nesta assembléia trabalharam-se três temas, a saber: Vida, Discipulado e Missão e cada uma dessas seções foi analisada sob três óticas: Pessoa, comunidade e sociedade. Este trabalho foi desenvolvido a partir das contribuições de Dioceses e Pastorais, com seus desafios e conquistas apontados nos relatórios enviados antecipadamente. Dentre as sugestões e apelos da Assembléia que contemplou toda a Regional Centro Oeste, formada por 18 Dioceses de Tocantins, Goiás e Distrito Federal, com seus bispos, presbíteros, diáconos, religiosos e religiosas, leigos e leigas representantes de todas as pastorais, movimentos e organismos, destacam-se as mais relevantes.

1. Orientar a pastoral no caminho do encontro pessoal e comunitário.
2. Valorizar a palavra de Deus na Catequese, na Celebração Eucarística, na prática da leitura orante da Bíblia e nos grupos de oração e reflexão, tendo-a como lugar de encontro com Deus e fonte principal da espiritualidade;
3. Assumir o firme compromisso de defesa e serviço à vida em todas as suas formas e dimensões, especialmente do bioma cerrado e da vida humana, desde sua concepção até a morte natural;
4. Assumir a dimensão missionária da Igreja: Missão Continental, Missão na Amazônia, Santas Missões Populares, formação de Conselhos e Equipes missionárias;
5. Reforçar a Pastoral Orgânica;
6. Trabalhar a formação política dos leigos em vista do engajamento no processo político, do acompanhamento dos eleitos e do combate à corrupção;
7. Fortalecer nas Dioceses e no Regional o Departamento de Juventude.
8. A partir do XII intereclesial das CEBs, reforçar a dimensão comunitária em todas as suas formas.

Nessa oportunidade, relevante se faz apresentar o projeto desenvolvido pelo grupo “Pastoral da Moradia”, que, ante seus reflexos, acaba por despertar o desejo em outros segmentos institucionais da congregação, no caso, a comunidade de jovens. (COJOFIC)

O projeto iniciou-se a partir da tomada de consciência de uma equipe que, conhecedora da existência de pessoas que não tinham moradia, reuniram e iniciaram um trabalho de construção de casas para serem doadas a famílias carentes da comunidade.

Para consecução de seus objetivos, a equipe empreendia gastos rateando-os entre os membros formadores, buscando apoio junto à prefeitura que faria a doação de lotes. Alguns beneficiários já possuíam lotes, porém não tinham condições de empreender uma construção, logo, a Pastoral, empenhava, junto a casas de materiais de construção, auxílio no sentido de doarem, como lhes parecesse razoável, ou possível, materiais de construção para a fundação e acabamento. No que concerne à mão de obra, o trabalho seria realizado pelos próprios membros da comunidade e demais voluntários que de boa vontade apresentassem seus préstimos, engajando-se no que tinham habilidade, seja no simples labor de servente de pedreiro, pedreiro, carpinteiro, eletricista, pintor até o de projetista.

3.3 - Diocese Jovem

Para discorrer sobre todos os segmentos de jovens em ação nesta Diocese, far-se-ia necessário um outro trabalho monográfico, logo estar em foco os movimentos jovens atrelados à Paróquia de São Sebastião.

Tudo teve seu início a partir de um intento compartilhado pelo Frei Ricardo e Frei Chico. Notaram a necessidade de se trabalhar com os jovens, convidando-os através da Rádio Difusora, bem como nas paróquias, para se reunirem na sala nobre do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho. Entre todas as paróquias de Jataí reuniram-se aproximadamente cento e cinquenta jovens.

Em março de 1970, foi realizado o primeiro Treinamento de Lideranças Católicas em Goiânia, com participação de quatro representantes da Diocese e, com o passar do tempo, as reuniões de jovens na Diocese de Jataí contava com um maior e expressivo aglomerado de interessados em engajar. Assim, culminando no final da década de 1970, com a criação da primeira Coordenação Diocesana da Juventude dirigida pelo frei Ricardo e Frei Chico e sediada na Paróquia São Sebastião.

Durante muitos anos, a Comunidade de Jovens ajudou a sustentar a paróquia, fazendo festas, realizando eventos, que possibilitavam arrecadar fundos para investirem em obras nos mais diversos segmentos da comunidade.

Ainda em parceria com a juventude desta Diocese, Frei Boaventura inaugurou uma associação denominada de Associação Lar de Cristo (ALC), que se imbuíu da missão de construir casas populares, onde as pessoas alvos (carentes) pagariam apenas a matéria prima, se pudessem, sem ajuste inflacionário em cinco anos.

O trabalho foi desenvolvido com o apoio da comunidade que voluntariamente doava materiais de construção. A mão de obra era tarefa da própria associação. Uma equipe foi profissionalizada para possibilitar a construção dos imóveis. Além das casas, a equipe de jovens também fabricou com o mesmo objetivo, vários móveis. Como resultado da ação jovem em Jataí, seis padres foram ordenados, duzentas e sessenta casas foram construídas e muitas outras reformadas e muitas pessoas da comunidade foram transformadas ante a ação impactante, que não parou.

A Diocese de Jataí continua tendo um papel relevante no campo da formação sociopolítica e de criação e/ou fortalecimento de espaços de articulação e reivindicação para os direitos sociais, através de suas Pastorais com seus objetivos específicos, que propõem:

1. Contribuir para a formação sociopolítica com informações e conhecimentos, a fim de possibilitar uma melhor intervenção nas políticas públicas, não visando um benefício particular, mas para a sociedade como um todo.
2. Criar condições para viabilizar candidaturas político-partidárias que expressem uma concepção política ética, popular e transformadora. (Rio Verde).
3. Desenvolver o conhecimento cognitivo secular, possibilitado pela criação e manutenção de unidades escolares, a saber, os colégios Nossa Senhora do Bom Conselho e Instituto São José.
4. Reestruturar famílias e, desta forma, a sociedade, mediante aconselhamentos, encontros, entre outros. Destarte, o surgimento do Encontro de Casais com Cristo (ECC), a Pastoral Familiar, dentre outros.

Inserida no Movimento de Educação de Base (MEB), que foi criado em 1961, a partir do acordo realizado entre o governo federal e a Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), momento em que esta concordou em expandir a experiência das escolas radiofônicas já existentes nas dioceses para áreas de menor desenvolvimento, a Diocese de Jataí funda a Rádio Difusora, que oportuniza um maior contato da comunidade com o serviço de mídia,

propondo discussões de temas variados, debates políticos, evangelização, bem como assuntos concernentes a formação e transformação. (MARRA, 1997, p. 38).

Essa discussão ganha ainda mais importância na medida em que a Diocese de Jataí vem avaliando o seu papel no tocante à formação oferecida. Com o objetivo de avançar nas propostas de transformação social, e assim ampliar os efeitos dos dispositivos pedagógicos, comunitários, religiosos, voltados para a Educação Popular e, assim, na linguagem da Análise Institucional, ser um “analisador”.

Considera-se que os “analisadores” seriam acontecimentos, no sentido daquilo que produz rupturas, que catalisa fluxos, que produz análise, que decompõe. (BARROS, 1994, p. 116).

3.4 - O Arraial do Amparo

Desde que a escrita existe, tem-se registro de como a lepra representou uma ameaça, tanto física quanto moral e os leprosos foram isolados da sociedade. No Egito antigo, há referências à lepra com mais de 3000 anos em hieróglifos (de 1350 aC). A Bíblia contém muitas passagens fazendo referência à lepra, alguns teólogos fazem conotação dessa doença com o pecado de adultério

O termo lepra, foi utilizado para designar diversas doenças dermatológicas de origem e gravidade variáveis. A antiga lei israelita obrigava aos religiosos a saberem reconhecer a doença. Há registro no Velho Testamento de sacerdotes analisando os filhos de Israel, para ver se detectava a doença; quando detectada, o infectado era isolado em um arraial apropriado para leprosos, uma espécie de reduto onde o leproso ficaria isolado até se curar, para só então, após o olhar atento do sacerdote e constatação da purificação de sua pele, o indivíduo voltar ao convívio social. (CUNHA, 2000, p. 52).

A lepra foi durante muito tempo incurável e muito mutiladora, forçando o isolamento dos pacientes em leprosários e expondo-os à discriminação e ao vitupério, principalmente na Europa na Idade Média, onde eram obrigados a carregar sinos para anunciar a sua presença. A lepra deu, nessa altura, origem à medidas de segregação, algumas vezes hereditárias, como no caso dos *Cagots* no sudoeste da França.

No Brasil, existiram leis para que os portadores de lepra fossem "capturados" e obrigados a viver em leprosários a exemplo do Hospital do Pirapitingui, Hospital Dr. Francisco Ribeiro Arantes. A lei "compulsória" foi revogada em 1962, porém o retorno dos

pacientes ao seu convívio social era extremamente dificultoso em razão da pobreza e isolamento social e familiar a que eles estavam submetidos. (GALVAN, 2003, p. 86).

Em Jataí, conforme tradição, mesmo revogada a lei que permitia a captura de leprosos mediante a força, há depoimento de famílias vítimas da epidemia, que assistiram seus membros serem retirados de seu convívio e levados pela polícia higienista. Alguns para se livrarem dos capturadores de leprosos e não serem levados a contra gosto para o leprosário, se escondiam ou enfrentavam com armas seus capturadores, é o caso de um parente do senhor entrevistado.

Quando o meu primo que estava acometido da dita doença do sangue, ficou sabendo que as polícias estavam fazendo batida pelo patrimônio de Serranópolis, e nessa época a gente morava nessa região, ele se armou com um mosquetão e disse que estava preparado para receber as “autoridades sanitaristas”. Muita gente se tratava em Belo Horizonte, os que tinham mais recursos; os que eram mais pobres, ou iam para os leprosários, que era uma coisa muito triste pelo que a gente sabe, ou então ficavam em casa num cômodo mais isolado pra não espalhar a doença pra família toda. (entrevista concedida a Samuel da Costa, por cidadão jataiense que pediu anonimato, 22 set. 2008).

Em tempos ainda muito remotos, não se sabe precisar a data, muitas famílias da região do sudoeste goiano foram contaminadas. Como na época, os recursos eram poucos, muitos se valeram da fé como medida para afastar o mal que estava assolando a região. Nesse contexto é que nasce a tradição de uma família jataiense. De acordo com depoimentos, um ente da família “Caiana” sofrendo por ver o mal que a lepra causa em quem é acometido dela, fez uma “Tensão”, ou seja, voto a São Lázaro, que se ele agraciasse sua família com a cura da doença, todo primeiro ou segundo filho receberia, em gratidão pela bênção recebida, o nome de Lázaro. A graça foi recebida, o surto de lepra parece ter deixado a família.

Essas coisas que vêm de longe devem ser seguidas, as pessoas que fazem a promessa morrem, se esquecem, mas o Deus que lhes agracia permanece, não morre e nem se esquece de nada, nunca. Um parente nosso de nome Samuel, deveria chamar-se Lázaro, mas seu pai, não levando muito a sério o

negócio da promessa, deu-lhe outro nome, não foi nada não, o menino cresceu sadio, mas sem a proteção, sofreu o fogo selvagem e mesmo depois de tratado, parece que ficou perturbado, não morreu de lepra, mas suicidou-se. (entrevista concedida a Samuel da Costa, por cidadão jataiense que pediu anonimato, 22 set. 2008).

Jataí ficou por muito tempo sendo o reduto de hansenianos de todo o sudoeste goiano. As pessoas recorriam ao tratamento em Jataí, por saberem que a Igreja Católica os ampararia sem se interessar em saber a que religião, família, lugar ou nível econômico o doente pertencia. Em atenção aos necessitados que se instalavam em Jataí, bem como para acolher famílias carentes e pessoas doentes sem recurso, a Igreja, na pessoa do Bispo Dom Benedito Domingos Cósia, cede um terreno aos cuidados do Pe. Tiago, onde é criado um bairro e construídas casas, para que, por tempo indeterminado, as referidas pessoas carentes fossem abrigadas.

Além de serem recebidas no bairro onde teriam um teto, isto não lhes bastava, muito comumente as pessoas necessitavam muito mais que um teto, ou endereço, pois não tinham nada, nem mesmo dignidade, estavam à margem da sociedade e quase sempre, por muitos membros dela, excluídos. Nem todos eram aleijados, mas todos eram necessitados.

A Diocese de Jataí recebia alimentos da Cáritas Internacional, em Santos – SP. e Pe. Tiago os repartia com os hansenianos. Contava também com doações da comunidade e fazendeiros da região. Pe. Tiago conseguiu também com a diocese o mérito de dar “posse” dos terrenos aos hansenianos e suas famílias. Quanto ao tratamento dos doentes, encaminhava os que se apresentavam com um quadro mais grave à Colônia Santa Marta, em Goiânia; os tuberculosos eram encaminhados a locais especializados para tratamento. (PINTO, 2002, p. 03)

Mesmo diante da mobilização de Pe. Tiago, junto a membros da Paróquia e da comunidade, com o intuito de levar saúde aos menos favorecidos e necessitados de tratamento médico, algo mais deveria ser feito e com urgência. Diante desse quadro, apelou para o funrural que à época era administrado pelo Sr. Moysés Maia Firmo, que em atenção ao apelo do Pe. Tiago, pediu-lhe que reunisse todos os doentes, bem como os necessitados que estavam

sob os cuidados da Igreja. Assim, reunidos e munidos dos documentos necessários, providenciados pela Igreja, Jataí torna-se a primeira cidade do Brasil a conceder aposentadoria aos hansenianos, inválidos e maiores de 70 anos de idade. Tal fato se deu em 1972, mas a Lei regulamentadora foi sancionada apenas em 1976.

Ainda sob a administração de Pe. Tiago, é erigido, no terreno doado pela Igreja à comunidade jataiense, um centro comunitário, onde se estabelece inicialmente como um albergue para acolher hansenianos que não tinham como bancar suas despesas até serem encaminhados a um hospital onde então seriam atendidos. Além de alojamento, o centro comunitário disponibilizava a quem a ele recorria, cuidados médicos, alimentação e apoio espiritual.

No mesmo terreno em que se erigiu o centro comunitário, Pe. Tiago, junto a população, construiu também, um armazém comunitário e uma capela. O armazém supriria ou auxiliaria na manutenção do centro comunitário, que na época era mantido graças ao auxílio dos cidadãos jataienses que de boa vontade faziam donativos de víveres alimentícios como roupa de cama, toalha e outros aparatos necessários à manutenção da instituição.

Enquanto o armazém comunitário cuidava do aspecto físico do necessitado, a capela cuidava da “alma”, que como ocorre, muitas vezes estava mais enferma do que o próprio físico de quem a ela recorria.

Mesmo com o empreendimento da construção do armazém comunitário e as doações da comunidade, à medida que aumentava a demanda dos que procuravam Jataí, seja vindo da zona rural ou de outros lugares, o centro comunitário passou por muita dificuldade para atender todas as pessoas que dele necessitavam e a ele recorriam, chegou ao ponto de se pensar em seu fechamento. Mas uma pergunta inquietava o Pe. Tiago: “para onde essas pessoas irão?”.

Foram necessários muito esforço e desprendimento para que o tão necessário Arraial do Amparo não cerrasse suas portas. Neste ínterim, Pe. Tiago saía às ruas da cidade conclamando aos comerciantes e aos cidadãos que compadescessem da situação dos que dependiam do centro comunitário e fizessem suas preciosas e necessárias doações, principalmente para aquele momento.

O centro comunitário, que inicialmente, como já mencionado, funcionava, apenas como um albergue, no ano de 1991 integrou-se ao Sistema Único de Saúde (SUS) mediante convênio celebrado com o governo federal que, a partir de então, supriria o centro comunitário de profissionais da saúde e alguns medicamentos. Doravante o centro comunitário passou a se chamar Clínica Vicentina de Jataí, nome que vigorou até 1997.

Como a evolução funcional e intitucional eram latentes, no ano de 1998, mais precisamente, no mês de abril, foi designada pelo Bispo de Jataí, uma comissão para administrar a Clínica Vicentina. Neste mesmo ano, em homenagem ao idealizador deste empreendimento, Rev.mo Sr. Padre Tiago Menelli, a Clínica passou a ser chamada de “Hospital Padre Tiago”, que é uma referência na área de saúde e filantropia em Jataí.

O Padre Tiago se identificou com a constante postura da Igreja Católica em Jataí, ele não agiu sozinho, mas soube buscar e contar com o coletivo.

Algo precisava ser feito e o Padre Tiago, no momento certo, e com possibilidades incertas, foi o canal de bênção utilizado para a realização do projeto. Dando assim, prosseguimento ao fluxo de realização e do arejamento da Igreja, como já tinha dito João XXIII, “abramos as janelas do mundo e deixemos que o ar puro dele purifique a Igreja”. Sem saber, João XXIII estava mostrando o fluxo de mudanças que a Igreja Católica possibilitou ocorrer na comunidade em que oficia, bem como evidenciou que se ela, a Igreja, permanecesse com as “janelas abertas” continuaria a promover tão necessárias mudanças.

3.5 – Paisagismo Sacro

Em muitos lugares, incontáveis até, existem igrejas que, dado o requinte com que são construídas, são consideradas verdadeiras obras de arte e por isso, admiradas por sua majestade arquitetônica ou pela beleza de seus ornamentos. Mas se nem todas têm esse “poder”, recolhem-se no também importante papel que desempenham como referencial urbano.

A religião foi assim, um divisor primário do espaço e lugar na cidade do século XX, com os templos católicos monopolizando a marcação religiosa do espaço urbano. (MARJO, 2004, p. 08).

As edificações religiosas são representações identitárias de um povo, pois através de seu movimento, suas ações, a igreja, segundo o historiador Theije (2004, p. 09), acaba por influenciar a comunidade do local onde oficia. “Entre muitas outras coisas, a Igreja oferece, ao se implantar em um determinado lugar, identidade às pessoas”.

De forma geral, templos são utilizados como ponto de referência urbanos, não sendo neutra essa apropriação, pois são entendidos como estruturas com as quais as pessoas associam emoções, conferem sentido e se identificam. Logo, a construção de uma igreja pode ser entendida como uma declaração pública da fé comungada na comunidade. Destarte a religião assume um papel importante na compreensão de um povo no espaço urbano em que está inserida.

Algumas dessas igrejas talvez despertem na comunidade de hoje a mesma estupefação e admiração que pretendiam e que certamente provocaram desde a fundação do lugar. A esse respeito, as edificações religiosas podem ser vistas como marcadores de uma esfera específica da vida urbana; são marcadores muito mais importantes do que geralmente se imagina, pois detém um valor simbólico.

Sendo assim, seja nos templos edificadas, nas festas religiosas, nas tradições devocionais de família, nos sons dos sinos, que cada vez mais se escasseiam, no próprio ouvir alguém dizer o casual “se Deus quiser” ou quando as pessoas fazem sinal da cruz, a religião está deixando suas marcas no espaço urbano.

Em larga escala, a religião deve sua visibilidade pública na cidade às suas edificações. Em Jataí, os monumentos católicos estão por toda a cidade, como que nos principais pontos dela, testemunhando uma longa e rica história de devoção e cumplicidade.

Ainda por ocasião de sua fundação, percebe-se que os lugares sagrados organizaram a cidade, demarcando o espaço urbano e não só este como o social. A primeira grande manifestação ou sentimento dos pioneiros ao pretendem erigir uma cidade, foi edificar um templo consagrando-o ao Divino Espírito Santo, daí tudo começaria.

A edificação da Catedral da Diocese quebrou o preconceito urbanístico que havia no espaço onde se erige, tornando em pouco tempo o lugar, que antes era desprezado e estigmatizado, em uma das regiões mais valorizadas da cidade.

Se igrejas passam a mensagem de proximidade com o sagrado e simbolizam o conhecimento, no contexto do trabalho em voga, as edificações em foco fazem sucintas declarações da religiosidade de seu povo.

As principais edificações sacro-católicas em Jataí são: Paróquia São Judas Tadeu, Paróquia São Sebastião, Matriz Nossa Senhora do Rosário e a Catedral Divino Espírito Santo.

3.5.1 - Catedral Divino Espírito Santo

A Catedral Divino Espírito Santo foi idealizada por Dom Benedito, sua pedra fundamental foi lançada no dia 19 de abril de 1984 e sua dedicação ou inauguração se deu no dia 02 de outubro de 1993. Tem como pároco, desde 1980, o Padre José Mendonça Del'Acqua.

É, sem dúvida, um dos mais belos e grandiosos edifícios de Jataí e está localizada na parte alta da cidade, na quadra formada pelas ruas Minas Gerais e Marechal Rondon e José Inácio de Mello e Dom Pedro II, ocupa uma área de 10.000 metros quadrados e tem uma área construída de 1.658 metros quadrados, sua ampla nave e auditório têm capacidade para 1.040 pessoas. Possui uma grande praça entrecortada por duas pistas estreitas de mão única, projetada pelo arquiteto Rafael Alves Pinto Júnior. A praça é toda ajardinada e iluminada sem fios expostos.

Seu estilo arquitetônico remonta ao modernismo com características do brutalismo, movimento arquitetônico desenvolvido por arquitetos modernos em meados das décadas de 50 e 60. O brutalismo desenvolveu-se a partir de uma radicalização de determinados preceitos modernos, como privilegiar a verdade estrutural das edificações, de forma a nunca esconder os seus elementos estruturais. Apesar das duras críticas dos brutalistas à ornamentação desnecessária, em muitos casos, eles mesmos se viram em situações formalistas, é o caso da catedral de Jataí, mas, embora o edifício proponha representações em todo o seu contexto arquitetônico, tais representações não são abordadas de forma literal. (FOURTY, 2004, p. 42).

A Catedral, projetada pelo arquiteto jataiense Ronaldo Caiube de Carvalho Bastos, tem sua estrutura basilar (planta baixa) totalmente oculta, da qual se elevam 52 colunas de concreto armado aparente. Possui quatro entradas, duas laterais, uma frontal e uma posterior com acesso privativo, todas com portas de madeira almofadadas. As portas laterais ostentam umbrais ladeados por um toldo de concreto em formato triangular, uma referência à Trindade. Sobre a porta principal e sobre a porta posterior, há uma vidraça em forma triangular, também fazendo uma referência à Trindade. Todo o conjunto arquitetônico frontal é imbuído de uma forte metáfora, “só se chega ao sagrado depois que se passa pelo evangelho” (as doze colunas frontais fazem uma menção aos apóstolos que representam o evangelho) e só depois de passar pela colunata é que se tem acesso à porta principal, que se posta abaixo de uma vidraça triangular. O templo possui trinta e seis janelas localizadas em um espaço com amplas vidraças transparentes. É todo feito em concreto armado e aparente e ferragem e é revestido com pastilhas brancas.

O arquiteto idealizou e foi executada para as laterais norte e sul, a partir de cada esquina do templo, a ereção de uma colunata de concreto que sobe em forma triangular, tendo simbolizado em cada lance triangular a Trindade. Em cada centro ou extremidade dessas “colunas” se projeta uma coluna central em concreto simbolizando um apóstolo. Contam-se seis colunas, então se chega a uma porta lateral no centro de uma pirâmide, de cuja extremidade também sobe uma coluna, que a despeito das seis que lhe ladeiam e representam os apóstolos, simboliza Cristo. Vê-se na seqüência mais seis colunas até a esquina. Ao observar as duas laterais, podem-se ver, na disposição das colunatas, seis de cada lado da porta: uma simbologia de Cristo entre os doze apóstolos.

Tanto na fachada oeste quanto na leste se ergue um campanário central em concreto armado, sendo que no alto do campanário do lado leste está fixada uma cruz em metal inoxidável. O campanário se posta entre duas seqüências de seis colunas, e está projetado mais elevadamente que as colunas que vão sucessivamente reduzindo de tamanho à medida que se distanciam do campanário. A leitura que se pode fazer é que o campanário simboliza Cristo e cada seqüência de seis colunas representa os apóstolos, logo, Cristo entre os apóstolos. Há uma grande contraposição entre o exterior e o interior do templo, devido ao contexto temporal de sua edificação. Enquanto o exterior é uma expressão modernista remetendo ao movimento brutalista, o interior remete ao estilo Bizantino.

Ao idealizar o interior, Dom Benedito contratou o artista Cláudio Pastro, que projetou todos os painéis em estilo Bizantino, cuja visualidade se fez para a teologia e não para o discurso. Todo o conjunto da obra encerra em si mesmo uma simbologia teológica sem pretender em nenhum momento relação alguma com alteridades. O interior foi todo trabalhado em afresco representando passagens bíblicas que evocavam a presença dos membros da Trindade Divina, em formas ou manifestações e momentos bíblicos distintos.

A primeira parte do afresco focaliza Deus Pai. No alto do painel, vê-se a representação da mão do Deus Pai, ladeada por duas espécies de asas. Na antiga tradição oriental e particularmente hebraica, Deus seria um grande pássaro que pairava sobre o caos, chamado em hebraico Tarrô Borro e como uma Machoca, uma grande ave, gerou o mundo, a vida. Como a Bíblia afirma que ninguém viu Deus, então o painel que representa a criação do mundo por Deus é ilustrado simplesmente com uma mão que demonstra vir do alto, com três dedos estendidos, correspondendo à própria Trindade e os dois dedos mais recuados tipificando Deus e o Homem.

Do lado da mão do Deus Pai, as três linhas simbolizam o sopro do próprio Deus Pai, que insufla seu Espírito em Adão e Eva e assim surge a vida. Esta parte do painel corresponde a Deus Pai e o Paraíso.

Na segunda parte do painel está focalizado o Deus Filho. No centro do painel, vê-se a representação do Deus encarnado, mostrando seu rosto humano, que a despeito dos “cristos” idealizados pelos artistas europeus, tem olhos escuros e fisionomia amorenada, fazendo uma alusão à sua origem semita. Do lado da face de Cristo, vêem-se duas inscrições gregas, Alfa e Omega, significando que Jesus Cristo é o verbo da criação e fazendo referência do primeiro vernáculo em que a Bíblia foi traduzida. Ainda do lado da cabeça do Cristo, vêem-se sete lâmpadas correspondendo aos sete espíritos de Deus, ou suas sete sabedorias (em hebraico, o sete significa plenitude). A sua volta, existe uma grande árvore com doze ramos, correspondendo aos doze apóstolos e também ao número zodiacal, (os doze meses do ano), representando Cristo como senhor do tempo.

Ainda no centro do painel, há a representação do Cordeiro Pascal sacrificado na cruz e, ao seu lado, uma figura de uma pomba, símbolo da Catedral e a quem ela é dedicada. Na mão direita do Cristo, vêem-se sete estrelas que correspondem aos bispos, ou seja, as autoridades da Igreja. Suas vestes estão cingidas com uma estola vermelha que significa o martírio e percebem-se na estola as inscrições Alfa e Omega que aclama Cristo como o princípio e o fim.

Debaixo do trono em que o Cristo está assentado, flui um rio, que significa o Rio da Vida. O mesmo rio mostrado no alto do painel, onde é percebido o sopro do Deus Pai na narina de Adão, desce gerando o Cristo. Como que de forma simbólica tipificando que Cristo porta tanto a natureza divina quanto a humana.

Do Cristo, o cordeiro, sai a vida em espírito, por debaixo do trono e vai sobre a imagem da virgem que está sobre a Cátedra do Bispo (cadeira do Bispo).

A terceira parte do painel explicita o Deus Espírito Santo. Vê-se bem no alto, nas laterais do grande círculo do Cristo, à esquerda, Abraão recebendo os três anjos debaixo do carvalho de Mambré, os três anjos representam a Trindade. Do lado direito desta mesma cena, vê-se Moisés ajoelhado e descalço na frente da sarça ardente, que também simboliza o Espírito Santo.

Mais abaixo, à esquerda, vê-se Moisés com o bastão conduzindo o povo pelo deserto à Canaã e, à direita dessa cena, percebe-se uma caveira, símbolo do livro de Ezequiel, que faz o relato sobre o Espírito de Deus que soprou sobre o vale de ossos secos dando-lhes vida. Um

pouco abaixo desta mesma cena, vê-se mais uma simbologia do Espírito Santo na representação de Elias subindo aos céus em um carro de fogo.

Do lado direito, bem no alto do painel são mostradas cenas do Novo Testamento. A cena da Anunciação, onde o anjo Gabriel aparece à Virgem que concebe pelo Espírito e torna-se a mãe de Deus. Mais abaixo e à esquerda, vê-se a cena do batismo, onde Jesus é batizado por João Batista no Rio Jordão e durante o fato desce o Espírito Santo na forma corpórea de uma pomba. À direita desta mesma cena, vê-se Jesus na sinagoga de Nazaré com as escrituras nas mãos, momento em que Cristo diz: “O Espírito de Deus está sobre mim”. A seguir, à esquerda, vê-se Cristo na cruz entre Maria e João no momento em que Ele profere a frase: “Pai está consumado, nas tuas mãos entrego o meu Espírito”. Por fim, nesta terceira parte do painel, um pouco abaixo da cena anterior, é mostrado Jesus soprando seu Espírito sobre a virgem e sobre os doze apóstolos.

Na quarta parte, na lateral esquerda, ao lado do presbitério, vêem-se três arcanjos: Rafael, Gabriel e Miguel. O arcanjo Rafael é representado com o turíbulo de incenso nas mãos; Gabriel está do lado do ambão na Igreja, no lado do batistério e é representado descendo de cabeça para baixo com uma trombeta na mão. Finalmente, junto ao presbitério, com um tom de seriedade, segurando numa das mãos uma lança encimada pela cruz de Cristo, entre as insígnias gregas Alfa e Omega, vê-se o Arcanjo Miguel.

Do lado direito do altar, onde está o Santíssimo, estão representados os três querubins que correspondem ao Deus que é três vezes Santo. Percebe-se que os querubins têm, assim como todos os anjos do painel, características indígenas, uma homenagem do artista aos primeiros habitantes do Brasil. (apontamentos do próprio artista Cláudio Pastro).

3.5.2 - Paróquia São Judas Tadeu

Localizada na parte alta da cidade, na quadra formada pelas ruas Joaquim Cândido e José de Carvalho Bastos e Napoleão Laureano e Riachuelo. Foi construída em 10 de agosto de 1963, sua edificação se deu num momento em que houve a popularização dos elementos modernos ortodoxos, fato que pode ser explicado pela falta de recursos, ou pela postura da Igreja de não mais se primar pelo luxo. O luxo deixa de ser uma prioridade, porém, não há um rompimento com a tipologia que continua programática, caso comprovado a partir da observação da planta baixa, que continua cruciforme. Na fachada frontal, há uma porta única, de madeira almofadada, postada entre duas janelas de estilo românico. Em cada lateral há também uma porta, igualmente de madeira e almofadada. Possui amplas janelas românticas

nas duas laterais. Possui uma torre lateral direita na parte externa que funciona como campanário onde está um sino atualmente em desuso. No interior da torre há um cômodo que funciona simultaneamente como sala dos dízimos e de confessional.

Acopladas à igreja, estão a casa do padre, três salas de catequese, a área de serviço, a sacristia e o salão paroquial. Pelo quarto do padre se tem acesso privativo ao altar. Ainda no interior do templo, existem duas pequenas salas laterais, próximas ao altar, uma funciona como uma capela à parte, na outra está postado o sacrário. Na fachada frontal do templo, se vê um painel feito em afresco onde se percebe uma cena sacra. Ao campanário se tem acesso pela escadaria que fica à direita da nave principal. Em frente à igreja, há uma grande praça toda ajardinada e com um amplo estacionamento. A praça da igreja, à noite, fica toda iluminada com refletores verdes, que promovem um efeito visual muito agradável aos transeuntes, bem como aos que nela se acostam. Ainda na praça, do lado esquerdo do templo está fixado um cruzeiro de metal. Internamente, oposto à porta principal está o altar-mor, em cuja lateral se encontra a porta posterior que comunica com as dependências anexas ao templo principal.

3.5.3 - Paróquia São Sebastião

A Paróquia São Sebastião está situada na parte baixa da cidade de Jataí, no encontro entre as ruas Jorge Zaiden e Rio Verde, na saída para Mineiros. Foi construída em 10 de agosto de 1963, sua edificação, como no caso da Paróquia São Judas Tadeu, também se deu num momento em que houve um “vazio” dos elementos modernos ortodoxos, como que anunciando que a Igreja Católica deixa de priorizar o luxo, porém, não há um rompimento com a tipologia que continua programática, caso comprovado a partir da observação da planta baixa, que continua cruciforme. Logo, apenas do ponto de vista do censo comum, sua arquitetura remonta ao estilo colonial com algumas adaptações atuais, a exemplo, os vitrais em estilo moderno.

Compondo a fachada externa, há uma escadaria de acesso à porta principal, que se posta no centro da fachada frontal, havia uma porta de acesso a cada uma das laterais do templo, mas desde que houve um incêndio na década de oitenta, a porta que dava acesso à Rua Rio Verde foi tirada, para se edificar na parede que se erigiu em seu lugar, um altar. A priori, as portas eram de madeira e almofadadas, mas hoje são de metal e vidro. A igreja possui uma torre central, que é o campanário, onde se vê um painel de cerâmica portuguesa com uma pintura de São Sebastião. Ao campanário se tem acesso pela escadaria que fica à

direita da nave principal. Neste campanário, existe um sino que é utilizado até os dias de hoje para sinalizar a aproximação das celebrações. Há uma tradição de badaladas que se dá da seguinte forma: faltando meia hora para a missa tem-se uma seqüência de 33 badaladas com uma pequena interrupção, então se badala mais uma vez e faz-se um novo intervalo; faltando vinte minutos para a missa, procede-se com mais uma seqüência de 33 badaladas, faz-se um pequeno intervalo e badala-se duas vezes, novamente faz-se um intervalo; por fim, tem-se mais uma seqüência de 33 badaladas com um último pequeno intervalo seguido de mais três badaladas avisando que só restam dez minutos para a celebração.

Em frente à igreja, há uma pequena praça em cujo centro está fixado um cruzeiro de madeira. Internamente, à esquerda da nave, tem-se uma sala onde atualmente funciona o confessionário e também a pastoral do dízimo. Oposto à porta principal está o altar-mor com uma mesa feita de mármore branco cujos pés são as insígnias Alfa e Ômega. Ao fundo e ao centro, bem no alto, está a imagem de Jesus Cristo crucificado e nas laterais do altar, do lado direito a imagem de São Sebastião e do lado esquerdo a imagem do Sagrado Coração de Jesus.

3.5.4 - Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário

Localizada na parte central, na quadra formada pelas ruas José de Carvalho Bastos e Zeca Lopes e Dorival de Carvalho e Benjamim Constant, a Matriz Nossa Senhora do Rosário foi construída antes da ocorrência do Concílio do Vaticano II. Tal fato foi preponderante para determinação de algumas de suas características arquitetônicas, tais como uma galeria, espécie de segundo andar, em frente ao altar-mor. Neste local atualmente desativado, porém preservado, posicionava-se o coral da igreja. Hoje o coral fica de frente para os fiéis e de costas para o padre. Essa mudança foi uma das determinações do Concílio Vaticano II, já que o padre deixaria de rezar a missa para o Cristo, mas sim para os fiéis. Abaixo do coral estão a sala de reconciliação e a sala de acesso à escada do campanário, onde se toca o sino. Entrando pela porta frontal, tem-se acesso à nave principal da igreja. Do lado esquerdo do templo tem-se acesso à cúpula batismal e do lado direito há um pequeno altar para celebrações diárias. Hoje é uma capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário.

Na parte externa, na fachada principal há uma torre central, onde estão o campanário e um sino, além de quatro relógios, um em cada lado do campanário. Ao sino se tem acesso através de uma escada de madeira colocada na torre ao costume da época; no topo do campanário está uma cruz, símbolo maior do Cristianismo. A igreja está revestida de pedras

de Pirinópolis, o que não ocorria na época de sua construção, isso evidencia que a igreja sofreu, no momento de sua reforma, uma influência mais contemporânea.

A Matriz possui vinte e seis janelas moldadas em arcos pontiagudos, uma reminiscência ao estilo gótico, mostrando, portanto, ter sofrido influência da arquitetura européia à época. Possui também três portas almofadadas, sendo que, ao estilo colonial, uma posta no centro da fachada frontal da Igreja e duas em sua lateral. Aos fundos da igreja estão anexos dois cômodos, um se trata da sacristia e no outro estão disponibilizados a área de serviço e os banheiros. Na praça de acesso ao templo, encontram-se uma fonte (Chafariz) e um coreto.

Considerações Finais

Desde tempos distantes, quando a sociedade ainda estava em formação, percebe-se através de registros históricos, a primeira e já íntima relação entre política e religião. Em Jataí não foi diferente.

Ao longo do trabalho pode ser observado que, ainda que alguns teóricos entendam que haja distinção entre política e religião e logo, têm campos de atuação distintos, uma não podendo interferir no espaço da outra, desde o início do povoamento da dita cidade, a Igreja esteve sempre presente no ideal dos pioneiros, quer seja na crença de que sob a proteção divina alcançariam a prosperidade e a felicidade, quer seja pelo fato de as terras em que se erije a cidade serem inicialmente de propriedade da Igreja Católica.

Certo é que a Igreja infundiu na região e no caráter de seu povo, seus valores e tradições e ainda permanece ativa e participativa no cotidiano da comunidade local.

Por mais que se relate o envolvimento da Igreja na política jataiense e, ainda que de forma minuciosa, explicitate seus feitos desde a fundação de Jataí, não podem ser considerados razoáveis, muito menos integrais ou fiéis, tais ponderações, sem um aceno às atividades de um grande número de leigos nas quatro paróquias com suas capelas e em pequenas comunidades.

As mulheres e os homens católicos de Jataí estão em todas as atividades, no comércio, na educação, na política, no setor agropecuário, na saúde, nos clubes de serviços, entre outros.

Por fim, numa variedade criativa: encontros de noivos, encontros de jovens, encontros de casais, Pastoral Política, Pastoral de Direitos Humanos, Pastoral da Justiça, Pastoral Catequética, Pastoral de Saúde (esta ligada ao Padre Tiago), em cooperação com abnegados leigos e com o apoio da Cúria Diocesana, lançam mão de projetos educacionais, de assistência médica, assistência jurídica, aconselhamentos, evangelização e conscientização cidadã. Assim seguindo as atividades de uma Igreja em marcha para a Páscoa definitiva, mas com pés firmemente plantados no chão e no dia-dia da comunidade.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, João Carlos de. *Nova Era e Fé Cristã*. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.
- ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Saraiva, 1998.
- ARGUIAR, K. F. *Ao avesso da conscientização: esboço para uma genealogia da formação dos trabalhadores sociais*. Rio de Janeiro: UFF/RJ, 1992.
- ASSIS, J. *Entrevista concedida a Samuel da Costa*. Jataí. 10 ago. 2008.
- AZEVEDO, Fernando. *Sertões Adentro*. São Paulo: Saraiva, 1982.
- BARROS, Marcelo. *Deus disse: Cancelem a Dívida! A Bíblia e a dívida externa*. 2ª ed. Salvador: CESE-CONIC, 1998.
- BARROS, R. B. *Pesquisa-ação, pesquisa-intervenção: a afirmação de um simulacro*. São Paulo: PUC/SP, 1994.
- BARROSO, Gustavo. *Terra do Sol*. São Paulo: Saraiva, 1956.
- BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*, 4ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981.
- BÍBLIA. Português. *A Bíblia Viva*. São Paulo: Mundo Cristão, 2002.
- BOFF, Clodovis. *Pastoral de classe média na perspectiva da libertação*. Petrópolis: Vozes. 1991.
- BOFF, Leonardo. *Fé e Política: Suas Articulações*. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. *Igreja: Carisma e Poder*. São Paulo: Ática. 1994.
- _____. *Nova Evangelização: Perspectiva dos Oprimidos*. 3ª ed. Fortaleza: Vozes. 1991.

_____. *O caminhar da Igreja com os oprimidos: do vale de lágrimas à Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

BRASIL. Congresso. Lei n. 199 de 1898.

_____. Congresso. Resolução n. 273 de 1855.

_____. Congresso. Resolução n. 362 de 1864, art. 1º-4º.

_____. Congresso. Resolução n. 517 de 1874, art. 2º.

_____. Congresso. Resolução n. 668 de 1882, art. 1º-3º.

_____. Decreto n. 3.531 de 1884.

_____. Decreto n. 621 de 1916.

_____. Decreto n. 7.722 de 1957.

BURITY, Joanildo. *Mudança cultura, mudança religiosa e mudança política: para onde caminhamos?* Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. *Cultura e Identidade: perspectivas interdisciplinares*, Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CAMPOS, Itami F. *Coronelismo em Goiás*, 2ª ed. Goiânia: Vieira, 2003.

CARVALHO, A. *Entrevista concedida a Samuel da Costa*. Jataí. 15 set. 2008.

CARVALHO, Manoel Balbino de. *A Lucta no Garças*, Goiânia: Descon, 1955.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santos Rosa. *Tocantins - O Movimento Separatista do Norte de Goiás 1821-1988*. 1ª ed. Goiânia: UCG, 2005.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1990.

CHAUL, Nars Nagib Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Cegraf, 1989.

_____. *Caminhos de Goiás: da constituição da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: UFG, 2001.

COIMBRA, C.M.B. *Direitos Humanos e Construção de uma Ética Militante*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

_____. *Guardiães da Ordem – Uma Viagem pelas Práticas Psi no Brasil do “Milagre”*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*, 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

CUNHA, Ana Zoe Schilling da. *Hanseníase – A história de um problema de saúde*. Porto Alegre: Ed. Edunisc, 2000.

DEL’AQUA, J. *Entrevista concedida a Samuel da Costa*. Jataí. 11 fev. 2008.

DELUMEAU, Jean & MALCHIOR-BONET, Sabine. *De Religiões e de Homens*. São Paulo, Loyola, 2000, Open Court, 1986.

DIÁRIO OFICIAL, 07 out. 1899.

_____. 13 dez. 1903.

_____. 22 jul. 1905.

_____. 20 nov. 1928.

DUARTE, V. *Entrevista concedida a Samuel da Costa*. Jataí. 19 jun. 2008.

FERNANDES, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Domus, 1966.

FINKILKRAUT, Alain, *A Derrota do Pensamento*. São Paulo: Paz e Terra S/A, 1989.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graú, 1998.

FOURTY, Adrian & ANDREOLI Elisabetta, *Arquitetura Moderna Brasileira*. 1 ed. São Paulo: Phaidon MS, 2004.

FRANÇA, Basileu Toledo. *Capangueiros e Jagunços*. Goiânia: UFG, 1987.

_____. *Pioneiros*. Goiânia: UFG, 1995.

_____. *Velhas Escolas*. Goiânia: UFG, 1996.

GALVAN, Alda Luiza. *Hanseníase – Lepra, que representações ainda se mantêm?* São Paulo: Ulbra, 2003.

GASS, Ildo Bohn. *Eu faço a cidade e não moro: Reflexões bíblicas sobre moradia*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Bíblicos, 1993.

GOMIDE, Cristina Helou. *História da Transferência da capital: de Goiás para Goiânia*. 1ª ed. Goiânia: AGEPEL/UEG, 2002.

GONÇALVES, Mário Luiz Menezes. *Introdução ao Direito Canônico*. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

IGREJA CATÓLICA. *Conclusões da Conferência de Puebla. Evangelização no presente e no futuro da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1987.

_____. *Conclusões da IV Conferência do Episcopado Latino-Americano. Santo Domingo (Texto Oficial)*. São Paulo: Paulinas, 1992.

_____. *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Justiça e Paz se abraçarão*. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1996.

_____. *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Solidários na Dignidade do Trabalho*. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1991.

_____. *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Para que todos tenham vida*. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1984.

_____. *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A verdade vos libertará*. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1982.

_____. *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Saúde para Todos*. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1981.

_____. *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Para onde vais?* São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1980.

_____. *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Trabalho e Justiça para Todos*. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1978.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. *Normas da ABNT Comentadas para Trabalhos Científicos*. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2008.

JORNAL A Notícia, Campo Grande, 17 jun, 1925.

JORNAL Correio do Sul, Campo Grande, 10 jun. 1926.

JORNAL Correio Oficial, Rio de Janeiro, 13 dez. 1889.

JORNAL da Diocese, Rio Verde, n. 48, janeiro de 2007.

JORNAL de Uberaba, Uberaba, 11 jul. 1925.

JORNAL Diário de Notícias, Salvador, 19 jan. 1925.

JORNAL Folha de Jataí, Jataí, 14 jun. 1941.

JORNAL Folha de São Paulo, São Paulo, 26 mai. 1999.

JORNAL Folha do Sudoeste, Jataí, n. 138 a 141, 1981 – 1991.

JORNAL Gazeta Oficial de Goyaz, Goiás, 30 mar. 1958.

JORNAL O Jatahy, Jataí, 03 dez. 1911.

JORNAL O Jatahy, Jataí, 15 mai. 1929.

JORNAL O Globo, Rio de Janeiro, 13 jul. 1925.

JORNAL O Lutador, Goiânia, série 119, Ecumenismo e Paz, 21 a 30 de novembro de 2007.

JORNAL O Popular, Goiânia, 14 out. 1956.

JORNAL Sudoeste Goiano, Jataí, 15 fev. 1977.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura O.F.M. *Compêndio do Vaticano II Constituições, Decretos, Declarações*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1968.

KRINSCHKE, P.J; MAINWARING, S. *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição*. Porto Alegre: L & PM / CEDEC, 1986.

LIMA, B. *Entrevista concedida a Samuel da Costa*. Jataí. 20 set. 2008.

LIMA, J. *Entrevista concedida a Samuel da Costa*. Jataí. 18 mar. 2008.

LIMA, M. *Entrevista concedida a Samuel da Costa*. Jataí. 20 jun. 2008.

LIMA, T. *Entrevista concedida a Samuel da Costa*. Jataí. 12 set. 2008.

LINHARES, M. Yedda; TEIXEIRA. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Globo, 2007.

LOURAU, René. *Análise Institucional e Práticas de Pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

LÖWY, Michael. *Redenção e Utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LUIZ, Mário. *Introdução ao Direito Canônico*. São Paulo: Saraiva, 2004.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: Cegraf, 1990.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARRA, Terezinha Alves Mendes. *As relações da Igreja Católica com o Povo e com o Estado no Brasil 1945-1964*. Goiânia: UCG, 1997.

MARIA, Julio A. *O catolicismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1950.

- MARJO, Theije. *Ciências Sociais e Religião*. Porto Alegre: CEDEC, 2004.
- MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 1992.
- MARTINHO, Luiz Mauro. *Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- MELLO, Dorival Carvalho, *Jatahy Páginas Esquecidas*, Jataí: Sudográfica, 2001.
- _____. *Nos porões do passado*, Jataí: Sudográfica, 2002.
- MONTEIRO, D. T., *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- MONTEIRO, P., *Da doença à Desordem*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- MOUFFE, Chantal. *O Regresso do Político*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- MOTT, Luiz. *Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. História da vida privada*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997.
- NEE, Wachman, *O Sentido da Vida*, São Paulo: Editora Árvore, 1994.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PINTO, M. *Entrevista concedida a Samuel da Costa*. Jataí. 12 set. 2008.
- PINTO JR, R. *Entrevista concedida a Samuel da Costa*. Jataí. 10 mar. 2008.
- REGAN, David. *Experiência Cristã das Comunidades de Base: Mistagogia*. São Paulo: Paulinas, 1995.
- REVISTA Centro Oeste, Goiânia, 1994.

REVISTA Do Mestrado em Ciências da Religião (UCG). *Caminhos* v.3 n. 2. Goiânia: UCG, 2005

REVISTA Metas, Jataí, 1991.

ROMANELLI, Otaíza. *História da Educação no Brasil – 1916 – 1973*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. 1 ed. São Paulo: Kairós, 1979.

ROSENDAHL, Zeny. *Hierópolis: o sagrado e o urbano*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1988.

SCHWARTZMAN. *A Política da Igreja e a Educação*. São Paulo: Saraiva, 2002.

SILVA, Eliane Moura. *O Espiritualismo no Século XIX: reflexões teóricas e históricas sobre correntes culturais e religiosidade*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1999.

SOUZA, A. *Entrevista concedida a Samuel da Costa*. Jataí. 10 mar. 2008.

SOUZA, A. J. *Entrevista concedida a Samuel da Costa*. Jataí. 18 abr. 2008.

SOUZA, Beatriz Muniz. *A compreensão de um paradoxo*. São Paulo: Paulinas, 2004.

SPENGLER, Fabiana Marion. *União homoafetivas: o fim do preconceito*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

TRONCA, Ítalo A. *As máscaras do medo LEPR/AIDS*. Campinas: Unicamp, 2000.

VAINFAS, Ronaldo: *Os Protagonistas Anônimos da História: Micro-História*, Rio de Janeiro: Campus, 2002.

WALZER, Michael. *Da Tolerância*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Estudos da Religião no Brasil: buscando o equilíbrio entre adaptação e criatividade*. São Paulo: PUC/UMESP, 1998.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1983.

Anexos

Anexo A

Administradores de 1885 a 1930:

Período do Pleito	Administrador	Legitimação política
02/03/1885 a ?	José Carvalho Bastos	?
Setembro de 1899	José Cornélio Brom José Inácio de Mello França (vice)	?
14/12/1889 a 28/12/1889	Herculano Carneiro de Mendonça Martinho Marra (membro) José Carvalho Bastos (membro)	Aclamação
05/02/1890 a ?	José Manoel Vilela José Carvalho Bastos (membro) Serafim José de Barros (membro) Antônio Theodoro de Souza Fenelon (membro) Martinho Marra (membro)	Nomeado
31/01/1891 a ?	José Carvalho Bastos José Inácio de Mello França	?
Novembro de 1909 a ?	Olavo Itapura do Nascimento Custódio Joaquim Ribeiro (vice)	?
01/11/1911 a 31/01/1913	Honorato de Carvalho Manoel Luiz de Deus (vice) Jorge Zaiden (vice)	Eleito
Eleição em 30/08/1913	Clarindo Joaquim de Mello	Eleito
Eleição em 20/09/1915	Izidoro Coimbra Ramos Oclésio de Carvalho (vice) Fabiano Ribeiro (vice) José Pereira Rezende (vice)	Eleito
01/02/1915 a 20/10/1919	Clarindo Joaquim de Mello Manoel Luiz de Deus (vice)	Eleito

	José Pereira Rezende (vice)	
23/10/1919 a 31/10/1923	Carlos Raymundo do Prado David Ferreira (vice) João Carlos Carneiro (vice) Joaquim Caetano de Assis (vice)	Eleito
03/11/1923 a 31/10/1927	José Pereira Rezende Conrado Vieira Cunha (vice) José Gedda (vice) Joaquim Caetano de Assis (vice)	Eleito
01/11/1927 a 30/11/1930	Marconde de Godoy Antônio Miranda de Carvalho (vice) Joaquim Thiago de Carvalho (vice) José de Carvalho	Eleito

Administradores de 1930 a 2008:

Período do Pleito	Administrador	Legitimação Política
01/12/1930 a 28/08/1931	Carlos Raymundo do Prado	Nomeado
29/08/1931 a 04/04/1933	Manoel Balbino de Carvalho	Nomeado
04/04/1933 a 10/05/1933	Belarmino Cruvinel	Interino
10/05/1933 a 14/06/1933	José Gomes de Lima	Interino
14/06/1933 a 16/05/1938	Manoel Balbino de Carvalho	Nomeado
16/05/1936 a 01/09/1936	Altolpho Leão Borges	Nomeado
01/09/1936 a 15/09/1936	Conrado Vieira Cunha	Interino
15/09/1936 a 01/10/1936	Júlio de Souza Cunha	Interino

01/10/1936 a 27/11/1936	Conrado Vieira Cunha	Interino
27/11/1936 a 14/01/1937	Júlio de Souza Cunha	Interino
14/01/1937 a 16/01/1937	Conrado Vieira Cunha	Interino
16/01/1937 a 08/03/1937	Júlio de Souza Cunha	Interino
08/03/1937 a 27/05/1938	Joaquim Cândido de Carvalho	Nomeado
27/05/1938 a 27/05/1938	Moysés da Costa Gomes	Nomeado
01/06/1939 a 13/03/1945	Júlio de Souza Cunha	Nomeado
13/03/1945 a 26/11/1945	Aristóteles de Rezende	Nomeado
26/11/1945 a 04/12/1945	Paranayba Piratininga Santana	Nomeado
04/12/1945 a 27/12/1945	Aristóteles de Rezende	Nomeado
27/12/1945 a 09/04/1946	Walkírio Carneiro Barros	Nomeado
09/04/1946 a 20/05/1946	José Augusto Ferreira	Nomeado
20/05/1946 a 19/05/1947	Latayette Ferreira	Nomeado
19/05/1947 a 02/12/1947	Filogônio Garcia de Freitas	Nomeado
02/12/1947 a 31/01/1951	Epaminondas Honório Campos	Eleito
01/02/1951 a 31/01/1955	Cyllenêo França	Eleito
31/01/1955 a	Luziano Ferreira de Carvalho	Eleito

31/01/1959		
31/01/1959 a 31/01/1961	Antônio Soares Gedda Miguel Gonçalves da Silva (vice)	Eleito
31/01/1961 a 31/01/1966	Cyllenêo França Aristeu Bernardes Filho (vice)	Eleito
31/01/1966 a 31/01/1970	César de Almeida Melo	Eleito
31/01/1970 a 31/01/1973	Dorival de Carvalho Galeno Godoy Garcia (vice)	Eleito
31/01/1973 a 31/01/1977	César de Almeida Melo Abdon Fernandes Carvalho (vice)	Eleito
31/01/1977 a 01/02/1983	Mauro Antônio Bento Jerônimo Caetano de Assis (vice)	Eleito
01/02/1983 a 01/01/1989	Nelson Antônio da Silva Joviano Justino de Souza	Eleito
01/01/1989 a 01/01/1993	Mauro Antônio Bento Gênio Eurípedes Cabral de Assis (vice)	Eleito
01/01/1993 a 01/01/1997	Nelson Antônio da Silva Humberto de Freitas Machado (vice)	Eleito
01/01/1997 a 31/12/2000	Humberto de Freitas Machado Eurípedes de Assis (vice)	Eleito
31/12/2000 a 31/12/2004	Humberto de Freitas Machado Fernando Henrique Peres de Assis (vice)	Eleito
01/01/2005 a 31/12/2008	Fernando Henrique Peres de Assis Adilson Moraes	Eleito
01/01/2009 aos dias atuais	Humberto de Freitas Machado Reni Franco Garcia (vice)	Eleito

Anexo B

Esboço Histórico da Diocese de Jataí

Antecedentes

- 1494 – Pertencia a Espanha (Tratado de Tordesilhas).
- 1543 – Integrada à Diocese de Lima / Peru.
- 1551 – Criação da Diocese de São Salvador da Bahia.
- 1676 – Criação da Diocese do Rio de Janeiro que incluía a capitania de Goyaz.
- 1729 – Criação da primeira paróquia goiana – Vila Boa, atual Cidade de Goyaz.
- 1745 – Criação da primeira Prelazia de Goyaz (Arquidiocese de Salvador).
- 1826 – Prelazia de Goyaz torna-se Diocese (Arquidiocese de Mariana / MG).
- 1848 – Criação da Paróquia Nossa Senhora das Dores – Rio Verde.
- 1852 – Início da Capela Divino Espírito Santo – Jataí.
- 1864 – Criação da Paróquia Divino Espírito Santo – Jataí.
- 1867 – Lançamento da Pedra Fundamental da primeira Igreja em Jataí.
- 1875 – Criação da Paróquia Divino Espírito Santo – Caiapônia.
- 1879 – Primeiro casamento realizado em Jataí.
- 1891 – Chegada em Jataí do Padre Joaquim Cornélio Brom.
- 1893 – A administração do patrimônio da Igreja foi entregue ao vigário.
- 1913 – Criação da Paróquia Divino Espírito Santo – Mineiros.
- 1929 – Criação das Prelazias de Jataí, Santana do Bananal e São José do Tocantins..
- 1932 – Criação da Arquidiocese de Goiás – D.Emanuel Gomes de Oliveira (1º Arcebispo – NB – em 1956 reverteu a Diocese).

Prelazia de Jataí

- 1929 – Através da Bula Apostólica “Sollicitudo quae in Ommes”, pelo Papa Pio XI, Jataí se torna Prelazia.
- 1929 – Em 20 de outubro, houve a nomeação de Frei Germano Veja Campón, administrador Apostólico da Prelazia.
- 1931 – Posse de Frei Germano, como administrador apostólico, prelado sem caráter episcopal.

- 1941 – Frei Germano recebe ordenação episcopal em São Paulo.
- 1941 – Criação do ginásio Nossa Senhora do Bom Conselho (Madres agostianianas da Espanha).
- 1955 – Renúncia de D. Germano, aos 77 anos de idade.
- 1955 – Dom Abel Ribeiro é nomeado administrador da Prelazia.
- 1961 – Falecimento de Dom Germano em Bragança Paulista .
- 1971 – Traslado dos restos mortais de Dom Germano para a cripta da capela (Nossa Senhora de Guadalupe / Jataí).
- 1978 – Centenário do nascimento de Dom Germano, que é homenageado com um busto de bronze na Praça Dom Germano em frente ao Instituto Espírito Santo - Jataí.
- 1999 – Traslado dos restos mortais de Dom Germano para a cripta da Catedral Divino Espírito Santo / Jataí).

Diocese

- 1956 – Com a criação da Arquidiocese de Goiânia em 26 de março, a Prelazia de Jataí é elevada pelo Papa Pio XII a Diocese pela Bula “Quo Aptiori”.
- 1957 – Instalação da nova Diocese e posse do Bispo Dom Abel na antiga Igreja do Divino Espírito Santo.
- 1960 – Dom Abel é transferido para a Diocese de Goiás Velho e nomeado administrador apostólico de Jataí.
- 1961 – Nomeação de Frei Benedito Domingos Cósia, pároco de Pires do Rio, como Bispo de Jataí por João XXIII.
- 1961 – Posse da semi-construída Matriz Nossa Senhora do Rosário Pró-Catedral.
- 1966 – Falecimento de Dom Abel, na Cidade de Goiás.

Chegam à Diocese de Jataí

- 1961 – Freis Domingos, Gregório e Dionísio (franciscanos) chegam a Jataí.
- 1962 – Padres Nicanor Lobato e José Maria, OCHSA, Felix e Eduardo, de Camden (EUA).
- 1962 – Irmãs Franciscanas dos Pobres – Jataí.
- 1963 – Padre Tiago Menelli, seminarista.
- 1963 – Frei Pe. Camilo Daniel e Frei Francisco Bray (Franciscanos da Reconciliação).

1963 – Irmãs Penitentes Recoletinas, Franciscanas da Reconciliação, Franciscanas de Maria Imaculada.

1964 – Irmãs Franciscanas de Allegany, Irmãs Beneditinas, Irmãs de São José de Rochester.

1964 – Frei César Colet (capuchinho).

1966 – Padre Pedro Moriarty, Omi, Irmãs Franciscanas de São José, Miss. Grace Ann Coscia, irmã de Dom Benedito (Diretora do IES e encarregada das Obras Sociais da Diocese).

1981 – Irmãs da Imaculada Conceição de Nossa Senhora de Lourdes, Irmãs do Instituto do Sagrado Coração de Jesus.

1988 – Irmãs do Instituto do Sagrado Coração de Jesus, Irmãs Concepcionistas da Imaculada Conceição, Irmãs Mestras Pias Filippinis.

1995 – Irmãs Franciscanas Mission. Maria Auxiliadora.

1998 - Irmãs Franciscanas de São José.

2000 – Irmãs do bom Pastor (Pastorinhas).

2001 – Irmãs Franciscanas de São José.

Fundação das Paróquias da Diocese de Jataí

Nossa Senhora das Dores	Rio Verde	1948
Divino Espírito Santo	Jataí	1864
Divino Espírito Santo	Mineiros	1913
Santa Helena	Santa Helena	1962
Santa Rita dos Impossíveis	Santa Rita do Araguaia	1962
Nossa Senhora da Abadia	Quirinópolis	1962
Imaculada Conceição	Paranaiguara	1962
Nossa Senhora de Fátima	Rio Verde	196
Nossa Senhora do Rosário	Jataí	1963
São Sebastião	Jataí	1963
São Judas Tadeu	Jataí	1963
Sagrado Coração de Jesus	Caçu	1964
São João Batista	Itajá	1964
Nossa Senhora D'Abadia	Cachoeira Alta	1964

São Simão	São Simão	1964
Nossa Senhora de Fátima	Serranópolis	1981
Santo Antônio de Pádua	Rio Verde	1981
Nossa Senhora de Lourdes	Itaguaçu	1983
Nossa Senhora Aparecida	Maurilândia	1983
Santo Antônio da Barra	Santo Antônio da Barra	1986
Santo Agostinho	Aporé	1987
São Sebastião	Itarumã	1989
Nossa Senhora D'Abadia	Montividiu	1989
São Vicente de Paulo	Rio Verde	1990
São João Batista	Gouvelândia	1996
Nossa Senhora do Céu	Chapadão do Céu	1997
Nossa Senhora das Graças	Portelândia	1997

Estruturas Diocesanas

1961 – Cúria Diocesana – Frei Domingos Foley, OFM / 1º Vigário Geral e Chanceler.

1962 / 1965 – Concílio Vaticano II.

1963 – Aquisição da Rádio Difusora de Jataí.

1965 – Primeira Ordenação – Padre diocesano Tiago Menelli.

1966 – Inauguração do 1º Centro de Treinamento para Leigos Instituto Espírito Santo (IES).

1966 – Realização da primeira Assembléia Diocesana, fundando o Conselho Pastoral Diocesano e a divisão da Diocese em 4 Distritos Pastorais; Diocese envia candidatos Escola Diaconal Interdiocesana em Goiânia.

1967 – Realização do primeiro Cursilho masculino em Jataí; primeira reunião pastoral Diocesana, “Evangelização e Catequese”; nomeação do segundo Vigário Geral e Chanceler, Frei Alexandre Wyse, OFM; Vigário Episcopal para Religiosas, Dom Matias; Instituição dos consultores Diocesanos e Conselho de Assuntos Econômicos.

1968 – Diocese estuda CEBs pela primeira vez na quinta RPD (Reunião Pastoral Diocesana) e Concílio de Medellín, ordenação diaconal de Pedro Cardoso por Paulo VI.

1971 – Formação do Conselho Presbiteral; Núncio Mozzoni inaugura Centro de Treinamento João XXIII; Jataí inaugura a Matriz Nossa Senhora do Rosário, Capela Nossa Senhora de Guadalupe, Cúria e Salão Nobre.

1972 – Ordenação Episcopal de Dom Mathias, Bispo Auxiliar; Dom Mathias, Bigáio Episcopal de Rio Verde e Distrito Leste.

1973 – Mineiros – Inauguração Centro de Treinamento Santo Agostinho; Santa Helena inaugura um Centro de Treinamento Dom Damiano.

1976 – Dom Mathias é nomeado Bispo de Rui Barbosa, BA; é ordenado o segundo padre Agostinho da Costa Oliveira.

1977 – Inauguração da Escola Diaconal de Jataí.

1978 – Padre Miguel Mundo, é nomeado Bispo Auxiliar, ordenação episcopal de Dom Miguel, que assume como Vigário Geral e Episcopal do Distrito Leste e Coordenador Geral da Pastoral Diocesana; Santa Helena inaugura um Centro Vocacional São João Vianney; ordenação do terceiro Pe. Diocesano, padre José Del'Acqua, o primeiro nascido na Diocese.

1979 – Inauguração da Rádio Santelense.

1984 – Início da construção da Catedral Divino Espírito Santo de Jataí.

1992 – Criada na Diocese a Pastoral da Criança por iniciativa da irmã Maria Isabel Striguini.

1993 – Dedicção da Catedral pelo Núncio D. Alfio Rapisarda.

1994 – O Conselho Presbiteral aprova formalmente proposta do Bispo para iniciar o primeiro sínodo.

1996 – Dom Miguel cria a Associação Nova Esperança em Santa Helena (fazenda para reabilitação de dependentes químicos).

1997 – Realização da 60ª reunião Pastoral Diocesana e 7ª sinodal.

1998 – Aquisição da antena retransmissora da TV Rede Vida – Jataí.

1999 – Implantação, em Rio Verde, da Pastoral da Moradia; construção da primeira casa feita pela Pastoral da Moradia em Rio Verde. Dom Benedito torna-se Bispo Emérito da Diocese de Jataí; Nomeação de Dom Miguel Pedro Mundo, Bispo Diocesano pelo Papa João Paulo II; posse do quarto (4º) Bispo Diocesano; falecimento de Dom Miguel e seu sepultamento na cripta da Catedral Divino Espírito Santo.

1999 – Nomeação de Dom Benedito administrador apostólico, após falecimento de Dom Miguel; Eleição do quarto Bispo Diocesano – Dom Aloísio Hilário de Pinho; entra em circulação o 1º jornal da Diocese.

2000 – Posse de Dom Aloísio na Catedral Divino Espírito Santo de Jataí; Dom Benedito se muda para Goiânia; Missa na Catedral em ação de graças pelos 500 anos de Evangelização no

Brasil; Diocese celebra Ano Jubilar, realizando peregrinação em Trindade - GO; Dom Aloísio celebra, juntamente com 1.500 Bispos o Jubileu em Roma; réplica da primeira cruz da primeira Missa celebrada no Brasil, acompanhada da imagem de Nossa Senhora Aparecida, visita as principais cidades da Diocese de Jataí.

2001 – Primeiro encontro Diocesano da pastoral da Comunicação em Rio Verde; Bênção Apostólica do Papa João Paulo II ao centésimo Cursilho Masculino da Diocese.

2002 – Canonização de Madre Paulina, primeira santa brasileira; Papa João Paulo II, inclui os cinco novos Mistérios ao Rosário (Mistérios da Luz) por ocasião do 24º ano de Pontificado.

2005 – Falecimento da Miss Grace Ann Cósia em Goiânia e seu traslado e sepultamento na cripta da Capela Nossa Senhora de Guadalupe, em Jataí.

2006 - Ano Jubilar; Ordenação Diaconal transitória de Renato Campos Ferreira; realização da 73ª Reunião Pastoral Diocesana definindo o Plano Diocesano de Pastoral com objetivos gerais e prioridades.

Síntese sobre os Bispos de Jataí

1º) D. Germano Vega Campon - (junho – 1941/1955. Prelazia)

2º) D. Abel Camelo Ribeiro - (janeiro – 1957/1961. Diocese)

3º) D. Benedito Domingos Cósia – (dezembro- 1961/1999)

4º) D. Miguel Pedro Mundo – (maio- 1999/1999 “17 dias”)

5º) D. Aloísio Hilário de Pinho – (26-02-2000)

Anexo C

Catedral Divino Espíritu Santo

Anexo D

Paróquia São Judas Tadeu

Anexo E

Paróquia São Sebastião

Anexo F

Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário

Anexo G

Primeira Igreja Católica Erigida em Jataí/GO